



# Diário OFICIAL Assembleia

## Poder Legislativo Estadual

Edição nº 898 | 18ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa | Publicação nº 99 | 28 páginas  
Curitiba, Segunda-feira, 06 de Julho de 2015

### Mesa Executiva

<b>DEPUTADO JONAS GUIMARÃES</b> 1º Vice-Presidente	<b>DEPUTADO ADEMAR LUIZ TRAIANO</b> Presidente	<b>DEPUTADO ADELINO RIBEIRO</b> 3º Secretário
<b>DEPUTADO ANDRE BUENO</b> 2º Vice-Presidente	<b>DEPUTADO PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES</b> 1º Secretário	<b>DEPUTADO JOSÉ CARLOS SCHIAVINATO</b> 4º Secretário
<b>DEPUTADO GILBERTO RIBEIRO</b> 3º Vice-Presidente	<b>DEPUTADO ADEMIR BIER</b> 2º Secretário	<b>DEPUTADO NEY LEPREVOST</b> 5º Secretário

### Lideranças

Líder do Governo .....	Deputado Luiz Cláudio Romanelli
Líder da Oposição .....	Deputado Tadeu Veneri
PMDB .....	Deputado Nereu Moura
PSD .....	Deputado Chico Brasileiro
DEM .....	Deputado Elio Lino Rusch
PT .....	Deputado Professor Lemos
PDT .....	Deputado Nelson Luersen
PSDB .....	Deputado Francisco Buhner
PSC .....	Deputado Leonaldo Paranhos
Bloco - PRB,PPL,PSL,PV .....	Deputado Edson Praczyk
Bloco - SD,PP,PMN .....	Deputado Felipe Francischini
Bloco - PPS,PTB,PSB .....	Deputado Tião Medeiros

### Representação Partidária

**PSC** - Alexandre Guimarães, Cláudia Pereira, Cobra Repórter, Gilson de Souza, Guto Silva, Hussein Bakri, Marcio Nunes, Cláudio Palozzi, Paranhos, Evandro Araújo, Ricardo Arruda, Wilmar Reichembach. **PMDB** - Ademir Bier, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Jonas Guimarães, Luiz Cláudio Romanelli, Nereu Moura, Requião Filho. **PSDB** - Ademar Traiano, Bernardo Ribas Carli, Cantora Mara Lima, Evandro Junior, Francisco Buhner, Mauro Moraes, Paulo Litro. **DEM** - Elio Lino Rusch, Nelson Justus, Pedro Lupion, Plauto Miró Guimarães. **PDT** - André Bueno, Fernando Scanavaca, Márcio Pauliki, **PT** - Péricles de Mello, Professor Lemos, Tadeu Veneri. **PSD** - Chico Brasileiro, Luiz Carlos Martins, Ney Leprevost. **PSB** - Gilberto Ribeiro, Tiago Amaral. **PPS** - Cristina Silvestri, Tercílio Turini. **PP** - Maria Victória, Schiavinato. **PV** - Rasca Rodrigues. **PRB** - Pastor Edson Praczyk. **PSL** - Adelino Ribeiro. **PMN** - Dr. Batista. **PTB** - Tião Medeiros. **SD** - Felipe Francischini. **PPL** - Márcio Pacheco.

### Deputados Licenciados

**PSC** - Ratinho Júnior, **PPS** - Douglas Fabrício

[www.imprensaoficial.pr.gov.br](http://www.imprensaoficial.pr.gov.br)



# PODER LEGISLATIVO ESTADUAL

## Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Diretor - Geral .....	Roberto Costa Curta
Procurador - Geral .....	Ramon de Medeiros Nogueira
Secretário - Geral da Presidência .....	Harry França Junior
Diretor Legislativo .....	Dylliardi Alessi
Diretora Administrativa .....	Marinês Picinin Raimundi
Diretor de Pessoal .....	Bruno Perozin Garofani
Diretor de Apoio Técnico .....	Cléber Cavalli
Diretor de Assistência ao Plenário .....	Juarez Lorena Villela Filho
Diretor Financeiro .....	João Ney Marçal Junior
Controlador Geral .....	Rodrigo Garcia Sant'Anna Bevilaqua
Ouvidor Geral .....	Caíto Quintana

**Praça Nossa Senhora de Salete, s/n - Curitiba - PR - CEP 80.530-911**

**Telefone 41 3350.4000**

## Sumário

Sessões Plenárias .....	03
Processo Legislativo .....	13
Publicações Administrativas .....	25
Editais e Contratos .....	26

## Sessões Plenárias

### Sessão Ordinária

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Palácio XIX de Dezembro

Diretoria Legislativa

Sessão Ordinária do dia 1º de julho de 2015 - Ata nº 63

Ao primeiro dia do mês de julho de dois mil e quinze, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, às treze horas e trinta minutos, de acordo com o painel eletrônico, foi registrada a presença dos seguintes Parlamentares: Adelinio Ribeiro (PSL), Ademar Traiano (PSDB), Ademir Bier (PMDB), Cantora Mara Lima (PSDB), Cristina Silvestri (PPS), Elio Rusch (DEM), Felipe Francischini (SD), Fernando Scanavaca (PDT), Gilson de Souza (PSC), Hussein Bakri (PSC), Márcio Pacheco (PPL), Nelson Luersen (PDT), Pastor Edson Praczyk (PRB), Paulo Litro (PSDB), Rasca Rodrigues (PV), Requião Filho (PMDB), Tadeu Veneri (PT), Tercilio Turini (PPS), Tião Medeiros (PTB) e Wilmar Reichembach (PSC) (20 Parlamentares). O Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, secretariado pelos Srs. Deputados Adelinio Ribeiro (na função de 1º Secretário) e Plauto Miró (2º Secretário), "sob a proteção de DEUS", iniciou os trabalhos da 63ª Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura. O Sr. 2º Secretário procedeu à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior (nº 62, de 30.6.2015), a qual, colocada em discussão, foi aprovada por unanimidade, tendo ficado à disposição dos Srs. Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejarem. A seguir, o Sr. 1º Secretário procedeu à leitura do documento protocolado que compôs o Expediente.

**EXPEDIENTE:** (Documento original sob a guarda das Comissões e Diretorias.) **Ofício:** (Encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.) **Protocolo nº 3.513/2015,** Ofício nº 770/2015, do Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o anteprojeto de lei (autuado sob o nº 496/2015), que altera dispositivos das Leis nºs 14.277, de 30.12.2003 e 16.023, de 19.12.2008, e cria a estrutura da Secretaria da Direção do Fórum em todas as Comarcas e Foros do Estado do Paraná.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Finda a leitura do Expediente. Esta Presidência no dia de hoje, em nome de todos os Parlamentares do Paraná, tem a satisfação de registrar a presença na Casa, da Associação Comercial do Paraná, comemorando os seus 125 anos de existência. É oportuno que façamos algumas considerações sobre este momento da Associação Comercial e, principalmente, da vida econômica nacional, onde os nossos guerreiros empresários, que têm a responsabilidade no dia a dia de gerar as riquezas do nosso Estado, mesmo diante de tantas dificuldades de ordem econômica, de políticas estabelecidas que permanentemente se tornem vulneráveis, não dando a segurança jurídica suficiente para que os nossos empresários possam definir os rumos das suas atividades com a certeza que a necessidade impõe. Mas, diante de todos esses obstáculos, desses subterfúgios que são criados no dia a dia visando criar mecanismos de dificuldades para o nosso segmento empresarial, não só do Paraná, como do Brasil, temos no Estado empresários que têm uma visão futurista, que trabalham como verdadeiros idealistas, gerando empregos, riquezas e divisas para o nosso Estado. E esta Assembleia não poderia deixar de prestar, no dia de hoje, a homenagem à Associação Comercial do Paraná e ao prestar essa homenagem, tenho certeza, que ela é estendida a todos os empreendedores do nosso Estado, por menor que ele seja, mas que também tem esse espírito empreendedor visando aquilo que considero ser o mais importante para a vida de uma pessoa, que é uma carteira de trabalho assinada. É só o empresário, com certeza, que é capaz de fazer com que, através das suas atividades econômicas, possamos dar essa segurança que uma família precisa, com uma carteira de trabalho assinada. Sempre procuro em minhas falas, onde vou, principalmente, quando se trata de eventos trazendo para os Estados empreendedores que acreditam nas riquezas e nas potencialidades do Estado do Paraná, sempre afirmo que muito mais importante às vezes do que a construção de uma obra física é darmos uma carteira assinada a uma pessoa, porque isso significa dizer exercer a cidadania. É fazer com que esse cidadão não fique mais dependente dos órgãos, sendo todos os dias submetidos muitas vezes a situações que envergonham a própria pessoa. Então, temos que, neste momento, enaltecer os empreendedores do nosso Estado, através das entidades aqui representadas, pelo que fazem e continuarão fazendo pelo nosso Estado do Paraná. Se somos hoje a quinta maior economia do País, o quinto maior Estado a gerar riquezas e divisas para a Nação, é exatamente fruto da capacidade empreendedora da visão que os senhores empresários têm. Por isso, a Assembleia não pode ver e nenhum político pode ver o empresário como se fosse o inimigo, temos que ter essa compreensão. O empresário tem que ter um olhar e um tratamento diferenciado, não somos contra qualquer outra atividade, pelo contrário, todos que querem servir ao nosso Estado serão sempre bem-vindos, mas é importante que se faça essa ressalva, e esta é a leitura que esta Assembleia tem. Todos nós somos do interior do Paraná, a grande maioria dos Parlamentares, muitos também empresários e sabem o quanto os senhores contribuem para com o sucesso da economia do Estado do Paraná. Portanto, sejam bem-vindos, empresários e empresárias, à nossa Casa, recebam o abraço carinhoso e afetivo de todos os Parlamentares, Deputados e Deputadas. E a Assembleia Legislativa do Paraná insere-se neste momento impar da vida dos senhores dizendo sejam felizes, continuem acreditando em nosso Estado, porque só vamos submergir de crises quando muito maior for a nossa força de acreditar na capacidade das nossas recuperações. Sucesso a todos e sejam bem-vindos. (Aplausos)

**MESTRE DE CERIMÔNIAS:** Senhoras e senhores, anunciamos e agradecemos a presença do Presidente da Associação Comercial do Paraná, Antonio Espolador; do Sr. Fernando Fontana, bisneto do Barão do Serro Azul, fundador da entidade;

do Sr. David Antonio Baggio Batista, representando a Vice-Governadora Cida Borghetti; da Dra. Samia Saad Bonavides, representando o Ministério Público do Paraná; da Sra. Roseli Garcia, Diretora de Rede da Boa Vista Serviços; do professor Carlos Cziulik, Pró-Reitor Adjunto da Universidade Tecnológica Federal do Paraná; do Sr. João Paulo Koslovski, Presidente do Sistema Ocepar, da Sra. Heloisa Ulandowski, representando a Secretária Estadual da Administração e Previdência do Paraná, Dinorah Nogara, do Sr. Marlos Almeida, Secretário Estadual do Planejamento e Coordenação Geral; do Sr. Juracir Barbosa, Presidente da Fomento do Paraná; do Sr. João Luiz Biscaia, representando a Presidência da Federação da Agricultura do Estado do Paraná; do ex-Deputado Antonio Carlos Belinati, representando o Presidente da Sanepar, Mounir Chaowiche; da Sra. Suzana Vilagra, representando a Presidente da Academia de Letras e Centro Feminino de Cultura, Sra. Cloris Casagrande Justen; do Sr. Eduardo Pimental; Subchefe da Casa Civil do Governo do Estado do Paraná; dos ex-Presidentes da Associação Comercial do Paraná, Edson José Ramon, Virgílio Moreira Filho e Ardisson Akel; além da presença dos Vice-Presidentes da Associação Comercial do Paraná. Também agradecemos a presença do ex-Governador Orlando Pessuti, que está compondo a Mesa; do Presidente do Sistema Fiep, Edson Campagnolo; do 2º Secretário desta Casa, Ademir Bier, e do Presidente da Associação Comercial do Paraná, Antonio Espolador. Agradecemos a presença das demais autoridades presentes. Na sequência, assistiremos ao vídeo em homenagem aos 125 anos da ACP, mas antes faremos um breve relato sobre a trajetória do Barão do Serro Azul, fundador da Associação Comercial do Paraná. No momento em que a ACP comemora os seus 125 anos é importante lembrar um dos episódios mais tristes e sombrios da história política do nosso Estado, a morte do seu fundador, o Barão do Serro Azul. Durante a Revolução Federalista, os revoltosos vindos do Rio Grande do Sul chegaram ao Paraná em três frentes: por Tijucas do Sul; pela Lapa, onde a resistência deixou várias pessoas mortas; e por Paranaguá. Em 1894, temendo a eminente invasão de Curitiba, o Presidente Xavier da Silva pediu licença do cargo alegando problemas de saúde, o Vice-Presidente Vicente Machado assumiu o seu lugar e transferiu a sede do Governo para Castro, sua cidade natal, fugindo dos maragatos. Sem governo, a cidade ficaria à mercê dos invasores, prenunciando de que a barbárie se instalaria na cidade com saques, mortes, estupros e toda a sorte de violência que outras cidades invadidas experimentaram. Coube às lideranças locais e aos cidadãos de bem tomar as providências para minimizar o caos. Uma Junta Governativa foi criada por alguns empresários liderados pelo Barão para negociar com os invasores. O Cerco da Lapa já tinha deixado um saldo de mortes e destruição muito grande, razão pela qual a Junta decidiu negociar com Gumercindo Saraiva, chefe dos maragatos. A negociação, entretanto, foi vista como uma traição por parte dos florianistas. No retorno do Presidente Vicente Machado a Curitiba, o Barão foi preso com a promessa de que seria julgado no Rio de Janeiro - seria levado de trem para Paranaguá e de navio até o Rio. Entretanto, no km 65 da Serra do Mar, na estrada de ferro que liga Curitiba a Paranaguá, o Barrão do Serro Azul e mais cinco companheiros foram covardemente fuzilados pelos soldados pica-paus. O episódio calou a cidade de Curitiba, tornando-se a maior injustiça da nossa história política. Esse episódio é contado no filme *O Preço da Paz*, produzido em 2003, com o apoio da Associação Comercial do Paraná, com roteiro de Walter Negrão, dirigido por Paulo Morelli e estrelado pelo ator Herson Capri. O filme, premiado no Festival de Gramado, narra o drama vivido pelos paranaenses na Revolução Federalista, que culminou com a morte do maior líder do Estado. Algumas imagens desse filme foram utilizadas no vídeo que vamos exibir a seguir. Cento e treze anos depois, em 16 de dezembro de 2008, Ildefonso Pereira Correia, o Barão do Serro Azul, teve seu nome incluído no *Livro de Aço dos Heróis Nacionais*, no Panteão da Pátria Tancredo Neves, na Praça dos Três Poderes, em Brasília. Seu nome como herói nacional está imortalizado ao lado de figuras como Joaquim José da Silva Xavier, Tiradentes; Almirante Barroso; José Bonifácio de Andrada e Silva; Alberto Santos Dumont e tantos outros. A indicação do nome do Barão como herói da pátria partiu do Senador Osmar Dias. Vamos, então, ver o vídeo alusivo aos 125 anos da ACP. (Apresentação de vídeo.) (Aplausos) Queremos registrar a presença do Presidente da Junta Comercial, Ardisson Akel; Superintendente do ISAE/FGV, Norman Arruda; Presidente do Sinepe, Jacir Venturi; a presença de Heron Arzuza, ex-Secretário da Fazenda do Estado do Paraná. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Neste momento, esta Presidência tem a satisfação de conceder a palavra ao Presidente da Associação Comercial do Paraná, Sr. Antonio Espolador. Se desejar falar da tribuna, sem problema, ou também...

**SR. ANTONIO ESPOLADOR:** Pode ser daqui mesmo.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Então, ok.

**SR. ANTONIO ESPOLADOR:** Obrigado, Sr. Presidente. Boa tarde a todos. Para nós, da Associação Comercial do Paraná, é uma honra muito grande estarmos aqui hoje. Queria agradecer ao Sr. Deputado Ademar Traiano, digno Presidente desta Casa, que nos honra com essa homenagem; ao 2º Secretário Ademir Bier; aos amigos Presidente das Federações, o Edson Campagnolo que compõe a Mesa; o João Paulo, nosso amigo da Ocepar; também a Roseli que representa a Boa Vista de São Paulo, aqui presente; Fernando Fontana, ex-Secretário e bisneto do nosso Barão; o João Biscaia, também amigo de longa data; Dra. Samia, representando o Ministério Público; os nossos Vice-Presidentes, na pessoa do meu primeiro Vice, Gláucio Geara cumprimento todos os primeiros Vice-Presidentes; o Norman Arruda também, cumprimento todos os nossos Conselheiros da Associação Comercial; o ex-Presidente, meu antecessor Edson Ramon; o Virgílio Moreira e o Akel. Muito obrigado pela presença e pelo prestígio. As autoridades já nominadas. O nosso ex-Governador Orlando Pessuti, obrigado pela presença de estar junto conosco. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar a minha satisfação especial aos novos integrantes da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Casa que congrega os representantes eleitos pela população para a defesa dos interesses da comunidade e dos empresários. Agradeço também a deferência que o ilustre Presidente, Deputado Ademar Traiano, dedica à Associação Comercial do Paraná, no dia em que entidade, fundada pelo Barão do Serro Azul, nos idos de 1890, completa 125 anos de uma trajetória histórica e exemplar, o Presidente Traiano foi o autor da proposição dessa homenagem que muito nos honra. O entusiasmo e a visão de Ildefonso Pereira Correia, o Barão do Serro Azul, viabilizaram o ideal de reunir em torno de uma causa comum um punhado de homens empreendedores e determinados. Dentre os companheiros de primeira hora do Barão, entre os cidadãos que tiveram a importância fundamental no desenvolvimento desse poderoso Estado, figuravam Joaquim Fernandes Loureiro, Antonio de Barros, Jota

Alves de Araújo, Constantino Pereira da Cunha, João Taborda Ribas e Plínio de Matos, subscritores do primeiro lote de ações do empreendimento associativo, hoje ACP. Ildefonso Pereira presidiu a entidade por três anos, sendo substituído em 1893 por José Ribeiro de Macedo. Começava um longo caminho de lutas e vitórias. Seguiram-se na Presidência Zacarias de Paula Xavier, Davi Antonio da Silva Carneiro, João Ribeiro de Macedo e Zacarias de Paula Xavier novamente. Foram esses os seis primeiros Presidentes da ACP nas primeiras duas décadas de uma saga que hoje completa 125 anos. Rememorando a história, no dia 19 de dezembro de 1913, quando o Paraná festejava 60 anos de emancipação política da Província de São Paulo, rompendo a subalterna condição de 5ª Comarca, a ACP inaugurava a sede própria na cidade de Curitiba. Na época, a casa era presidida pelo Comendador José Ribeiro de Macedo. Em tempos recentes passaram também pela presidência da ACP personalidades marcantes nos meios sociais e empresariais, como Carlos Alberto Pereira de Oliveira, Werner Charapi, Maria Cristina de Andrade Vieira, Eduardo Guido Manoel, Ardisson Akel, Jonel Chedes, Marcos Domakoski, Claudio Gomes Slaviero, Virgílio Moreira Filho, Avanis Lompe Rodrigues e Edson José Ramon. Pioneira de todas as entidades do Estado foi a mãe do associativismo do Estado do Paraná. Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos presentes, a ACP sempre esteve presente na defesa dos interesses do setor empresarial produtivo e da sociedade, a entidade sempre esteve envolvida nas lutas pela ética, a transparência na política e pela preservação do patrimônio público. A agência propositiva da ACP vem de longa data, já no século XIX a entidade desempenhou papel relevante na redução das tarifas do transporte ferroviário. Em 1980 associou-se a outras entidades do Estado para assegurar as cotas de exportação de soja dos produtores paranaenses. Mas, um dos mais importantes feitos da ACP veio com a criação do pioneiro serviço de proteção ao crédito, o nosso Sprocc, até hoje lembrado e ainda atua sob a denominação do Serviço de Proteção ao Crédito, SPCPC. Vale lembrar, atualmente um dos mais importantes e respeitado banco de dados com informações de crédito do mercado brasileiro, em parceria com a nossa Boa Vista Serviços. A participação da entidade na luta pela manutenção da Copel, na área pública, comprovou a visão do empresário que se empenhou ao lado de tantos outros cidadãos indignados na batalha pela não alienação de um patrimônio construído com recursos da população. Hoje sabemos a importância da Copel para o Paraná e para os paranaenses. A ACP jamais se furtou a ocupar sua posição nas trincheiras do civismo, da ética, do respeito ao bem público. Sempre ergueu sua voz a favor das reformas políticas, tributárias, trabalhistas, previdenciárias. Sua bandeira de repúdio à corrupção, prática sombria e criminosa que assola o País, deixando aqui a sua indignação por tudo que estamos vendo no nosso Brasil de hoje e colocando acima de qualquer interesse sua independência política apartidária, com ética e respeito, acima de tudo. Sr. Presidente, senhoras e senhores, concluo agradecendo, mais uma vez, a V. Exa. pela manifestação que muito nos honra, vindo nela o reconhecimento explícito da sociedade paranaense aqui representada. Que, pelos próximos 125 anos, pelo menos, continuemos sendo exemplo de como o associativismo é importante para a classe empresarial e para nossa sociedade, para um Brasil mais justo e melhor. Muito obrigado! (Aplausos)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Esta Presidência, mais uma vez, agradece a presença dos nossos ilustres convidados, os visitantes que aqui estão. E, mais uma vez, reiteramos a satisfação de poder prestar esta homenagem a uma instituição respeitadíssima em todo Brasil que, todos os dias, dão demonstração da grandiosidade do tamanho do empresariado paranaense, representados pela ACP. E que quero suspender, por alguns minutos, a Sessão para que possamos prestar uma homenagem, com entrega de menção honrosa à equipe da ACP.

**MESTRE DE CERIMÔNIAS:** Para entrega da menção honrosa, convidamos à frente o Presidente Ademar Luiz Traiano e para receber a homenagem, convidamos o Presidente da ACP, Antonio Espolador. Peço ao ex-Governador Orlando Pessuti, que também participe deste momento. Demais autoridades da Mesa, 2º Secretário Ademir Bier, Deputado Plauto Miró, 1º Secretário desta Casa, também participando da entrega desta homenagem. (Aplausos) A menção honrosa em homenagem a ACP contém os seguintes termos: "Assembleia Legislativa do Paraná. Menção Honrosa. A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, em unânime reconhecimento por proposição do Deputado Ademar Luiz Traiano, concede voto de congratulação à ACP, Associação Comercial do Paraná, em comemoração aos 125 anos de atuação desta entidade, que representa milhares de empresários paranaenses. Curitiba, 1º de julho de 2015." Assinam a homenagem: Deputado Ademar Traiano, Ademar Plauto Miró, Deputado Ademir Bier. Vamos aplaudir a Associação Comercial do Paraná, completando 125 anos de existência. Em nome da Assembleia, agradecemos a presença de todos os convidados e o Grande Expediente terá sequência dentro de alguns minutos. (Suspensa a Sessão)

**(Reaberta a Sessão)**

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Reiniciamos os nossos trabalhos da Sessão Ordinária desta quarta-feira. Essa Presidência tem a satisfação de anunciar a presença no Plenário, dos Vereadores de Francisco Beltrão, Presidente da Câmara, Professora Elenir Maciel; do Vereador Cléber Fontana e do Vereador Paulo Gros. Sejam bem-vindos a nossa Casa. Convido para que sentem aqui no Plenarinho, para acompanhar a nossa Sessão. Nós os saudamos em nome da Presidência e do Deputado Wilmar Reichembach. No primeiro horário do Pequeno Expediente, primeiro Deputado inscrito para usar da tribuna, Deputado Reichembach, por cinco minutos.

**PEQUENO EXPEDIENTE:** (Pronunciamentos sem revisão dos oradores.) Usaram da palavra os Deputados: Wilmar Reichembach, Tadeu Veneri, Marcio Pauliki e Márcio Pacheco (usou também o horário do Bloco PRB/PSL/PV/PPL.)

**DEPUTADO WILMAR REICHEMBACH (PSC):** Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores que nos acompanham através da TV Sinal. Cumprimentar e parabenizar a Associação Comercial do Paraná, que no dia de hoje aqui esteve falando sobre os seus trabalhos. Parabenizá-los pelos seus 125 anos. Saudação a todas as pessoas que nos acompanham aqui no Plenário, de forma muito especial aos Vereadores de minha cidade, à Presidente da Câmara, Vereadora Elenir Maciel, aos Deputados Kleber Fontana e Paulo Gros. O Brasil é um País privilegiado, belezas naturais, ausência de catástrofes, amplas áreas produtivas, o que nos destaca como produtor agrícola, um povo alegre e criativo. Temos, evidentemente, enormes desafios, em uma história com um pouco mais de 500 anos aqui construída. Na saúde que é seguidamente aqui debatida, Dr. Batista, Presidente da Comissão de Saúde, tivemos, sim, avanços importantes,

mas temos enormes desafios e muitas vezes olhamos para as demandas que ainda parecem infinitas. A educação, todos nós sabemos que é o caminho que levará ao maior desenvolvimento, ao maior equilíbrio social. No entanto, os nossos índices patinam e muitas vezes regredem. Na área social são diferenças gritantes, indicadores negativos, números difíceis no comparativo com outros países, inclusive, por incrível que pareça, da América Latina. A corrupção, que ontem inclusive fiz referência em minha fala sobre a reforma política, que começa com tostões e terminava até pouco tempo, acabava com milhões, hoje acaba com bilhões. Essa é a realidade do Brasil. Na violência temos dados alarmantes e é este tema da violência que me traz até esta tribuna, porque entendo que o nosso País perdeu ontem uma grande oportunidade. Porque houve uma decisão na Câmara dos Deputados, por 303 votos contra 184 e neste caso, 303 votos foram derrotados por um número de 308, que eram necessários. Portanto, por cinco votos foi derrotada a proposta de diminuição da maioridade penal. Sou contra a redução, simplesmente, da maioridade penal em todos os crimes para 16 anos, como sou contra também a pena de morte, considerando o nosso sistema de investigação, nosso sistema em geral, que muitas vezes leva para a cadeia a pessoa inocente. Mas nesse caso, considerando-se os crimes hediondos envolvendo latrocínio, estupro, homicídio doloso - quando há a intenção clara de matar - lesão corporal grave seguida ou não de morte. Nesses casos estava proposta a diminuição da maioridade penal. Vim acompanhando e entendo que esta era a proposta de equilíbrio, uma proposta de bom senso e que, infelizmente, foi rejeitada. Então, fica esse registro, porque entendo que foi um resultado que faz a diferença entre a vida e a morte para muitos cidadãos de bem, para muito cidadão trabalhador, para muitos pais de família. Em qualquer caso, ou continuando como está ou reduzindo a maioridade penal e, em algum momento, precisamos no País intensificar as políticas públicas para nossas crianças, com nossos adolescentes e com nossos jovens, para que essas gerações que estão vindo possam ter um futuro com mais esperança. Obrigado.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Esta Presidência tem a satisfação de anunciar a presença do Vereador de Barbosa Ferraz, Sr. Julielton dos Paços Rodrigues, acompanhado do Sr. José Carlos, por solicitação da Deputada Maria Victória, sejam bem-vindos. Com a palavra, ainda no Pequeno Expediente. Deputado Adelino Ribeiro. Declina. Deputado Scanavaca. Declina. Deputado Tadeu Veneri.

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** Sr. Presidente. Srs. Deputados e Sras. Deputadas. O Ministério Público ontem - na verdade na segunda-feira, já - mas ontem, está em todos os jornais, o acusa o Governador Richa de improbidade administrativa pelo que foi chamado de *Batalha do Centro Cívico*. É importante que ressaltemos Deputado Márcio Pacheco, que o que aconteceu no dia 29 de abril foi muito além daquilo que se esperava ou se pretendia, ou pelo menos que seria o razoável, que era manter a ordem dentro da Assembleia Legislativa, como foi determinado pelo Poder Judiciário, para que não houvesse nenhum tipo de impedimento, para que os Srs. Deputados e Sras. Deputadas pudessem votar o projeto da Previdência. Foi muito além, no entendimento do Ministério Público, porque o Governador não só extrapolou o seu poder enquanto Executivo, ao convocar - e por isso improbidade administrativa - forças policiais de todo Estado, incluindo os batalhões, os vários batalhões, de choque, batalhão de fronteira - que talvez não tivesse nenhum sentido estar aqui - a Força Verde ou a Polícia Ambiental. Nós todos sabemos o que aconteceu no dia 29. O que não sabemos é o que acontecerá após essa decisão do Ministério Público. O próprio Governador e a Procuradoria disseram que não foram em tempo hábil, Deputado Requião, comunicados. Não sei o que é que o Governador esperava que acontecesse. Eu não sei se ele esperava que acontecesse de alguém talvez, ter que avisá-lo do que aconteceu, do que ocorreu no dia 29, formalmente. Porque aqueles que estiveram aqui todos, vez por outra ainda olhamos aquelas cenas, todos nós olhamos e sabemos o que aconteceu, sabemos o que houve, Deputado Romanelli, uso com muito excesso da força policial. Não estou aqui dizendo que não houve uma tentativa, aqui, nas grades, de se forçar a entrada, absolutamente, mas a partir dali onde algumas pessoas poderiam ter sido isoladas. O que nos vimos e V. Exa. também viu, o que vimos e o que o Deputado Rasca viu, o que outros Deputados viram, no dia 29, fora do Plenário da Assembleia Legislativa, foi algo absolutamente fora de qualquer controle, de qualquer perspectiva. Por isso, o Ministério Público, talvez pela primeira vez no Estado do Paraná, está tomando a iniciativa de fazer uma ação que envolve o Governador Beto Richa, porque segundo o MP, a lei que trata de improbidade coloca responsabilidade direta nos agentes públicos considerados omissos e seria óbvio que... Desnecessário dizer que o Governador foi totalmente omissos, tanto que estava no *Chapéu Pensador* e nove dias depois disse que se sentia ferido porque não esperava que acontecesse aquilo. O Secretário, então Secretário da Segurança Pública, Fernando Francischini e o Cel. César Kogut, além do que também o Cel. Nerino Mariano, que é ex-subcomandante geral da PM e também o Cel. Arildo, que foi comandante aqui durante um certo tempo, durante a presidência do Presidente Rossoni, foi a pessoa responsável pela segurança. Acho que talvez isso sirva para nós todos como um alerta, não dá mais para pensarmos que as coisas acontecem, que o Estado faz e que as consequências não vêm. Não sabemos quais serão os resultados, não sabemos quais serão ainda os desdobramentos, mas sabemos que o Ministério Público, diferente do que muitos apostavam, tomou uma iniciativa extremamente dura e extremamente corajosa, porque é isso que esperamos que faça, Deputado Pacheco, o Ministério Público. Ontem a noite eu ainda revia uma cena em que descíamos a rampa - V. Exa. junto, Deputado Tercílio, Deputado Rasca, outros Deputados que estavam aqui - e ainda me perguntando por que tudo aquilo aconteceu. Acho que ainda muitos hoje se perguntam por que tudo aquilo aconteceu. Aconteceu porque não fomos capazes de, em determinado momento, ter... (É retirado o som.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Para concluir, Deputado Tadeu.

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** Ter a clareza que era preciso que parássemos por um tempo para tentar encontrar uma saída, uma solução para aquele impasse, aconteceu porque não havia comando para que aquilo não ocorresse, aconteceu porque já estava determinado, Deputado Praczyk, independente de qualquer coisa, que aquele seria o dia da revanche. Não sei. Sei que o que aconteceu marca a história do Paraná, não para que as pessoas se vitimizem, porque não é esse o caso, embora os que estivessem lá fora tenham sido vítimas, mas não é esse o caso. É para que o Estado do Paraná, minimamente a sua população, reconheça nessa ação do Ministério Público, que o Governo pode

muito, mas não pode tudo. O Governo não está acima da lei e por isso mesmo o Governador Carlos Alberto Richa o seu ex-Secretário e Chefe do Comando da Polícia Militar ainda responderão por muito tempo pela ação feita no dia 29 de abril. Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Com a palavra, no Pequeno Expediente, Deputado Pauliki.

**DEPUTADO MÁRCIO PAULIKI (PDT):** Sr. Presidente, subo à tribuna para fazer uma homenagem singela, uma lembrança a um grande conterrâneo nosso e que no dia de hoje estamos com quatro anos do seu passamento. É o nosso ex-Deputado Federal, ex-Deputado Estadual, Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, nosso querido Djalma de Almeida Cesar. Natural de Piracicaba, filho de Rogério Almeida César Júnior e Amélia Vieira de Almeida Silva César, tem três filhos com a professora Lina de Almeida César, nossa amiga, inclusive ex-Vereadora da cidade de Ponta Grossa. Na vida privada exerceu diversas atividades sociais, esportivas e filantrópicas. Fundou o Lions Club de Ponta Grossa, Vila Velha e Ponta Grossa. Presidiu o Clube Ponta-grossense e o Lions Club Vila Velha. Foi diretor jurídico do Clube Literário Recreativo 13 de Maio e Secretário do Clube Libanês de Ponta Grossa. Foi Vereador em Ponta Grossa, de 77 a 83, e Deputado Constituinte reeleito em 3 de outubro de 1990. Em 15 de março de 1991 assumiu a Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social, onde realizou grande trabalho no campo da promoção social. Na Assembleia Legislativa participou de oito Comissões diferentes: foi Relator Geral da Comissão Especial de Reforma da Constituição do Estado do Paraná, da Constituinte Estadual; foi Presidente da Comissão de Organização do Estado e dos Municípios; escreveu na Constituição Estadual de 5 de outubro de 1989, artigos garantindo os direitos fundamentais e sociais aos trabalhadores, às mulheres, às crianças, aos jovens e aos idosos, recebeu o Título de Cidadão Honorário de várias cidades da nossa região, além de ser benfeitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa - a nossa UEPG, por ter contribuído na construção do *campus* universitário. Das suas proposições, queria destacar que ele foi autor da Lei nº 9.244, que criou o Município de Ventania e, também, 102 projetos de leis. Então, é uma homenagem que fazemos como cidadãos ponta-grossenses, dos Campos Gerais a alguém que também nos espelhamos muito, pela vida ilibada, correta e sempre dedicado às questões sociais de toda a nossa região. Fez aqui um mandato exemplar e, tenho certeza que a sua família e todos os ponta-grossenses orgulham-se muito de sua história, de vida. Então, gostaria de fazer homenagem póstuma, quatro anos da passagem do nosso Djalma de Almeida Cesar, é importante, muitos Deputados o conheceram, muitos trabalharam ao seu lado - conversando agora mesmo com o Maurício Requião, muito querido pelo seu pai, por todos os amigos do seu Partido, que é o PMDB e, tenho certeza, que nós, fazendo essa lembrança, resgatamos também um pouco da memória, de tudo aquilo que já conquistamos para a nossa cidade de Ponta Grossa. E continuamos, em nome do Dr. Djalma, em nome de todos os ponta-grossenses, levando cada vez mais benefícios para toda a região. Obrigado, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Com a palavra, no Pequeno Expediente, o Deputado Márcio Pacheco. E, ainda em tempo queremos também cumprimentar a Sra. Ivanise Esperidião da Silva Santos, Presidente da ONG *Mães da Sé*, Associação Brasileira de Crianças Desaparecidas, a pedido do ORG que está na tribuna, Deputado Márcio Pacheco. Seja bem-vinda.

**DEPUTADO MÁRCIO PACHECO (PPL):** Sr. Presidente, Srs. deputados, meus cumprimentos a todos, também a todos que nos acompanham, os profissionais da imprensa, população de casa. Venho falar de um tema, exatamente sobre esse que discutimos pela manhã, no Plenarinho. Tema que não é muito confortável para ouvir e nem para falar, mas que é de uma relevância e de uma importância que só quem vive esse drama é capaz de mensurar o tamanho da angústia que vivem essas pessoas, nem que queiramos não temos condições. Tenho em minhas mãos um livro que se intitula *Mortos sem sepultura - O desaparecimento de pessoas e seus desdobramentos*. O livro, de autoria de uma autoridade de Santa Catarina que também estava presente, o Major Marcus Augusto Claudino, é uma referência na localização de pessoas naquele Estado de Santa Catarina. Temos tantas preocupações - e essa foi uma inferência muito feliz que todos que estiveram presentes tiveram condições de assimilar - em nossas vidas e uma... Sempre há uma mania humana de achar que os nossos problemas são os maiores problemas do mundo e que o problema do outro é sempre menor que o nosso, até o momento que nos damos à reflexão e ouvimos - inclusive a Sra. Ivanise, que nos honra com a presença nesta tarde, ela que é Presidente da ONG *Mães*, da Associação Brasileira de Crianças Desaparecidas, ABCD, que veio de São Paulo e que muito me orgulho de tê-la recebido aqui. E ela contando que a vida dela era tal qual a cada um de nós, com todos os projetos, muita vida pela frente, até que um dia, 19 anos atrás, ela não encontrou a sua filha e foi a uma Delegacia de Polícia e o Delegado disse a ela: "Mãe, fique tranquila..." - eram três horas da manhã - "...vá para casa porque a sua filha saiu, foi dar uma volta e logo retorna." E ela disse: "Primeiro, Delegado, que uma mãe que permite que o seu filho esteja às três horas da manhã desenganado de casa, não seria uma mãe que viria neste horário pedir a sua ajuda." Mas ele mesmo assim a contrapôs e disse: "Não, pode ir para casa que logo, logo a sua filha retornará, esta é a experiência de vida que eu tenho." E ela dizia - e foi emocionante, literalmente e quem estava presente assim se emocionou, inclusive eu - de que faz 19 anos que ela está esperando a sua filha voltar e a sua filha não voltou até hoje. E desde então ela não sabe o que é ter um Natal, uma confraternização de Natal, ela não sabe o que é celebrar um Dia das Mães, ela não sabe o que é celebrar um dia de festa. Não existe festa. E mesmo com medicamentos muito fortes que a sua psiquiatra lhe recomenda, ela não consegue ter uma noite de sono tranquilo nos últimos 19 anos e ainda sonha um dia reencontrar a sua filha, com a graça de Deus, com três netos. Talvez os senhores tenham uma condição de imaginar um pouco o que significa isto, mas ninguém tem. Ninguém tem. É por isso que propusemos um projeto - e aqui quero cumprimentar alguns Deputados que estiveram presentes, o Deputado Tadeu Veneri, o Deputado Pastor Edson Praczyk, o Deputado Chico Brasileiro, o Deputado Evandro Araújo, o Deputado Rasca Rodrigues, o Deputado Adelino, o Deputado Paranhos, se não me falha a memória são estes e me perdoem se não expus o nome de algum outro que esteve presente. Mas, estou mencionando estes e fiz a justificativa da ausência dos demais porque sabemos que hoje tínhamos dois eventos importantes e outros Deputados também gostariam de ter estado e não puderam por conta de um evento aqui na Assembleia e outro do Governo. Mas é um projeto tão despretensioso do ponto de vista político que conta já com 48 assinaturas de subscrição deste projeto e não são 53, exceto a minha assinatura, porque os outros cinco Deputados não os encontrei no dia em que estava coletando

as assinaturas, justamente pela compreensão de que este projeto não tem bandeira política. E não me importa se este projeto será aprovado com a minha autoria ou se virá do Governo, o que importa é que tenhamos a deliberação e a implementação deste projeto, porque aprovar um projeto nem é tão difícil, o problema, a dificuldade é você ver um projeto... (É retirado o som.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Deputado Márcio, V. Exa. usa o horário da Liderança do seu Bloco, PRB/PSL/PV/PPL, por dez minutos.

**Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB):** V. Exa. concede um aparte, na sequência?

**DEPUTADO MÁRCIO PACHECO (PPL):** Em seguida, Deputado. E agradeço pelo espaço maior, Sr. Presidente. Então, agradeço a esses Deputados todos e vou falar um pouquinho sobre o projeto e das pessoas que estiveram presentes. Antes disso, esteve presente o Secretário Flavio Arns, da Secretaria de Assuntos Estratégicos; esteve presente a Desembargadora Lídia Maejima, representando o Presidente do Tribunal de Justiça; esteve presente a Sra. Regina Bley, da Secretaria dos Direitos Humanos e Cidadania; esteve presente o Dr. Jaime da Silva Luz, representando o Secretário da Segurança Pública; esteve presente o Major Eroni Roberto Antunes, representando o Comandante Geral da Polícia Militar; também o Gilson Luiz Cortiano, que é Superintendente da Polícia Rodoviária Federal; Capitão Daniel Lorenzeto, representando o Corpo de Bombeiros do Paraná; a Dra. Nilceia Ferraro, Delegada Chefe da Sicride, que é a Delegacia de Investigação de Crianças Desaparecidas; e também o Major que me cedeu este livro, além da Evanise, que já comentei. E todos, unanimemente, foram absolutamente simpáticos, favoráveis e elogiaram a ideia, o projeto, sem praticamente nenhuma crítica, não obstante a nossa sensibilidade em aceitar qualquer ideia que possa reformular e melhorar o projeto. Mas, isso tudo serve para dizer o seguinte: quero pedir neste momento ao Presidente da CCJ, nosso Deputado Nelson Justus, que, por gentileza - e é um pedido meu e de muitas pessoas que vivem este drama, não vou apresentar um requerimento pedindo tramitação em Regime de Urgência do projeto - um peço que, por sensibilidade, este projeto seja tramitado com celeridade, porque é um drama tão grande e cada dia que se passa, sem a implementação dele, se for de fato importante, é uma vida a mais e uma família a mais que pode se perder. É um projeto simples, tão simples e tão barato que eu mesmo o custearia, se fosse possível. É um aplicativo que pretende - finalidade exclusiva: integrar e auxiliar todas as instituições, autoridades e entidades de segurança pública do Estado do Paraná. E é o único caminho para uma segurança pública eficaz no Brasil: a integração entre as instituições. Como funciona? Qualquer policial terá condições de, tão logo receba a comunicação, até desafiando a quem está em casa essa ideia equivocada de que é necessário você esperar 24 horas para fazer o comunicado de um desaparecimento, esse é um equívoco absurdo, justamente quando se trata de desaparecimento envolvendo situações de crime, situações em que pode culminar em um homicídio, que pode culminar em um sequestro ou em um rapto. Para essas circunstâncias, os primeiros 30 minutos são fundamentais para haver uma divulgação ampla dentro das instituições de segurança pública. E é isso que o projeto prevê: a criação de um aplicativo que vai fazer com que o policial, qualquer policial, não só militar, não só policial civil, inclusive da Polícia Rodoviária Federal, a Federal, Conselheiros Tutelares, Guardas Municipais que estejam conveniados com o Estado, possam baixar esse aplicativo, fazer o cadastro com as informações preliminares e, no momento em que ele der um *ok*, imediatamente, esse aplicativo aciona todas as entidades de segurança pública do Estado do Paraná, informando sobre o desaparecimento e o local onde ele aconteceu. Então, um projeto de custo-benefício inexpressável e que tenho um desejo muito grande de vê-lo implementado. O nosso entendimento é de que não há inconstitucionalidade, porque se alegar a questão do valor, temos, hoje, possibilidade de ter convênios com tantas universidades do Paraná que podem desenvolver. O desenvolvimento é simples, mas ainda que houvesse o entendimento sobre uma eventual inconstitucionalidade, não importa que seja da nossa autoria, importa que o Governo encampe essa ideia e que seja implementado. É por isso que faço esse pedido e fazendo um pedido até político, Deputado Hussein, é uma proposta positiva que enaltece a reputação desta Casa. E não devemos considerar uma possível ilegalidade, suposta ilegalidade, antes mesmo de o Governo se manifestar. E a aprovação de um projeto vindo desta Casa, enaltece a postura de todos os Deputados, enaltece a imagem da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Por isso que peço uma sensibilidade especial aos Deputados da CCJ, para que encontrem argumentação para legitimar a constitucionalidade do projeto. E peço, desde já, naturalmente, a aprovação do projeto em um segundo momento. Com a palavra, primeiro, o Deputado Pastor Edson Praczyk; na sequência, Deputado Tadeu Veneri, que pediram aparte.

**Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB):** Deputado Márcio Pacheco, agradeço a oportunidade de falar em vosso horário, primeiro para parabenizá-lo pela iniciativa da Audiência Pública com um tema atual, importantíssimo, sobre a prevenção e a busca de pessoas desaparecidas. A questão de ser ou não constitucional a proposta de V. Exa., penso que é secundária, tamanha a envergadura de importância dessa iniciativa. Caso isso não seja superado, há outros mecanismos que não podem ser de forma alguma abandonados por V. Exa.: ou via Indicação Legislativa, hoje, através de requerimentos para que o Poder Público Estadual assumia essa ideia, que é simplesmente brilhante. O debate é extremamente necessário, envolvendo a sociedade, o poder público. O caminho é o caminho certo que V. Exa. está percorrendo. Vejo que não existe nenhuma Assembleia Legislativa tão preparada para debater esse tema, tendo em vista o histórico que a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná tem. Tivemos em nossos quadros de Deputados, a Deputada Arlete Caramés, que é nacionalmente uma referência porque, infelizmente, faz 24 anos que ela passou por esse problema. O seu filho Guilherme simplesmente desapareceu e, já passados 24 anos, ela até hoje não tem notícias dele. O histórico, também, enfatizo das iniciativas enquanto Parlamentares do *Aleria Amber*, que segue a mesma intenção: mobilizar o poder público e a sociedade para denunciar o desaparecimento, principalmente de menores. Quando foi dito do aplicativo Ueps, todo em plataforma livre, vejo que vem ao encontro a uma necessidade, uma qualidade de se resgatar o investimento e a atenção do Poder Público no desenvolvimento de ferramentas através de software livre. E por fim, finalizo a minha fala dando uma sugestão a V. Exa., que em um próximo horário V. Exa. traga aquela explicação para que os demais Parlamentares entendam de forma ilustrativa e pedagógica o quanto a ideia é viável. Muito obrigado.

**DEPUTADO MÁRCIO PACHECO (PPL):** Agradeço ao Pastor. Oportunamente podemos fazer a apresentação, inclusive registrando a presença honrosa da ex-

Deputada Arlete que nos brindou com a presença e com as suas considerações também. Deputado Tadeu Veneri com a palavra.

**Deputado Tadeu Veneri (PT):** Deputado Pacheco, quero primeiro parabenizá-lo pela Audiência Pública. E obviamente, falei com V. Exa. ontem a respeito do caso do marido da D. Mirian - que não sei se pôde vir hoje de manhã ou não - mas que ficou conhecido no Paraná, principalmente Curitiba, o engenheiro que desapareceu e que até hoje, passado anos, ninguém sabe o que aconteceu, absolutamente ninguém tem pista nenhuma, encontraram a bicicleta dele simplesmente e nada mais. E obviamente que, é como V. Exa. citou, são pessoas que você não tem a menor ideia de onde se encontram, como se encontram, se estão vivas, se não estão, e é um drama que envolve não só as famílias diretamente envolvidas, diretamente atingidas, mas todas as pessoas próximas. Então, parabéns. Como V. Exa. disse, hoje temos tecnologia que pode ser aplicada, inclusive através do telefone celular. Falava há pouco com uma pessoa que em outros países se tem essa tecnologia para fazer o alerta, avisar quem está próximo e procurar fazer com que situações como essa não aconteçam com a frequência que elas acontecem. Parabéns mais uma vez pela iniciativa, e espero que o projeto seja o mais rápido possível votado na CCI.

**Deputada Cantora Mara Lima (PSDB):** Um aparte, Deputado? Rápidinho, se possível.

**DEPUTADO MÁRCIO PACHECO (PPL):** Pois não, Deputada Mara, que esteve presente, inclusive. Desculpe.

**Deputada Cantora Mara Lima (PSDB):** Só para lhe parabenizar e dizer que é lindo o trabalho que V. Exa. deseja fazer, e com certeza vai fazer se depender desta Deputada. Dizer da importância que isso tem por ser concededora de causa, meu pai desapareceu há mais de 15 anos, não sabemos onde está, bom se pudéssemos encontrá-lo e pudéssemos, vivo ou morto, mas ter uma condição digna de poder chorar a sua morte - se foi isso o que aconteceu. Mas por falta realmente desse aplicativo, por falta de interesse, e posso dizer público também e agilidade, meu pai não foi encontrado e muitos outros também... (É retirado o som.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Para concluir, Deputado Marcio.

**DEPUTADO MÁRCIO PACHECO (PPL):** Conclua, Deputada, por gentileza.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Deputada Mara, pode concluir.

**Deputada Cantora Mara Lima (PSDB):** Tenho certeza que isso será bem-vindo e pode contar com esta Deputada.

**DEPUTADO MÁRCIO PACHECO (PPL):** Obrigado, Deputada. Para finalizar, agradeço o espaço, e digo o seguinte, o nosso aplicativo que quer denominar-se *Alerta à Vida*, tem a única finalidade de ajudar, se não ajudar a recuperar os já desaparecidos, que possa ajudar a prevenir outros sofrimentos na vida do povo brasileiro. E a nossa experiência de vida de policial, de dez anos policial militar e oito anos de policial federal, onde conseguimos ter um pouquinho dessa experiência de policial, nos deixa claro que a criminalidade usa com toda força a tecnologia que a atualidade disponibiliza. Não podemos preterir isso dentro das instituições de segurança pública e esse é o nosso propósito. Obrigado a todos pela atenção.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Com a palavra, no horário do PDT, Deputado Nelson Luersen por dez minutos.

**HORÁRIO DAS LIDERANÇAS:** (Pronunciamentos sem revisão dos oradores.) Usaram da palavra os Deputados: Nelson Luersen, Paranhos, Requião Filho, Luiz Claudio Romanelli e Requião Filho.)

**DEPUTADO NELSON LUERSEN (PDT):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, telespectadores da TV Sinal, o que me traz a essa tribuna hoje é uma preocupação devido aos últimos comentários que tivemos no Estado do Paraná, referentes à prorrogação dos contratos do pedágio. Então, é uma preocupação grande de toda a sociedade organizada, uma preocupação grande, eu sei, de muitos Parlamentares desta Casa, um assunto que entendíamos que já estava sepultado, haja vista que, quando realizamos a CPI do Pedágio, o nosso objetivo primeiro foi desconstituir a iniciativa das concessionárias do Governo do Estado a pretensão que eles tinham de prorrogação de contrato. Quando alguém nos pedia qual era o objetivo principal da CPI, levávamos a mensagem a todo Paraná: "A nossa principal meta é fazer com que esses contratos perversos que prejudicam a economia do nosso Estado não sejam prorrogados". Que, na pior das hipóteses, tenhamos que suportar esse preço absurdo, Deputado Adelino, até 2021, mas em 2021 vamos ter a oportunidade de fazer uma nova concessão nos moldes que o Governo Federal vem fazendo nos dias de hoje, com um preço mais acessível, onde o preço médio de concessão do Governo Federal, nas concessões recentes, varia de R\$2,50 a R\$3,50 cada 100 quilômetros de concessão. Esse pedágio do Paraná hoje o preço médio, por 100 quilômetros, é em torno de R\$11. Então, ele penaliza a economia, penaliza o nosso Estado. Então, estamos aqui para alertar e para pedir o apoio dos nobres Deputados, que comecem a posicionarem-se contrários. Sei que já existe uma articulação, inclusive já houve uma reunião com o G-7, onde algumas entidades, inclusive do G-7, posicionaram-se favoráveis à prorrogação desses contratos. E, estamos aqui pedindo a esta Casa, pedindo à Assembleia Legislativa do Paraná, pedindo aos nobres Deputados e Deputadas que representam o povo do nosso Estado, que sejam contra essa arbitrariedade, esse absurdo.

**Deputado Adelino Ribeiro (PSL):** Um aparte, Deputado?

**DEPUTADO NELSON LUERSEN (PDT):** Concedo um aparte ao Deputado Adelino Ribeiro.

**Deputado Adelino Ribeiro (PSL):** Para mim foi uma satisfação trabalhar com V. Exa. na CPI do Pedágio. Tivemos a oportunidade de estar em quase todos os cantos do Estado, fomos até Jacarezinho, a todas as regiões, o pedágio mais caro do Brasil está na praça de Cornélio Procopio/Jacarezinho, quase R\$15 para a pessoa passar o pedágio naquela localidade, e não vejo outro caminho, Deputado Luersen, de o Governo do Estado devolver essas praças de pedágio, realmente, ao cidadão paranaense, porque não é possível. Hoje o cara que está em Foz do Iguaçu e vem a Paranaguá gasta praticamente R\$1 mil e 500, R\$1mil e 700 de pedágio. Se o cara fizer durante um mês é um absurdo! Vai pagar mais de pedágio do que sobra para um cidadão que tem uma carreta hoje! Então, acho que quando se fala em prorrogar o pedágio, primeiro, fazer com que essas empresas devolvam os recursos do que não fizeram. Não se faz nada no Estado do Paraná no pedágio se não for com gatilho. O gatilho é o seguinte: como colocou na região Oeste do Paraná, de Cascavel a Foz do Iguaçu, fizeram 14 quilômetros lá e colocaram no lombo do cidadão 8% a mais, não só da praça de Foz do Iguaçu até Cascavel, de

Foz do Iguaçu até Guarapuava. Um absurdo que se faz no Estado do Paraná! Então seria, em 2021, quando chegar o Governo sério, que aqui vai estar, espero que esteja aqui, faça a devolução dessas rodovias ao cidadão paranaense. Que faça a cobrança que faz daqui a Santa Catarina, R\$1,25 de pedágio para um cidadão com pista dupla. Aqui temos pista simples, cobra pedágio, o cidadão paga e a conta quem paga é o cidadão que está na estrada. Então, acho que um Governo sério, um Governo preocupado com o Estado certamente não vai pensar neste momento em ter a renovação ou a ampliação de contrato com essas empresas.

**Deputado Cobra Repórter (PSC):** Concedo um aparte, Deputado?

**DEPUTADO NELSON LUERSEN (PDT):** Na sequência. Concedo um aparte ao Deputado Chico Brasileiro, com certeza ele conhece muito bem esse assunto, que Foz do Iguaçu, sem dúvida nenhuma é um dos Municípios paranaenses mais prejudicados com o pedágio. A economia de Foz do Iguaçu encolheu nos últimos anos, e eu digo sempre que não é só devido à fronteira, ao Mercosul, que está acontecendo hoje a comercialização entre Buenos Aires e São Paulo, deixando de passar, muitas vezes, por Foz do Iguaçu, e sim se deve ao pedágio, porque a matéria prima, para chegar lá, é caríssima, e para sair de lá e chegar a Paranaguá também é um absurdo. Então, Deputado Chico Brasileiro, lhe concedo um aparte.

**Deputado Chico Brasileiro (PSD):** Deputado Nelson Luersen, quero parabenizá-lo pelo tema que V. Exa. traz a esta Casa e me juntar a V.Exa. e aos demais Deputados nessa luta contra os valores exorbitantes do pedágio. Temos que antecipar esse debate, porque enquanto estamos aqui tem muitos setores já arquitetando a renovação de contratos com tarifas abusivas para a sociedade e para a economia paranaense. Por isso quero dizer que me junto a V. Exa., aos demais Deputados, e temos que antecipar esse debate, para evitar que grupos financeiros prejudiquem a economia, prejudiquem as empresas, prejudiquem a sociedade paranaense, as famílias paranaenses com esse abuso que é o preço do pedágio. Obrigado.

**DEPUTADO NELSON LUERSEN (PDT):** Agradeço. Na sequência, o Deputado Cobra Repórter.

**Deputado Cobra Repórter (PSC):** Deputado, tenho acompanhado a situação dos pedágios, principalmente na minha região, temos lá duas praças de pedágio, o que, infelizmente, é um absurdo, e desde a época que trabalhava na televisão, no rádio, vimos acompanhando o drama que é. O pedágio é um desrespeito para com o paranaense, porque barra o desenvolvimento principalmente do interior do Estado. Sou do tempo em que se prometia tanta coisa, se ganhava eleição em cima do pedágio. Lembro que falaram: "Ou o pedágio acaba; ou o pedágio baixa", e não aconteceu nenhum dos dois. O pedágio continuou do mesmo jeito que está. Mentiram para o povo, fizeram um monte de coisas e continua o pedágio sendo um absurdo no Estado do Paraná. Não podemos aceitar que esse tipo de coisa aconteça! Precisamos tomar posição e acabar com esse desrespeito que são as praças de pedágio do Estado. Muito obrigado.

**DEPUTADO NELSON LUERSEN (PDT):** Agradeço a V. Exa. Quero dizer à população do Paraná que quando se fala de pedágio há uma verdadeira repulsa por parte da população, e todos os governos pecaram: desde o Jaime Lerner, Requião, Beto Richa, todos pecaram quanto à questão do pedágio. Todos foram responsáveis por aditivos que desconstruíram o contrato original, porque no contrato original o preço era absurdo, mas as obras iam beneficiar o Estado do Paraná. Infelizmente, mais da metade das obras foram retiradas, atas e aditivos fizeram com que tivéssemos cortadas essas obras e temos muitas obras para realizar. Duplicações, como é o caso de Ponta Grossa a Apucarana, falava com o Deputado Tercílio, antes, e ele me dizia que faltam mais de 210 quilômetros de duplicação para acontecer. Será que a concessionária vai vencer até 2021, concluir essa obra que está nos contratos, nos aditivos? E tantas outras, como a duplicação do Relógio até Guarapuava - uma parte está sendo feita, está sendo realizada - e outras obras que precisam ser realizadas. Então, detectamos na CPI do Pedágio a necessidade de redução de preço. Infelizmente, os contratos foram bem amarrados; na Justiça perdemos todas as ações que foram movidas; as concessionárias estão com a faca e o queijo na mão. Então, cabe a nós, agora, cobrarmos para que eles realizem as obras, nem que seja dos aditivos, mas que não se prorrogue os contratos. Espero que o Governo do Estado, que o Ministério dos Transportes não dê anuência para uma prorrogação, porque mais de 1 mil e 900 quilômetros de rodovias são federais e os outros 500 quilômetros são do Governo do Estado. Sem a concessão do Ministério dos Transportes o Estado também não tem como prorrogar esses contratos. Então, peço a esta Casa, solicito aos nobres Deputados, vamos nos empenhar nessa luta, vamos nos somar, porque é uma causa justa, uma causa nobre; vamos ter que suportar o pedágio no preço que está até 2021, mas depois de 2021 queremos que essas praças... (É retirado o som.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Para concluir, Deputado Nelson.

**DEPUTADO NELSON LUERSEN (PDT):** Após 2021 pedimos e exigimos que sejam devolvidas as rodovias para o povo do Paraná, que seja feita uma nova concessão. Com certeza vamos ter um preço, no mínimo, 60% mais barato do que se pratica hoje, com obras sendo realizadas que vão beneficiar o povo do nosso Estado. Agradeço aos Deputados e espero contar com a colaboração dos senhores para que possamos pressionar tanto o Governo do Estado como o Ministério dos Transportes, que não aceite a prorrogação dos atuais contratos de pedágio que estão vigentes nas rodovias do nosso Estado, porque isso é um verdadeiro absurdo, é um prejuízo incalculável para a economia do nosso Estado! Muito obrigado, Srs. Deputados.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Esta Presidência tem a satisfação de registrar a presença na Casa do Presidente da Associação das Câmaras Municipais do Paraná, Acampar, Vereador de Prudentópolis, Sr. Júlio Makuch. Seja bem-vindo a Casa. Com a palavra o Deputado Paranhos, por 10 minutos, no horário das Lideranças. Em tempo, ainda também registramos a presença do Vereador de Antônio Olinto, Sr. João Borba, por solicitação do Deputado Felipe Francischini.

**DEPUTADO PARANHOS (PSC):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores da TV Sinal, volto a esta tribuna hoje para falar de uma notícia, de uma liberação de verbas para a cidade de Londrina, para o aeroporto. Deixar bem claro, antes de qualquer coisa, que não sou eu, evidentemente, o instrumento da liberação da verba para Londrina, para não derrubar a Sessão. Deixar muito claro isso. Mas falo porque acho interessante o tema, que está no site do Governo do Estado, a liberação de R\$26 milhões e 200 mil para o pagamento de desapropriação de terrenos no entorno do aeroporto. O Deputado Turini, que é da cidade, conhece bem essa demanda, e claro, falo com alegria,

porque é uma necessidade. Já no ano de 2013, 2014, o Governo do Estado liberou, a fundo perdido, um valor bastante significativo também, de R\$15 milhões e 900 mil, totalizando então R\$42 milhões e 100 mil para a nossa querida cidade de Londrina, do Aeroporto José Richa.

**Deputado Terclio Turini (PPS):** Permite-me um aparte?

**DEPUTADO PARANHOS (PSC):** Com certeza, na sequência. Então, não tenho nenhuma dúvida de que é um projeto interessante, necessário, coerente, e evidentemente totalmente justificável. Mas falo também do nosso querido aeroporto de Cascavel, da nossa fazenda. O nosso aeroporto de Cascavel é uma piada, aliás, piada por muitos anos, terrível o aeroporto, sem nenhuma estrutura. A pista feita de forma equivocada, errada, atravessada, e que sinceramente, para nós da cidade, da região - que tem de Cascavel cinco Deputados Estaduais, quatro Deputados Federais, e mais os 11 Deputados que compõem a região Oeste - nos envergonhamos pela estrutura física e técnica do nosso aeroporto. Uma vergonha total as suas instalações de embarque, mas principalmente a pista. Na última segunda-feira os nossos legisladores ficaram lá mais de cinco horas, e não tinha neblina, não tinha chuva; tinha vento, mas a nossa pista não autoriza o voo, porque a pista é atravessada. Essa luta nossa é antiga, a nossa humilhação vem de décadas. A cidade cresce e se desenvolve e o nosso aeroporto fica a cada dia pior, chove dentro, goteiras nas costas de quem vai embarcar, é horrível! Falo aqui e acabo falando para todo o Paraná, para todo o Brasil através das imagens, mas é um fato, não é nenhuma tentativa de denegrir a nossa querida cidade, que se desenvolve no aspecto comercial, empresarial, mas que quando depende da vida pública, capenga de forma terrível. Também, na esteira deste anúncio, falo agora de uma notícia de Cascavel, do Jornal *O Paraná* e também da Catve, que diz assim: *O tão esperado caminhão AP-2, que tinha um custo de R\$1,5 milhão, não virá tão logo para Cascavel. Segundo informações levantadas pelo Jornal O Paraná, falhas administrativas fizeram com que o pedido do veículo, que era parte de uma contrapartida do Estado, foi perdido o prazo. A contrapartida é de R\$320 mil. Esse caminhão eleva o nível do nosso aeroporto, Dr. Terclio, para o nível 5, e possibilita aterrissagem e decolagem de avião de outro porte, que inclusive supera essa questão do vento, Deputado Edson Praczyk. Então, é difícil aceitar isso, porque chegamos a anunciar ao Governo do Estado - e nós de Cascavel anunciamos e ainda eu estava apto a fazer algum tipo de anúncio há um ano, em se tratando de ações do Governo, porque tivemos a comprovação de que esse caminhão estava comprado - mas falo com sentimento de tristeza, porque por R\$320 mil perdemos a possibilidade de ter esse equipamento que possibilitaria às empresas colocar uma aeronave de porte maior, facilitando então o embarque e desembarque no nosso aeroporto de fazenda, que evidentemente balança as pequenas aeronaves. Nunca sabemos se desce na pista ou na grama que norteia a nossa querida pista. Então, trago essa notícia aqui, e o pior é que a informação que temos é que o Governo Federal já não tem mais esse programa, porque a verba, 80% é do Governo Federal, para contemplar a possibilidade desse caminhão. Então, quero deixar registrado aqui. Acabei de falar com o Deputado Schiavinato sobre o projeto do nosso aeroporto regional, que foi outra mentira que pregaram ao Oeste do Paraná, ainda no Governo Lerner, chegaram a anunciar às vésperas de uma eleição para o Governo do Estado a desapropriação, com maquete, festa, fanfarra, foguetes e a noite regada a uísque, a liberação do nosso aeroporto regional da região oeste, e já se passou mais de uma década e ainda estamos sem o nosso aeroporto. Acho que essa, Deputado Schiavinato, é uma das nossas prioridades absolutas, independente da questão partidária. Temos hoje uma Frente Parlamentar, que evidentemente pode agir em todo Estado, mas especificamente na região oeste, porque temos esses gargalos. Então, registro aqui os parabéns ao Governo do Estado, aliás, muito bem orientado pelo Líder do Governo, parabenizar o Governo do Estado por esse investimento tão esperado à região de Londrina, mas fica aqui a nossa solicitação do caminhãozinho para Cascavel, para que possamos continuar embarcando, mesmo de forma muito trágica, até que tenhamos o nosso aeroporto. Pois não, Deputado Terclio.*

**Deputado Terclio Turini (PPS):** Deputado Paranhos, agradeço o aparte, mas para lembrar, com relação aos 15 milhões de alguns anos atrás, realmente foi a fundo perdido, mas esses 26 milhões, que ocorreu a liberação essa semana, esse é dinheiro de empréstimo.

**DEPUTADO PARANHOS (PSC):** Sim.

**Deputado Terclio Turini (PPS):** Ou seja, é um endividamento que a Prefeitura de Londrina está fazendo para fazer desapropriações. Quem conhece o aeroporto de Londrina sabe que uma das grandes deficiências é que a pista é muito curta. A Prefeitura, ao longo dos últimos 30 anos, já pagou as desapropriações todas do lado sul, do lado leste, para ampliar em 300 metros, e agora está concluindo da face norte do aeroporto. Se fosse vender todos esses terrenos hoje, que foram doados a Infraero, ao preço por metro quadrado, talvez isso valesse hoje cerca de R\$1 bilhão, o que a Prefeitura doou para a Infraero, e todo ano a Infraero cria um novo problema para ampliar o terminal de embarque, para fazer ampliação da pista, para colocar o ILS. Então, o problema, lógico, lá em Cascavel, é mais grave, mas é a Prefeitura, que infelizmente está se endividando para uma obra reivindicada para atender não só Londrina, como é a situação de Cascavel, para atender passageiros de mais de 100 Municípios. Então, fica aqui o desabafo, que esse era um programa que tinha que ter sido feito pela Infraero e não só pelo Município de Londrina, já que eles exploram tudo hoje, inclusive praças nossas foram doadas para fazer estacionamento e que eles entregam para particular. Obrigado, Deputado Paranhos.

**DEPUTADO PARANHOS (PSC):** Pois não, Deputado. É o que penso, por isso que fiz questão de registrar a importância e a necessidade, mas estou falando de R\$320 mil, que era a contrapartida do Estado, e nem citei aqui os 15 milhões a fundo perdido. Mas fica aqui o nosso elogio à cidade de Londrina e o nosso pedido para Cascavel.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Com a palavra, no horário do PMDB, Deputado Requião Filho, por 10 minutos.

**DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PMDB):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, prometo ser breve para não estragar a quarta-feira dos senhores. Temos na Casa um pedido de informações para que o Sr. Jaime Sunye venha dar explicações. Provavelmente a Bancada Governista irá derrubar esse pedido, mas sem problemas, se não deixamos o Sr. Sunye vir aqui dar explicações, vou, com aquilo que tenho em mãos, tentando investigar e trazer informações para os senhores sobre os casos da Fundepar e das péssimas escolhas de amigos do Sr. Beto Richa. O Sr. Fanini, aquele que não joga tênis com o Governador, é muito próximo do Governador, em 2012 foi nomeado assessor do Governador com DAS-1, no dia 1º de junho de

2012, Decreto 5.105 de 2012, 1º de junho de 2012. Trabalhava diretamente com o Sr. Governador. Na sequência, lembro os senhores, teria ido para a Fundepar, para a sede. Mas vamos a 2015, ver uma trapalhada que o Governo fez depois que o Sr. Jaime Sunye trouxe as denúncias à baila. Depois que esse pequeno desvio de R\$30 milhões, por parte do Sr. Fanini, começou a ser investigado, começou uma verdadeira operação limpeza por conta do Palácio Iguazu. O Sr. Fanini tinha sido, de acordo com o Decreto 55, nomeado Diretor-Presidente da Fundepar em 6 de janeiro de 2015; em fevereiro, quando começou a se levantar as falcatruas, quando o Sr. Sunye começou a mexer nesse vespeiro, o Sr. Fanini foi nomeado, de acordo com o Decreto 496, assessor da Governadoria de novo, afastaram-no da sede, quiseram preservar o amigo. O Decreto 496 foi publicado no Diário Oficial de 18 de fevereiro de 2015, mas o Governo queria ter certeza de que o Sr. Fanini estava afastado e publicou novamente o mesmo decreto no Diário do dia 25 de fevereiro de 2015. As denúncias começaram a engrossar, o caldo começou a entornar, e o Decreto 496 foi invalidado pelo Decreto 549, devolvendo, a partir do dia 1º/1/2015, o Sr. Fanini para a Fundepar. Uma lambança a tentativa do Governo de afastar o Sr. Fanini do Governador. Secretário, assessor especial do Governador, assessor do Governador, Decreto 5.105 de 2012. São muito próximos. Mas temos outras infelizes coincidências: a empresa Valor, do Sr. Rogério Lopes de Souza, quando ela foi transformada, lá em 2010, o Rogério Lopes de Souza é irmão do Eduardo Lopes de Souza, citado na denúncia, era do Sr. Rogério até mais ou menos julho de 2013; em 2013 ela passou para a Sra. Tatiane de Souza, com 99% das ações, e para a Sra. Vanessa Domingues de Oliveira, que tinha 1%. Começaram as denúncias, começou a investigação e a operação limpeza continuou. Depois do Decreto 496, do Sr. Fanini, a empresa, de forma incrível, passou a ser 100% da Sra. Vanessa Domingues de Oliveira, que caso tivéssemos na Casa a vontade, o intuito de fazer aquilo para que fomos eleitos, investigar a situação, deveria ser convidada a vir aqui na Casa explicar como virou dona de 100% de uma empresa que no ano de 2014 começou a fazer obras de mais de R\$25 milhões, em 2010 recebia perto de R\$5 mil. Depois desse ápice da empresa, os Lopes de Souza não quiseram mais a empresa? Deram de presente para a Sra. Vanessa Domingues de Oliveira, uma empresa que movimentou mais de R\$25 milhões em ano eleitoral? Em meu gabinete a Sra. Vanessa Domingues de Oliveira é conhecida hoje como elemento cítrico. Ela tem todos os indícios de um laranja usado para desviar a ligação do Sr. Eduardo, do Sr. Fanini ao Sr. Governador Carlos Alberto Richa. Muito complicada essa operação limpeza que deixa rastros, onde o Sr. Fanini vai e volta do gabinete do Governador em decretos e nomeações atrapalhadas. Se eu fosse o Governador, revia bem a Casa Civil, está meio atrapalhado o nosso Secretário que nomeia e desnomeia os amigos do Governador. Mas vamos falar de outras coincidências infelizes, já que aqui na Casa não investigamos e não levamos o nosso papel muito a sério, porque a Base Governista se recusa a abrir CPs, convidar pessoas para dar explicações e trazer ao público que nos assiste alguma noção da bagunça que acontece no Paraná. O Secretário da Copa do Prefeito Luciano Ducci é preso em Curitiba pela Polícia Federal, Luiz de Carvalho. Quem é Luiz de Carvalho? Por que Luiz de Carvalho traz tanto medo ao Palácio Iguazu? Luiz de Carvalho ficou no cargo de Secretário da Copa entre 2007, quando Richa era Prefeito. De 2005 a 2012 Luiz de Carvalho teve participação na Prefeitura de Beto Richa, inclusive a nomeação no Decreto nº 23, no primeiro dia de governo do Sr. Beto Richa, como Prefeito de Curitiba. Primeiro dia de janeiro de 2005, o Sr. Luiz Carlos de Carvalho é nomeado Secretário Municipal Extraordinário de Turismo, com o salário de R\$16 mil, pela Beto Richa. No primeiro dia, senhores. No primeiro dia se nomeia pessoas próximas e de confiança, a equipe, o núcleo duro de uma campanha que ajudou a eleger alguém, é nomeado no primeiro dia. E o Sr. Luiz Carlos de Carvalho nomeado no primeiro dia por Beto Richa como Prefeito de Curitiba. A partir de 13 de junho de 2005 ele vira Secretário Municipal de Turismo - não é mais Extraordinário - Secretário do então Prefeito Carlos Alberto Richa. Depois é nomeado dia 1º de janeiro de 2009, para assessor do Prefeito. Não é mais um Secretário, é um assessor direto da pessoa Carlos Alberto Richa, Prefeito de Curitiba. Decreto nº 27 de 1º de janeiro de 2009. Ele vira depois gestor para a Cidade da Copa, pelo Decreto nº 799/2009, assinado por Carlos Alberto Richa. É esse senhor que foi preso pela Polícia Federal acusado de desvio de dinheiro na Prefeitura. Srs. Deputados, o Sr. Governador nomeia muito mal os seus amigos e amigos próximos, assessores diretos do Governador. É difícil que esse Governo saia desse mar de lama. É difícil que esse Governo saia ilso de tantas denúncias e tantos amigos nomeados envolvidos em escândalos. O primo Luiz Abi, indiciado como mentor político de uma quadrilha da Receita. O copiloto Márcio Lima Albuquerque, copiloto do Beto Richa e amigo pessoal dele. Preso. Luiz de Carvalho, preso! Nomeado pelo Beto, assessor dele, pessoal, na Prefeitura. Amigo, só poder ser. E temos o Fanini, amigo, nomeado assessor da Governadoria por três vezes consecutivas, envolvido em R\$30 milhões de desvio em obras que não foram feitas, obras da educação. Srs. Deputados não é possível que os senhores não fiquem sequer curiosos para que possamos esclarecer essas nomeações de amigos presos. Digo e repito: o Gaeco tem hoje uma vaga para deficientes, uma vaga para gestantes e idosos e uma vaga laranja para amigos do Beto Richa. Não há outra explicação a não ser que o Governador Beto Richa, tão mal assessorado, tão mal de amigos, todos eles envolvidos em escândalos de corrupção, fica difícil! E depois nós aqui... (É retirado o som.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Para concluir, Deputado Requião.

**DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PMDB):** Para concluir. Nós aqui não deixamos convocar pessoas para dar explicações, mas distribuímos ambulâncias. Precisamos dar uma resposta ao povo do Paraná. Precisamos investigar essas nomeações e esses amigos do Beto Richa. Conto, amigo Hussein, com o seu apoio para que possamos prestar esclarecimentos à população do Paraná como um Poder independente que devemos ser. Obrigado.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** No horário das Lideranças, Liderança do Governo, Deputado Romanelli, por dez minutos. Vai usar da palavra, Deputado?

**DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB):** Perfeitamente, Exa. **SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Pois não. Então, V. Exa. está no tempo certo agora. Gostaríamos de registrar a presença do Vereador de Rolândia, Sr. Rodrigo do Locatelli, por solicitação do Deputado Cobra Repórter. Seja bem-vindo.

**DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB):** Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, falar do verde da gravata bonita do Deputado Rasca Rodrigues. Hoje estou *Romanelinho paz e amor*, então, na verdade, creio que

muitas vezes, na tribuna, é claro, com veemência expressamos o nosso ponto de vista. Reconheço que alguns oradores na Assembleia o fazem costumeiramente, este discurso com ênfase, alguns mesmos como se estivessem em um palanque em uma campanha eleitoral. Acho que fiz isso ontem um pouco, falei como se estivesse em um palanque. E falei por quê? Porque falei com o meu coração, falei aquilo que estava pensando e entendo, Deputado Tadeu Veneri, que o fígado não é a melhor forma de fazer a política. Tem razão V. Exa.. Mas, ao mesmo tempo, entendo que estamos vivendo uma era em que tudo tem se transformado em notícia. Ainda há pouco estava lá no Comitê de Imprensa aqui da Casa e o Deputado Maurício Requião, que infelizmente se retirou um pouco aqui, mas ele mandou para a imprensa um *release* que vai fazer uma representação contra a entrega das ambulâncias. Quero aqui publicamente dizer, todos sabem, exerci com muito orgulho, do ponto de vista da responsabilidade e pela confiança, a Liderança do Governo Requião, e tenho exercido da mesma forma pela confiança do Governador Beto Richa e quero dizer a todas e todos: os critérios da distribuição das ambulâncias são os mesmos tanto do Governo Requião quanto do Governo do Beto Richa. Não se mudou absolutamente nada, nem uma vírgula. São critérios técnicos baseados nas demandas e neste caso específico, o Governo teve inclusive que atender a outros serviços - dou exemplo o Samu, que a obrigação é do Governo Federal, pela parceria, entregar ambulância, mas o Governo Federal passa por um momento de dificuldade e não poderíamos deixar os Municípios sem ambulâncias. O Governo comprou dez ambulâncias que são, dessas 137, para o Samu e outras tantas para diversos outros serviços, outras ambulâncias ainda para repor ambulâncias que foram sinistradas e que tinham apólice de seguro e os Municípios estão recebendo. Agora, se todos verificarem a listagem dos municípios que estão recebendo as ambulâncias, vão verificar que há Municípios que são governados por Prefeitos que integram todos os partidos: o PT, o PDT, o PMDB, o PV, o PSC, o DEM, o PR. Creio que até tem Município do PSDB, também recebendo essas ambulâncias. Até Município do PSDB está recebendo ambulância. O que temos, minha gente... Brincadeira com a bancada do PSDB, não vamos ficar ofendidos, também. Estou brincando com o PSDB. O que eu estou dizendo é o seguinte, Deputado Bernardo Ribas Carli, é que o critério é critério técnico, critério objetivo. Ao mesmo tempo, quero reproduzir aos Deputados que integram a Base de Apoio ao Governo, que tem responsabilidade de ser Governo, trabalharam duro para poder viabilizar esse programa. O programa de transporte sanitário não é apenas em relação às ambulâncias, são as emendas também que são feitas fundo a fundo entre o Fundo Estadual de Saúde e o Fundo Municipal de Saúde, tanto para compra de ambulâncias como para compras de Van. Inclusive, aqui, muitos Deputados sabem, muitos foram o ano passado, fizeram a gestão, porque política pública não acontece por acaso. A política pública sempre tem alguém trabalhando para poder de fato fazer aquela conquista para o município. Ninguém faz nada sozinho, as coisas não acontecem por acaso. Agora, o critério que o Governo utiliza é o mesmo critério do Governo Requião, é o critério técnico, não mudou nada.

**Deputado Rasca Rodrigues (PV):** V. Exa. me permite um aparte, Deputado Romanelli?

**DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB):** Pois não, Deputado Rasca Rodrigues.

**Deputado Rasca Rodrigues (PV):** Sou testemunha dessa decisão técnica. Por exemplo, no Município de Mallet, o Prefeito é do PV e quem está levando a ambulância é o Deputado Hussein, porque o Município não tinha ambulância e o Município está ganhando uma ambulância. O Deputado Hussein é o Deputado mais votado do Município e o Prefeito apoiou-me, Prefeito do meu Partido, somos parceiros em diversas campanhas. Em nenhum momento opus-me a isso por entender esta posição do Governo em relação a isso, porque para mim não importa quem entrega a chave, lá na ponta as pessoas que estão sendo beneficiadas por isso não perguntam se essa ambulância aqui é do PV, do PT, do PSDB. Eles querem a ambulância, a ambulância chegou e está chegando ao Município de Mallet. Sou muito grato ao Deputado Hussein por ter contemplado esse Município. Então, o Secretário Michele Caputo - pode alguém até questionar o fato dele ser extremamente... Pensando sempre no coletivo, ele nunca excluiu um Município, um Partido, um Deputado, e esse é o perfil do Secretário Michele Caputo. É um perfil de fazer com que a saúde seja enraizada, que os centros de especialidades sejam construídos, que desoneram as Prefeituras. Acho até que os centros de especialidades tinha que ser um programa do Governo como um todo, para ter lá talvez 30, 40, porque desonera bastante o Município que não tem condição de contratar médico especialista, e o centro de especialidade vem cobrir isso, torna muito mais barato, inclusive a política de saúde do Estado, que é algo que está sendo implementado pelo Paraná, talvez, de forma até pioneira pelo Secretário. Então, tenho muita confiança que essas decisões dos Municípios escolhidos, independente dos Deputados que estão integrando, é uma decisão do Secretário Michele Caputo pela história que ele tem de trabalhos prestados na saúde pública, não só de Curitiba, mas do Estado do Paraná.

**DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB):** É isso. Na verdade, estamos trabalhando com... De um lado tem que respeitar, é claro, os Deputados,...

**Deputado Adelino Ribeiro (PSL):** Dá um aparte, Deputado Romanelli?

**DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB):** ...No caso o Deputado que é mais votado em um Município ou V. Exa. que foi apoiado pelo Prefeito. Um exemplo que não há nenhuma lista de privilégio, ao contrário, agradeço o seu depoimento, mostra o trabalho técnico que está sendo realizado pelo Secretário de Estado da Saúde, e é dessa forma que o Governo está trabalhando. Obviamente, o Deputado Hussein Bakri, que é Vice-Líder do PSC, e que tem tido um papel extraordinário como Presidente da Comissão de Educação, e faz sempre um trabalho muito articulado, integrado, e que é legítimo representante daquela região centro-sul do Estado do Paraná, como também V. Exa. Deputado Adelino concedo-lhe um aparte, com muito prazer.

**Deputado Adelino Ribeiro (PSL):** Fico feliz quando o Governo entrega as ambulâncias, independente de ser com A, com B, ou com C, o Deputado que vai entregar, porque o cidadão paranaense está sendo beneficiado. Acho que as emendas de 2014, o Deputado Adelino, por exemplo, colocou uma emenda para uma cidade, e essa cidade agora foi contemplada com uma ambulância. Não veio pela minha mão, mas veio pela mão de outro Deputado. O importante é que o Município está sendo contemplado, que era vontade desse Deputado, vontade do Prefeito que o Município ganhasse uma ambulância, não veio pela minha mão, mas veio pela mão do Deputado Andre Bueno, é importante ao cidadão lá de Cascavel, a Uopecan que levou ambulância também, é importantíssimo, é uma

entidade fantástica, faz um trabalho social importante para a cidade de Cascavel. O Deputado Andre Bueno também contemplou o Município de Cascavel com a ambulância. Então, temos que louvar o Governo do Estado pelo investimento do recurso, independente de A, B, ou C, o Deputado que leva. Acho que cada um aqui é ciente da sua responsabilidade de estar em um momento apoiando o Governo, e depois o Governo tem que chamar mesmo quem foi parceiro dele para poder colocar um apadrinhamento àquela benfeitoria que está sendo feita naquela cidade.

**DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB):** Acho que o seu testemunho é esse mesmo, ou seja, era necessária no Município de Alto Piquiri a ambulância. Obviamente é o seguinte, era uma demanda que tinha, a demanda está atendida pelo Governo. E, ao mesmo tempo, entendo que a política tem que ter essa característica mesmo no sentido de poder de fato tratar de forma igualitária todos os Parlamentares, todos sempre são muito bem-vindos do ponto de vista do diálogo, da construção... (É retirado do som.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Deputado Romanelli, V. Exa. tem um minuto para concluir.

**DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB):** Mas, indiscutivelmente os Deputados que integram a Base puderam participar hoje, no Palácio, junto com o Governador Beto Richa, junto com o competente Secretário Michele Caputo, com os Prefeitos, como eu disse, de todos os Partidos, estavam lá juntos, e obviamente tiraram fotografias, faz parte desse processo todo. Mas o que interessa é o povo, o povo que é beneficiado. Quero só reafirmar o critério de distribuição das ambulâncias do Governo Beto Richa é exatamente o mesmo que era no Governo Requião. E quero assegurar isso como Líder do Governo, tanto o Requião quanto o Beto Richa. É isso. Obrigado.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Solicito à nossa assessoria que zere o painel, peço aos Srs. Deputados que registrem as suas presenças. E anunciamos como último orador, no horário da Liderança da Oposição, Deputado Requião Filho, que está afiado, hoje, para falar.

**DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PMDB):** Obrigado, Sr. Presidente, obrigado. Na verdade, subo aqui, primeiro porque fizemos na Oposição, um requerimento para saber quais foram os critérios utilizados para a distribuição das ambulâncias; segundo, que na fala do Líder do Governo, chamou-me a atenção um porém, investimento em ambulâncias, mas ele disse que as ambulâncias que estão sendo entregues são ambulâncias sinistradas. Ou seja, não há investimento, foram ambulâncias que deram perda total, e o seguro entregou uma ambulância nova. Então, o Governo, como de praxe, faz propaganda enganosa, dizendo que investiu nas ambulâncias quando é devolução de ambulância sinistrada. Mas sem problema, acho que o Governo faz a sua parte. Realmente, Deputado Romanelli, acredito que, devolvendo as ambulâncias sinistradas não há investimento do Governo, propaganda enganosa, vamos, se pudéssemos, ao Procon. Mas se o critério é 100% um critério homogêneo, de amor e paz, o senhor que disse...

**Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB):** Permita-me só uma correção, são duas ou três ambulâncias, duas ou três, de 137, que são ambulâncias que a original sofreu um sinistro e ela está sendo reposta, duas ou três ambulâncias, nada mais que isso...

**DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PMDB):** Doze, 12 talvez...

**Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB):** Não, são duas ou três.

**DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PMDB):** Agora vamos aos fatos. Se o Governo não tem preferência por Deputado de entregar porque o importante é o povo, mas ontem, quando o Deputado Pauliki anunciou uma vitória do povo de Ponta Grossa tivemos chilikos, faniquitos e gritos. Então, o povo não é tão preferencial quando um Deputado Independente se adianta e faz a entrega de uma ambulância, ou entrega de cinco leitos de UTI, aí passa a valer, antes de mais nada, a posição de quem é a favor do Governo. A Oposição, Oposição, sobe aqui hoje e deixa a dica para o Sr. Governador, como diria a minha sobrinha: *hashtag fica a dica*: na entrega das ambulâncias, Srs. Deputados, levem os Deputados da Bancada Independente entregar as ambulâncias em seus Municípios. E nos provem errado que o critério da entrega de ambulância foi um passeio de camburão. Temos plena convicção de que, se o povo vem em primeiro lugar não haverá esvaziamento do Plenário, não haverá discursos inflamados contra um Deputado...

**Deputado Nelson Luersen (PDT):** Concede um aparte, Deputado Requião?

**DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PMDB):** ...Que passou três meses tentando junto ao Michele Caputo, que hoje foi apresentando como mais um super Secretário aqui, para conseguir cinco leitos de UTI. Qual o problema, então, do Sr. Marcio Pauliki, que lutou tanto por essa UTI, ir lá entregar as UTIs? Por que esvaziou o Plenário...

**Deputado Anibelli Neto (PMDB):** Deputado Requião Filho, se V. Exa. puder me dar um aparte...

**DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PMDB):** Por favor.

**Deputado Anibelli Neto (PMDB):** Gostaria de parabenizar a vossa fala, o vosso raciocínio. Vamos fazer um cálculo aqui, nós da Oposição: o aumento de IPVA, o aumento de ICMS, quantas ambulâncias e quantas UTIs poderíamos ser adquiridas? Essa é a pergunta, essa é a dúvida e vamos responder para a população paranaense.

**DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PMDB):** A dúvida que fica do cálculo é, se o fim do Paranaprevidência, o massacre dos professores custou três ambulâncias, o próximo projeto polêmico do Governo vai custar uma volta no carro do Governador em volta da Assembleia. O Governador irá de mãos dadas no banco de trás com o Deputado para apoiar um projeto polêmico! Porque se um massacre dos nossos professores custa apenas três ambulâncias! Ora, uma volta de carro na Assembleia de mão dada com o Governador deve, com certeza, garantir mais algum projeto polêmico aprovado pela Base.

**Deputado Nelson Luersen (PDT):** Concede um aparte, Deputado Requião?

**DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PMDB):** Por favor.

**Deputado Nelson Luersen (PDT):** Deputado Requião, quero parabenizá-lo pelo assunto e ressaltar a importância das ambulâncias para os nossos pequenos Municípios, para os Municípios do Paraná, com certeza, irão fazer um bellissimo trabalho, independente de quem indicou ou não. Mas queria dizer que, somente com o confisco do Paranaprevidência de um mês, de um mês, dá para comprar 1 mil ambulâncias por mês. Então, veja o senhor, foram confiscados em torno de 140 milhões por mês do Paranaprevidência, dinheiro suado da contribuição do servidor, que foi pego para pagar conta, para pagar despesas. E diria para o senhor que é muito fácil, com esse dinheiro que é um dinheiro que veio na contramão, você comprar, distribuir ambulância para o Estado do Paraná, ambulâncias essas que estão sendo distribuídas com dinheiro do servidor público, que fazem parte do

Fundo de Pensão, que pode ser que vão ter problema na aposentadoria lá no futuro. Então, lamento que isso aconteça, que esse dinheiro é do Paranaprevidência, que deveria estar lá no Paranaprevidência, seja usado para outras finalidades.

**DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PMDB):** Também trago à tona a distribuição de cobertores, onde nenhum Deputado Independente ou da Oposição participa, mas Deputados da Base participam de grandes eventos em ginásios, onde a distribuição de cobertores só é feita após a devida tortura dos nossos cidadãos paranaenses que são obrigados a escutar, três, quatro, cinco discursos morrendo de frio antes de receber os cobertores da Provopar. Tática essa da Provopar que já levou, inclusive, a Primeira-Dama a ser multada eleitoralmente por distribuir cobertores e pedir votos.

**Deputado Marcio Pauliki (PDT):** Um aparte, Sr. Deputado.

**DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PMDB):** Por favor, Deputado Marcio.

**Deputado Marcio Pauliki (PDT):** Deputado Requião, queria apenas dizer que, quando na verdade uma criança morrendo por falta de uma UTI pediátrica em uma cidade tão importante quanto Ponta Grossa, onde pessoas ficam na fila de um hospital, elas não querem saber se é Oposição, se é Independente, as pessoas querem, realmente, que possamos ter políticas públicas que venham ao encontro da população. O Líder do Governo falou que apenas aqueles que contribuem com as políticas públicas do Estado têm direito. Acredito que votar contra, a favor das mudanças do Paranaprevidência ou contra o *pacotão* ou a favor do 8,17, isso sim, é votar a favor das políticas públicas e não o contrário. Também quero dizer que me sinto muito orgulhoso, pelo fato que hoje estar completando seis meses na Casa, e não apenas conquistamos os cinco leitos de UTI, mas posso dizer no meu currículo que consegui derrubar uma Sessão com seis meses de Casa. Então, só queria fazer o agradecimento e o Líder do Governo está perdoado pelo chique de ontem, também.

**DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PMDB):** Tenho certeza, para encerrar, que o Deputado Hussein irá convidar o Deputado Rasca para ir lá em Mallet, entregar ambulância; tenho certeza que o Deputado Romanelli quando for ao Norte Pioneiro, irá convidar os Deputados da Oposição, Independentes, para ir entregar ambulância. Porque, afinal de contas, o que importa é o povo. E eu tenho certeza que os Deputados da Base terão a grandeza, terão esse gesto de ser um grande homem e convidarão os Deputados Independentes para irem entregar ambulância junto com eles. E citarão os seus nomes no discurso. Porque, afinal de contas, o que interessa é o povo. Hoje, porque ontem, quando o povo de Ponta Grossa que teve uma conquista importante - e faço um parêntese em Ponta Grossa só para lembrar aos senhores, do Hospital Regional construído no Governo Requião, onde a saúde era levada a sério - teve uma vitória ontem, Pauliki. Sua vitória. Vitória talvez do Plauto, talvez do Péricles, mas uma vitória do povo de Ponta Grossa. E quando o Deputado Pauliki anunciou essa vitória do povo de Ponta Grossa, tivemos chiquinhos na tribuna, birra no Plenário e uma fila indiana que saiu do Plenário, batendo pé, porque você teve a grandeza ou a agilidade. A grandeza de conseguir, sendo da Bancada Independente, cinco leitos de UTI; ou trabalhou mais e melhor que a Base do Governo para conseguir esses leitos. Parabéns, Pauliki. Espero que o povo do Paraná venha a ganhar com o gesto de grandeza da Base do Governo que agora passa a convidar, oficialmente, os Deputados Independentes nas entregas das ambulâncias, dos ônibus da *Tia Dilma* para o Estado do Paraná e a nossa população.

**Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB):** Permite-me um aparte, Exa.?

**DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PMDB):** Por favor.

**Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB):** Primeiro, o seguinte: dizer que os Deputados todos, aqui, são nossos companheiros de trabalho, temos com eles uma relação cordial. Agora, Deputado Maurício, não achei que meia dúzia de ambulâncias fosse causar tanta dor de cotovelo. Desculpe, sinceramente. Achei que a ambulância, como a história dos ônibus. Os ônibus, na verdade, contei naquele grupo de *whatsapp* dos Deputados do PMDB, qual era a história verdadeira dos ônibus, que não é o *Caminhos da Escola*, era dinheiro, que fui a Brasília atrás, para os Colégios Agrícolas, consegui para aplicar o rendimento da boa aplicação...

**DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PMDB):** Do Governo Federal ou não?

**Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB):** Parte do Governo Federal, parte do Governo Estadual. Agora, não dá para poder fazer política querendo descredenciar seja o que faz o Governo Federal ou o Estadual. Tem dificuldades? Tem. Vamos enfrentando. V. Exa. exerce Oposição... (É retirado o som.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Deputado Romanelli, V. Exa. tem um minuto para concluir.

**Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB):** Concluo porque é generosidade do Deputado. Faz Oposição, acho que faz parte desse processo político. Agora, também quem tem responsabilidade de governar, obviamente tem que articular para que as políticas públicas possam chegar a todos os Municípios, como fazem os Senadores, fazem os Deputados Federais. A política é assim no Brasil e no Mundo todo. Então, viva as 137 ambulâncias que vão melhorar a qualidade de atendimento à população! Obrigado.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Para concluir, Deputado Requião.

**DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PMDB):** Então, temos, aqui, agora, o compromisso da Base do Governo de convidar pelo menos os Independentes a entregar as ambulâncias. E quando for verba do Governo Federal que não usem a rede social para dizer: apesar da crise nacional o Paraná anda. Assumam que o Governo Federal ajuda o Paraná. E depois... (É retirado o som.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Para concluir.

**DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PMDB):** ...Não reclamem depois, se o Governo Federal pretere o Paraná, porque o Governador é do PSDB, quando os senhores fazem isso com a Bancada Independente aqui na Casa. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Encerrado o horário do Expediente, passamos à **Ordem do Dia**.

**ORDEM DO DIA:**

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da **Ordem do Dia**. Pronunciamentos sem revisão dos oradores. Presidente sem voto. Votações registradas por meio do painel eletrônico e constantes dos relatórios transcritos em cada item, exceto quando efetuada a votação simbólica. Para cômputo do quórum para as votações e em observância aos arts. 59 e 60 da Resolução nº 1 de 1º.3.2005, Regimento Interno, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adelino Ribeiro (PSL), Ademar Traiano (PSDB), Ademar Bier (PMDB), Alexandre Curi (PMDB), Alexandre Guimarães (PSC),

Anibelli Neto (PMDB), Artagão Junior (PMDB), Bernardo Ribas Carli (PSDB), Cantora Mara Lima (PSDB), Chico Brasileiro (PSD), Claudia Pereira (PSC), Cobra Repórter (PSC), Cristina Silvestri (PPS), Elio Rusch (DEM), Evandro Araujo (PSC), Evandro Junior (PSDB), Felipe Francischini (SD), Fernando Scanavaca (PDT), Francisco Bühner (PSDB), Gilberto Ribeiro (PSB), Gilson de Souza (PSC), Hussein Bakri (PSC), Jonas Guimarães (PMDB), Luiz Claudio Romanelli (PMDB), Marcio Nunes (PSC), Márcio Pacheco (PPL), Marcio Pauliki (PDT), Maria Victória (PP), Mauro Moraes (PSDB), Missionário Ricardo Arruda (PSC), Nelson Justus (DEM), Nelson Luersen (PDT), Nereu Moura (PMDB), Ney Leprevost (PSD), Paranhos (PSC), Pastor Edson Praczyk (PRB), Paulo Litro (PSDB), Pedro Lupion (DEM), Péricles de Mello (PT), Plauto Miró (DEM), Professor Lemos (PT), Rasca Rodrigues (PV), Requião Filho (PMDB), Schiavinato (PP), Tadeu Veneri (PT), Terclio Turini (PPS), Tiago Amaral (PSB), Tião Medeiros (PTB) e Wilmar Reichembach (PSC) (49 Parlamentares); **Deputados ausentes sem justificativa:** Andre Bueno (PDT), Dr. Batista (PMN), Guto Silva (PSC, conforme Protocolo nº 3.257/2015, ausente do país no período de 23.6.2015 a 5.7.2015) e Luiz Carlos Martins (PSD) (4 Parlamentares); **Deputado ausente justificadamente:** Claudio Palozzi (PSC, conforme Protocolo nº 3.535/2015, de acordo com o art. 60, § 3.º, alínea "a" do Regimento Interno, por motivo de doença mediante apresentação de atestado médico) (1 Parlamentar).]

**Projetos que necessitam de apoioamento.**

**Projetos de Lei: (Com apoioamento e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) Protocolo nº 3.520/2015 (autuado sob o nº 497/2015)** do Deputado Missionário Ricardo Arruda, que dispõe sobre a obrigatoriedade de os condomínios dotados de elevadores manterem cadeiras de rodas, e dá outras providências; **Protocolo nº 3.544/2015 (autuado sob o nº 498/2015)** do Deputado Pedro Lupion, que revoga o inciso V do art. 6º e o art. 8º da Lei Estadual nº 17.826, de 13.12.2013; **Protocolo nº 3.567/2015 (autuado sob o nº 499/2015)** do Deputado Ney Leprevost, que declara o frango e a polenta como pratos típicos e o vinho como bebida típica do Bairro de Santa Felicidade, Município de Curitiba.

**Passamos aos itens da pauta**

**(Iniciou-se a votação simbólica das redações finais.)**

**ITEM 1** - Redação Final do Projeto de Lei nº 214/2015, de autoria do Deputado Terclio Turini, que institui o Dia Estadual de Higiene das Mãos, a ser realizado anualmente no dia 5 de maio. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

**ITEM 2** - Redação Final do Projeto de Lei nº 412/2015, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 20/2015, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso de imóvel ao Município de Tüneiras do Oeste. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Agora vamos à votação nas máquinas.

**(Procedeu-se à votação por meio do painel eletrônico, conforme relatório transcrito.)**

**ITEM 3** - 2ª Discussão do Projeto de Lei nº 62/2015, de autoria do Deputado Professor Lemos, que insere no calendário oficial de eventos do Estado do Paraná a Festa do Leitão ao Fogo de Chão, caracterizado como prato típico oficial da Festa da Padroeira Nossa Senhora de Fátima, realizada anualmente em maio, no Município de Serranópolis do Iguçu. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Turismo. Em discussão. Em votação. Deputado Rasca Rodrigues, o seu voto. Deputado Rasca. Deputado Tiago Amaral. Encerrada a votação. [**Votaram "sim"**: Adelino Ribeiro, Ademar Bier, Alexandre Curi, Alexandre Guimarães, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bernardo Ribas Carli, Cantora Mara Lima, Chico Brasileiro, Claudia Pereira, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Elio Rusch, Evandro Araujo, Evandro Junior, Felipe Francischini, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luiz Claudio Romanelli, Marcio Nunes, Márcio Pacheco, Marcio Pauliki, Maria Victória, Missionário Ricardo Arruda, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Ney Leprevost, Paranhos, Pastor Edson Praczyk, Paulo Litro, Pedro Lupion, Péricles de Mello, Professor Lemos, Rasca Rodrigues, Requião Filho, Schiavinato, Tadeu Veneri, Terclio Turini, Tiago Amaral, Tião Medeiros e Wilmar Reichembach (46 Deputados)]. **Não votaram:** Ademar Traiano, Andre Bueno, Claudio Palozzi, Dr. Batista, Guto Silva, Luiz Carlos Martins, Mauro Moraes e Plauto Miró (8 Deputados)]. Com 46 votos favoráveis e nenhum voto contrário está **aprovado** o Projeto de Lei nº 62/2015.

**ITEM 4** - 2ª Discussão do Projeto de Lei nº 231/2015, de autoria do Deputado Artagão Junior, que declara de utilidade pública a Associação Esperança, com sede e foro no Município de Guarapuava. Parecer favorável da CCJ. Substitutivo geral da CCJ. Em discussão. Em votação. Encerrada a votação. [**Votaram "sim"**: Adelino Ribeiro, Ademar Bier, Alexandre Guimarães, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bernardo Ribas Carli, Cantora Mara Lima, Chico Brasileiro, Claudia Pereira, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Elio Rusch, Evandro Araujo, Evandro Junior, Felipe Francischini, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luiz Claudio Romanelli, Marcio Nunes, Márcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Missionário Ricardo Arruda, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Ney Leprevost, Paranhos, Pastor Edson Praczyk, Paulo Litro, Pedro Lupion, Péricles de Mello, Professor Lemos, Rasca Rodrigues, Requião Filho, Schiavinato, Tadeu Veneri, Terclio Turini, Tiago Amaral, Tião Medeiros e Wilmar Reichembach (45 Deputados)]. **Não votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Andre Bueno, Claudio Palozzi, Dr. Batista, Guto Silva, Luiz Carlos Martins, Marcio Pauliki e Plauto Miró (9 Deputados)]. Com 45 votos favoráveis e nenhum voto contrário está **aprovado** o substitutivo geral ao Projeto de Lei nº 231/2015.

**ITEM 5** - 2ª Discussão do Projeto de Lei nº 411/2015, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 24/2015, que objetiva a desafetação do trecho rodoviário estadual da PR-180 e doação do mesmo ao Município de Francisco Beltrão. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Em discussão. Em votação. Encerrada a votação. [**Votaram "sim"**: Ademar Bier, Alexandre Curi, Alexandre Guimarães, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bernardo Ribas Carli, Cantora Mara Lima, Chico Brasileiro, Claudia Pereira, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Elio Rusch, Evandro Araujo, Felipe Francischini, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Luiz Claudio Romanelli, Marcio Nunes, Márcio Pacheco, Marcio Pauliki, Maria Victória, Mauro Moraes, Missionário Ricardo Arruda, Nelson Justus, Nelson Luersen, Ney Leprevost, Paranhos, Pastor Edson Praczyk, Paulo Litro, Pedro Lupion, Péricles de Mello, Professor Lemos, Rasca Rodrigues,

*Requião Filho, Schiavinato, Tadeu Veneri, Terclio Turini, Tiago Amaral, Tião Medeiros e Wilmar Reichembach (43 Deputados). Não votaram:* Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Andre Bueno, Claudio Palozi, Dr. Batista, Evandro Junior, Guto Silva, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Nereu Moura e Plauto Miró (11 Deputados)]. Com 43 votos favoráveis e nenhum voto contrário está **aprovado** o Projeto de Lei nº 411/2015.

**ITEM 6** - 2ª Discussão do Projeto de Resolução nº 25/2015, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, exercício 2012. Parecer favorável da Comissão de Tomada de Contas. Em votação. Votando. Encerrada a votação. **[Votaram "sim":** Ademar Bier, Alexandre Curi, Alexandre Guimarães, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bernardo Ribas Carli, Cantora Mara Lima, Chico Brasileiro, Claudia Pereira, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Elio Rusch, Evandro Araújo, Felipe Francischini, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Luiz Claudio Romanelli, Marcio Nunes, Márcio Pacheco, Marcio Pauliki, Maria Victória, Mauro Moraes, Missionário Ricardo Arruda, Nelson Luersen, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pastor Edson Praczyk, Paulo Litro, Pedro Lupion, Péricles de Mello, Professor Lemos, Rasca Rodrigues, Requião Filho, Schiavinato, Tadeu Veneri, Terclio Turini, Tiago Amaral, Tião Medeiros e Wilmar Reichembach (41 Deputados). **Não votaram:** Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Andre Bueno, Claudio Palozi, Dr. Batista, Evandro Junior, Guto Silva, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Nelson Justus, Paranhos, Paulo Litro e Plauto Miró (13 Deputados)]. Com 41 votos favoráveis e nenhum voto contrário está **aprovado** o Projeto de Resolução nº 25/2015.

**ITEM 7** - 1ª Discussão do Projeto de Lei nº 65/2015, de autoria do Deputado Terclio Turini, que institui no calendário oficial de eventos do Estado do Paraná a Festa do Churrasco no Espeto de Bambu, realizada anualmente nas datas próximas ao dia 28 de abril. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Turismo. Em discussão. Em votação. Votando. Encerrada a votação. **[Votaram "sim":** Ademar Bier, Alexandre Curi, Alexandre Guimarães, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bernardo Ribas Carli, Cantora Mara Lima, Chico Brasileiro, Claudia Pereira, Cobra Repórter, Elio Rusch, Evandro Araújo, Felipe Francischini, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Luiz Claudio Romanelli, Marcio Nunes, Márcio Pacheco, Marcio Pauliki, Mauro Moraes, Missionário Ricardo Arruda, Nelson Luersen, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pastor Edson Praczyk, Paulo Litro, Pedro Lupion, Péricles de Mello, Professor Lemos, Rasca Rodrigues, Requião Filho, Schiavinato, Tadeu Veneri, Terclio Turini, Tiago Amaral, Tião Medeiros e Wilmar Reichembach (40 Deputados). **Não votaram:** Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Andre Bueno, Claudio Palozi, Cristina Silvestri, Dr. Batista, Evandro Junior, Guto Silva, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Maria Victória, Nelson Justus, Paranhos e Plauto Miró (14 Deputados)]. Com 40 votos favoráveis e nenhum voto contrário está **aprovado** o Projeto de Lei nº 65/2015.

**ITEM 8** - 1ª Discussão do Projeto de Lei nº 174/2015, de autoria do Deputado Nereu Moura, que dá nova redação à letra "c" do art. 2º da Lei nº 14.850, de 5.10.2005, que autoriza doação de imóvel ao Município de Catanduvas. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Em discussão. Em votação. Votando. Encerrada a votação. **[Votaram "sim":** Ademar Bier, Alexandre Curi, Alexandre Guimarães, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bernardo Ribas Carli, Cantora Mara Lima, Chico Brasileiro, Claudia Pereira, Cobra Repórter, Elio Rusch, Felipe Francischini, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Luiz Claudio Romanelli, Marcio Nunes, Márcio Pacheco, Marcio Pauliki, Mauro Moraes, Missionário Ricardo Arruda, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pastor Edson Praczyk, Paulo Litro, Pedro Lupion, Péricles de Mello, Professor Lemos, Rasca Rodrigues, Requião Filho, Schiavinato, Tadeu Veneri, Terclio Turini, Tiago Amaral, Tião Medeiros e Wilmar Reichembach (40 Deputados). **Não votaram:** Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Andre Bueno, Claudio Palozi, Cristina Silvestri, Dr. Batista, Evandro Araújo, Evandro Junior, Guto Silva, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Maria Victória, Paranhos e Plauto Miró (14 Deputados)]. Com 40 votos favoráveis e nenhum voto contrário está **aprovado** o Projeto de Lei nº 174/2015.

**ITEM 9** - 1ª Discussão do Projeto de Lei nº 283/2015, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 17/2015, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2016. Parecer favorável da Comissão de Orçamento na forma do substitutivo geral. Há requerimento sobre a mesa (**Protocolado sob o nº 3.555/2015**) de retirada do projeto por duas Sessões, encaminhado pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli, Líder do Governo.

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** Sr. Presidente, gostaria que o Deputado Romanelli explicasse qual é a razão da retirada.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Educadamente, o Deputado Elio tirou o microfone da mão do Romanelli.

**DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB):** O Deputado Elio Lino Rusch é o Relator da Comissão de Orçamento e pode explicar as razões que nos levaram a apresentar o requerimento. Peço a gentileza.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Com a palavra, de uma forma muito gentil, Deputado Elio.

**DEPUTADO ELIO RUSCH (DEM):** Estava aqui nos fundos, Deputado Traiano, Presidente da Casa e havíamos conversado com o Deputado Nereu Moura, que é Presidente da Comissão de Orçamento e também com o Líder do Governo. Há um erro que foi feito no projeto original, sem apresentação de emenda nenhuma e não podemos votar dessa forma. Há necessidade de corrigir, uma vez que tem que ser de acordo com a mensagem que veio por parte do Governo ou alterar através das emendas que foram apresentadas e que analisamos todas no dia de ontem. Foi esse, então, o erro em relação ao percentual da educação.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Vamos submeter, então, ao voto o requerimento. Deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Aprovado o requerimento**, com o voto contrário do Deputado Tadeu. **Retirado de pauta o projeto.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

**ITEM 10** - 1ª Discussão do Projeto de Lei nº 327/2015, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 22/15, que institui a Política Estadual de Proteção e Defesa Civil e adota outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Comissão de Segurança Pública. Em discussão. Em votação. Votando. Deputado Bernardo Carli, seu voto, Deputado Carli. Deputado Nereu.

Encerrada a votação. **[Votaram "sim":** Ademar Bier, Alexandre Curi, Alexandre Guimarães, Artagão Junior, Cantora Mara Lima, Chico Brasileiro, Claudia Pereira, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Evandro Araújo, Felipe Francischini, Francisco Bühner, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luiz Claudio Romanelli, Márcio Pacheco, Marcio Pauliki, Maria Victória, Mauro Moraes, Missionário Ricardo Arruda, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paranhos, Pastor Edson Praczyk, Paulo Litro, Pedro Lupion, Péricles de Mello, Professor Lemos, Rasca Rodrigues, Requião Filho, Schiavinato, Tadeu Veneri, Terclio Turini, Tiago Amaral, Tião Medeiros e Wilmar Reichembach (38 Deputados). **Não votaram:** Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Andre Bueno, Anibelli Neto, Bernardo Ribas Carli, Claudio Palozi, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Junior, Fernando Scanavaca, Guto Silva, Luiz Carlos Martins, Marcio Nunes, Nelson Luersen, Nereu Moura e Plauto Miró (16 Deputados)]. Com 38 votos favoráveis e nenhum voto contrário está **aprovado** o Projeto de Lei nº 327/2015.

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos requerimentos.)

#### REQUERIMENTOS

**Requerimento nº 3.414/2015**, do Deputado Tadeu Veneri, com apoio de Deputados Anibelli Neto, Nereu Moura, Professor Lemos e Requião Filho, com discussão adiada de Sessão anterior, solicitando envio de convite ao Sr. Jaime Sunye Neto, ex-Superintendente da Superintendência de Desenvolvimento Educacional, Sude, órgão vinculado à Secretaria de Estado da Educação, Seed, para que compareça à Sessão Plenária da Assembleia Legislativa, para tratar das denúncias de supostas irregularidades em obras nas escolas estaduais do Paraná, que estão sendo apuradas pela Seed, por meio de auditoria aberta no início do mês de maio do corrente ano.

**DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB):** Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Para encaminhar, Deputado Romanelli.

**DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB):** Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, queria encaminhar contrário à apresentação, aprovação, melhor dizendo, do presente convite. Convite é convite, não é intimação, na verdade, o convite, valor legal de forma objetiva, praticamente nenhum tem. Mas a Oposição quer criar um factóide. Todos nós sabemos que o Sr. Jaime Sunye Neto, além de ter sido durante esses últimos quatro anos e cinco meses Superintendente de Desenvolvimento Educacional da Secretaria de Estado da Educação, é um enxadrista famoso. Ao mesmo tempo, a condição de enxadrista só destaca a inteligência da qual é portador, de enxergar em um tabuleiro aquilo que as pessoas normais não conseguem enxergar. Quem joga xadrez sabe muito bem do que estou falando. O fato é que temos que reconhecer o seguinte: o Governo do Estado já há quatro meses, através de uma sindicância interna da Secretaria da Educação, identificou que havia irregularidades na gestão de obras que são feitas pela Paraná Educação. Nesse sentido o Governo tomou as providências, afastou os que eram responsáveis pela gestão da Sude, entre os quais o Sr. Jaime Sunye e o Sr. Fanini, e tomou já outras medidas também de demissão de servidores, engenheiros, que está claramente sabido que não agiram conforme manda a boa norma administrativa do Direito Administrativo, que até princípio constitucional, da lealdade e da boa fé com quem é seu contratante. Ao mesmo tempo o Governo pediu a instalação de inquérito policial e o Nurse, que é o Núcleo de Repressão ao Crime Organizado do Estado tem um inquérito, um delegado preside o inquérito e obviamente o seguinte: esse inquérito será concluído e enviado ao Ministério Público Estadual para as devidas providências. Nesse feito, inclusive, como há recurso federal também, certamente haverá o concurso do Ministério Público Federal. Faça o relato dessas providências e medidas que o Poder Executivo Estadual tomou, para poder dizer, Exa., que não para a Oposição querer transformar alguém que trabalhou quatro anos e cinco meses fazendo a gestão da Sude, que é a responsável direta, trazê-lo à Assembleia Legislativa para, eventualmente, até promover a sua defesa, não estou dizendo que ele é acusado, nem que é investigado, estou dizendo apenas que a Oposição quer criar um factóide. É mais ou menos, Deputado Maurício Requião, querer fazer um piquenique no nosso jardim. Então, quero dizer a V. Exa. e aos demais Deputados e Deputadas, que a Assembleia Legislativa tem que tratar os temas que são da sua competência, tem que legislar, tem que discutir, tem que debater politicamente, mas sinceramente, é difícil quando a Oposição quer criar não um, mas dois, três factóides por dia para poder divertir. Divertir quem? Divertir o povo, pelo menos os que são oposicionistas. Entendo que temos que tratar esses temas com a seriedade que a Assembleia tem que ter. Aliás, até me surpreende, Presidente, porque analisando o Regimento da Casa e analisando a formação das Comissões, o Presidente da Comissão de Fiscalização da Assembleia, que tem competência, inclusive constitucional, para poder fazer qualquer tipo de investigação, que é presidida pelo Deputado Fernando Scanavaca, tem como membro titular o Deputado Maurício Requião e, o que me pareceu mais interessante, a mim pareceu interessante foi que ele recebeu há algum tempo atrás, não foi ontem, nem anteontem, já faz algum tempo, um documento - segundo ele anônimo - que descrevia irregularidades. O que me surpreende que ele podendo, inclusive, iniciar o processo investigatório pela Comissão de Fiscalização da Assembleia Legislativa, não o fez. E aí atravessa um requerimento pedindo para trazer aqui Jaime Sunye Neto. Então, nesse sentido, para que as Comissões Permanentes e a Casa tratem com seriedade os temas todos, é que encaminho contrariamente à aprovação do presente requerimento que, obviamente, terá que ser deliberado e cedido pelas Sras. e Srs. Parlamentares. Quero pedir o voto de todos os Deputados que integram a Base de Apoio do Governo, quero pedir o voto dos Deputados do Grupo Independente, até que o próprio autor do requerimento possa fazer uma revisão da sua consciência e retirar o requerimento. Acho que isso seria importante, na verdade, tantas quantas vezes, Deputado, o senhor quiser retirar o requerimento de acordo com sua consciência. A sua consciência conheço bem, desde criança pequena, foi bem formado, é homem que não se vende, é integro e, certamente, também tem coerência. Então, por ter coerência é que vai a minha recomendação: se não acatar a voz da experiência, se o autor não acatar a voz da experiência e retirar o requerimento, vamos ao voto Presidente, o Plenário é para deliberar mesmo. Por isso que peço rejeição ao requerimento do convite. Obrigado.

**DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT):** Para encaminhar, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Para

encaminhar, Deputado Professor Lemos.

**DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT):** Quero encaminhar favorável ao requerimento, porque nós, da Oposição, estamos requerendo, fazendo um convite, na verdade, ao Jaime Sunye que foi recebido pelo Secretário Xavier, quando era Secretário de Estado da Educação e ouviu a denúncia feita pelo Superintendente, mas não tomou providências, quando empossado a nova Secretária, Jaime se encorajou novamente foi até ela e denunciou novamente. Ela, evidentemente, levou ao conhecimento do Governador e o Governador então exonerou do cargo de Superintendente da Educação um engenheiro respeitado e que sobre ele não paira dúvida sobre a sua conduta. Foram exoneradas outras pessoas que também fazem parte da denúncia que o Jaime Sunye fez. Então, quando o Deputado Romanelli disse que o Presidente da Comissão de Fiscalização poderia ter feito o convite e não fez, inclusive falei com o Deputado Scanavaca, que é o Presidente dessa Comissão, sou membro dessa Comissão, falei para ele da importância de a Comissão fazer o convite. A Comissão, o Presidente não fez o convite, mas a Assembleia pode convidar o Jaime Sunye para trazer as informações para que os Deputados possam contribuir para que o dinheiro que é sagrado para construir escolas, para reformar escolas, para fazer quadra poliesportiva nas nossas escolas, recurso este que boa parte é Federal, sendo desviado. A denúncia dá conta de que obra em que nenhum tijolo foi assentado, a empresa recebeu 98% do valor da escola, sequer a obra está em andamento nos Municípios. Então, tem desvio de recurso público. Esta Assembleia Legislativa não pode fechar os olhos. Se não quer nem ouvir um servidor público que está denunciando, que papel está cumprindo a Assembleia diante da avalanche de denúncias no Paraná? Tem denúncias vindas de várias cidades, de vários órgãos e neste momento as denúncias dão conta de que dinheiro da educação está sendo desviado e é preciso que nós, aqui na Assembleia, contribuamos para evitar essa sangria. O dinheiro público não pode continuar sendo desviado e quem deu causa para desviar esse dinheiro precisa ser punido. Não é só com a exoneração do cargo que exerce! Precisamos avançar. Então, por isso quero encaminhar, pedindo o voto de todos os Deputados e Deputadas para que aprove o requerimento, convidando o Sr. Jaime Sunye, que é servidor público de carreira da Fundepar, que venha reafirmar as denúncias e explicar ainda mais sobre essa denúncia que fez, que infelizmente não foi compreendido porque ele foi exonerado do cargo que exercia de Superintendente de Educação no Estado do Paraná.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Vamos à votação, Srs. Deputados. Deputados favoráveis à retirada ou derrubada do requerimento apresentado pelo Deputado Tadeu Veneri, votam com a expressão "sim", os contrários com a expressão "não". Votando.

**DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB):** Peço o voto "não".

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Por favor, houve um equívoco de minha parte. Os Deputados favoráveis à retirada, à derrubada do requerimento...

**DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB):** É aprovação ou não aprovação, Exa.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Está acordado. É que a Sessão está um pouco tensa hoje. Mas, V. Exa. pode encaminhar com o voto "não", então, Deputado Romanelli, se esse é o seu desejo.

**DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB):** O voto "não" à aprovação do requerimento.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** "Não" à aprovação.

**DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB):** Isso. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** É isso mesmo. Fico satisfeito por V. Exa. corrigir-me. Se um convite gera uma discussão desta, imagine o resto. Deputado Nelson Justus, seu voto, Deputado Nelson Justus, por favor. Encerrada a votação. [Votaram "sim": Ademar Bier, Anibelli Neto, Chico Brasileiro, Evandro Araújo, Márcio Pacheco, Nelson Justus, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pastor Edson Praczyk, Péricles de Mello, Rasca Rodrigues, Requião Filho, Tadeu Veneri e Tercilio Turini (14 Deputados). Votaram "não": Alexandre Curi, Alexandre Guimarães, Artagão Junior, Bernardo Ribas Carli, Cantora Mara Lima, Claudia Pereira, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Elio Rusch, Felipe Francischini, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luiz Claudio Romanelli, Marcio Nunes, Maria Victória, Mauro Moraes, Missionário Ricardo Arruda, Paulo Litro, Pedro Lupion, Schiavinato, Tiago Amaral, Tião Medeiros e Wilmar Reichembach (25 Deputados). Não votaram: Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Andre Bueno, Claudio Palozzi, Dr. Batista, Evandro Junior, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Luiz Carlos Martins, Nelson Luersen, Paranhos, Plauto Miró e Professor Lemos (14 Deputados)]. **Abstensão:** Marcio Pauliki (1 Deputado)]. Com 14 votos favoráveis e 25 votos contrários está **rejeitado** o requerimento, Deputado Romanelli. (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

**DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB):** Parabéns, Exa.!

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** **Requerimento nº 3.514/2015**, do Deputado Ademar Bier, solicitando envio de pedido de informações ao Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, referente à construção do contorno oeste, no Município de Marechal Cândido Rondon. Deputados que aprovam...

**DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB):** Para discutir, Exa.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** **Adia-se na forma regimental.**

**Requerimento nº 3.566/2015**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando pedido de informações ao Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, conforme específica.

**DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB):** Encaminhamos pela aprovação do requerimento.

**DEPUTADO ANIBELLI NETO (PMDB):** Gostaria, também, de encaminhar pela aprovação, Sr. Presidente, se for possível.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Pois não. **DEPUTADO ANIBELLI NETO (PMDB):** Srs. e Sras. Deputados, promovemos duas Audiências Públicas a respeito do *Paraná Livre da*

*Aftosa sem Vacinação*, e em uma delas o Secretário Ortigara foi muito claro que quer fazer exceções para que possamos avançar enquanto legislação estadual. Por esse motivo, este Deputado está solicitando algumas informações para que possamos trabalhar nessas exceções. Por esse motivo, peço o voto "sim", pela aprovação do requerimento. Muito obrigado!

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Deputados que aprovam o requerimento, com a expressão "sim"; os contrários, com a expressão "não". Votando, Srs. Deputados.

**DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB):** É "sim". Vamos votar "sim" ao requerimento do Deputado Anibelli.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Essa é uma deferência especial ao Anibelli Neto e estamos votando na máquina. Os demais não iremos votar na maquininha. Só para dar uma chance de registro do voto. Vamos encerrar a votação, então, Srs. Deputados.

**DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT):** Presidente, na votação anterior, deu problema na minha máquina, como deu agora - agora consegui votar. Na votação, encaminhei, votei, mas não apareceu o voto. Só queria deixar registrado "sim".

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Será registrado o seu voto com a expressão "sim".

**Encerrada a votação. [Votaram "sim": Ademar Bier, Alexandre Guimarães, Anibelli Neto, Bernardo Ribas Carli, Cantora Mara Lima, Chico Brasileiro, Claudia Pereira, Evandro Araújo, Felipe Francischini, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luiz Claudio Romanelli, Marcio Nunes, Márcio Pacheco, Marcio Pauliki, Maria Victória, Mauro Moraes, Missionário Ricardo Arruda, Nelson Justus, Pastor Edson Praczyk, Paulo Litro, Pedro Lupion, Professor Lemos, Requião Filho, Schiavinato, Tadeu Veneri, Tercilio Turini, Tiago Amaral, Tião Medeiros e Wilmar Reichembach (32 Deputados). Não votaram: Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Alexandre Curi, Andre Bueno, Artagão Junior, Claudio Palozzi, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Junior, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Luiz Carlos Martins, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paranhos, Péricles de Mello, Plauto Miró e Rasca Rodrigues (21 Deputados)]. **Abstensão:** Ney Leprevost (1 Deputado)]. Com 32 votos favoráveis e 1 abstenção, Anibelli, está **aprovado** o seu requerimento. (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)**

**Requerimento nº 3.568/2015**, do Deputado Anibelli Neto, com apoio dos Deputados Gilberto Ribeiro, Requião Filho, Tadeu Veneri, Rasca Rodrigues, Péricles de Mello, Ademar Bier, Professor Lemos, Nelson Luersen, Pastor Edson Praczyk e Nereu Moura, solicitando pedido de informações ao Secretário Chefe da Casa Civil, conforme específica.

**DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB):** Este eu peço para adiar, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** **Adia-se na forma regimental.**

**Requerimento nº 3.524/2015**, da Deputada Cantora Mara Lima, solicitando autorização da Assembleia Legislativa, para ausentar-se do país no período de 19.7.2015 a 7.8.2015, para tratar de assuntos particulares, sem ônus para o Legislativo. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado** o requerimento. (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

**Requerimento nº 3.540/2015**, do Deputado Ademar Traiano, Presidente da Assembleia Legislativa, solicitando dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 411/2015, que não recebeu emendas no curso de sua tramitação. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado** o requerimento. (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

**Requerimento nº 3.545/2015**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei nº 81/2015, de sua autoria. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado** o requerimento. (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

**Requerimento nº 3.569/2015**, do Deputado Ney Leprevost, com apoio dos Deputados Paulo Litro, Cristina Silvestri, Hussein Bakri, Ademar Traiano, Evandro Araújo, Gilson de Souza, Cobra Repórter, Cantora Mara Lima, Schiavinato, Wilmar Reichembach e Missionário Ricardo Arruda, solicitando que seja encaminhada moção de apoio ao Juiz Federal Sérgio Fernando Moro, responsável pela condução dos processos relacionados à *Operação Lava Jato*, com cópia ao Diretor do Foro da Seção Judiciária do Paraná, Juiz Federal Nivaldo Brunoni; ao Presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Desembargador Federal Luiz Fernando Wovk Penteado; ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Ricardo Lewandowski; ao Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro Francisco Cândido de Melo Falcão Neto; ao Procurador-Chefe da Procuradoria Federal no Estado do Paraná, Miguel Cabrera Kaum; e ao Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot Monteiro de Barros. Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

**DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB):** Sr. Presidente, não vou opor-me, até porque o juiz Sérgio Moro faz um trabalho extraordinário, e entendo que o Deputado Ney Leprevost, com quem mantém há tantos anos uma relação de cordialidade, fez isso no sentido de fazer uma manifestação política em função de um tema que é de interesse público. Agora, reconhecidamente o seguinte: o fundamento dessa moção de apoio é em face de um debate que está se travando à luz do exercício regular de uma profissão, no caso da advocacia, em que uma advogada levanta um questionamento sobre o pedido, da prorrogação de um pedido de prisão provisória, e depois transformação em prisão preventiva de um dos réus, inclusive com a impossibilidade de se exercer a defesa. E um debate, inclusive, que tomou a mídia nacional. Entendo que esse tema, na verdade, é um tema que está no âmbito do Poder Judiciário Federal, no caso específico, Poder Judiciário como um todo. O juiz Sérgio Moro realiza um trabalho exemplar para a sociedade paranaense, brasileira, apurando, punindo, enfim, investigando, e ao mesmo exercendo com dignidade o cargo de Magistrado. Mas entendo assim, a Assembleia Legislativa, vamos aprovar a moção de apoio. Agora, é um tema que envolve uma questão processual de uma demanda. Eu, honestamente, tenho dúvidas, respeito o autor do requerimento, é uma manifestação política dele que poderia ter se dado, inclusive - aliás, ele, que nas

redes sociais sempre faz isso de forma tão competente, poderia manifestar, que teria muito mais efeito do que o requerimento. Mas não vou opor-me ao requerimento, mas que indiscutivelmente é um tema que me parece que não é próprio, mas isso é uma decisão do autor, obviamente não vou opor-me à aprovação do requerimento, mas faço essa consideração até para reconhecer o seguinte: é um direito dos advogados que são regularmente, que estão regularmente constituídos pelos seus clientes, e tendo um réu ou um suposto réu, alguém que está indiciado, preso, o advogado tem o direito, sim, de ter manifestações, seja nos autos, ou no caso de levantar uma tese do ferimento de um preceito constitucional que é um direito fundamental que estava sendo violado, e é uma tese jurídica, nova até para o tema. Mas enfim, acho que uma advogada, um advogado, tem o direito, sim, de fazer o questionamento, mesmo que a opinião pública esteja contra. Aliás, um dos fundamentos da advocacia é o advogado exercer a função, por exemplo, tem lá um facinora sendo julgado em um Tribunal de Juri, e vai lá o advogado sozinho para poder defender aquele réu, ele está exercendo aquilo que é fundamento...

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Para encerrar.

**DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB):** ...Fundamento constitucional. Então, neste sentido, entendo que o exercício regular da advocacia não pode estar aqui sob o crivo, sob a censura do Poder Legislativo do Paraná. Mas é isso. Obrigado.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Em votação o requerimento. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. Os contrários que se manifestem. **Aprovado o requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

**Requerimento nº 3.570/2015,** dos Deputados Fernando Scanavaca, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Ocupação Fundiária de Pontal do Paraná, e Tião Medeiros, Relator, solicitando a dilatação do prazo de vigência da Comissão por mais 60 dias e a suspensão da contagem de prazo durante o período de 17 a 31.7.2015, referente ao recesso parlamentar.

**DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PMDB):** “*Questão de ordem*”, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** “*Questão de ordem*”, Deputado Requião Filho.

**DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PMDB):** Em relação à suspensão da contagem do prazo, onde está previsto isso no Regimento?

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Não tenho fundamento legal para dispensar a contagem. Agora, em relação à dilatação, é possível, sim.

**DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PMDB):** A “*questão de ordem*” é sobre a suspensão do prazo, não da dilatação.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Não, não, ela poderá ser prorrogada por 60 dias, mas contando o período normal. Em votação. Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

**DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PMDB):** Fica com a ressalva da suspensão.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Exatamente. Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

**Aprovado o requerimento, com a ressalva da suspensão de contagem no período de 17 a 31.7.2015.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

**Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências:** **Requerimento nº 3.517/2015,** do Deputado Professor Lemos, solicitando envio de expediente ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, para que empreendam esforços no sentido de retomar as obras na Rodovia da Uva - PR-417; **Requerimento nº 3.518/2015,** do Deputado Professor Lemos, solicitando envio de expediente ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Saúde, para que empreendam esforços no sentido de resolver a situação dos leitos no Município de Colombo; **Requerimento nº 3.519/2015,** do Deputado Professor Lemos, solicitando envio de expediente ao Governador do Estado, ao Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento e ao Diretor-Presidente da Emater, para convocação imediata dos aprovados no concurso da Emater - Edital 79/2014; **Requerimento nº 3.534/2015,** do Deputado Evandro Araújo, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado da Saúde, sugerindo a urgente regulamentação em relação à priorização nas filas de atendimento do Centro de Hematologia do Paraná, Hemepar, e dos demais Bancos de Sangue do Estado, dos doadores de sangue raro e/ou fenotipados; **Requerimento nº 3.552/2015,** do Deputado Luiz Carlos Martins, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, requerendo uma posição quanto às obras de asfalto e previsão de entrega dos serviços na Estrada do Cerne; **Requerimento nº 3.515/2015,** dos Deputados Luiz Claudio Romanelli, Pedro Lupion e Tercílio Turini, solicitando que seja encaminhado ao Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, pedido de esclarecimentos e solicitação de medidas para a duplicação da BR-369, trecho Jataizinho/Ourinhos; **Requerimento nº 3.521/2015,** do Deputado Márcio Pacheco, solicitando envio de ofício ao Secretário de Estado do Esporte e Turismo, requerendo a instalação de uma Academia ao Ar Livre na Praça do bairro Parque Limeira 2, no Município de Telêmaco Borba; **Requerimento nº 3.516/2015,** do Deputado Paranhos, Presidente da Frente Parlamentar de Fiscalização do SUS, solicitando moção de apoio à proposta de autoria da Deputada Federal Leandre, do PV/PR, para otimização do SUS, interposta junto à Comissão Especial do Pacto Federativo da Câmara dos Deputados; **Requerimentos nºs 3.525 a 3.531/2015,** do Deputado Paranhos, para envio de votos de congratulações e regozijo pela comemoração de aniversário dos Municípios de: Rio Azul, em 14 de julho; Tuneiras do Oeste, em 25 de julho; Teixeira Soares, em 14 de julho; Santa Maria do Oeste, em 11 de julho; Irati, em 15 de julho; Cafezal do Sul, em 20 de julho; e São Pedro do Iguçu, em 16 de julho; **Requerimento nº 3.532/2015,** do Deputado Paranhos, para envio de votos de congratulações e regozijo ao Vereador Julio Cesar Makuch, pela eleição para o cargo de Presidente da Associação de Câmaras, Vereadores e Gestores Públicos do Paraná, Acampar-PR; **Requerimento nº 3.542/2015,** do Deputado Professor Lemos, para o registro de votos de congratulações pela comemoração do 25º aniversário do Município de Santa Maria

do Oeste, em 11 de julho; **Requerimento nº 3.546/2015,** do Deputado Ney Leprevost, para o registro de votos de congratulações à Dra. Nanna de Carvalho Söndahl, médica com mais tempo de carreira no Estado do Paraná, 75 anos; **Requerimento nº 3.547/2015,** do Deputado Ney Leprevost, para o registro de votos de congratulações e aplausos ao Sr. Jaime Sunye Neto; **Requerimentos nºs 3.553 e 3.554/2015,** do Deputado Márcio Pacheco, para o registro de votos de congratulações e aplausos pelo Dia do Bombeiro Brasileiro, em 2 de julho: aos Bombeiros do Município de Cascavel, na pessoa do Comandante do Corpo de Bombeiros do 4º Grupamento de Bombeiros, Major Fernando Raimundo Schunig; e aos Bombeiros do Paraná, na pessoa do Comandante do Corpo de Bombeiros, Coronel Jucler Simiano Junior; **Requerimento nº 3.556/2015,** do Deputado Bernardo Ribas Carli, solicitando registro de menção honrosa ao Dr. Frederico Guilherme Virmond; **Requerimento nº 3.522/2015,** da Deputada Cristina Silvestri, para envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Sr. Ernesto Dalla Vecchia; **Requerimento nº 3.523/2015,** do Deputado Nereu Moura, para envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Sr. Francisco Rocha de Aguiar, ocorrido no dia 30.6.2015, no Município de Formosa do Oeste; **Requerimentos nºs 3.548 a 3.551/2015,** do Deputado Ney Leprevost, para envio de votos de pesar às famílias pelo falecimento: da Sra. Maria Thereza Alegre Alarcón Osterneck; do Dr. João Gualberto de Sá Scheffer; da Sra. Armida de Arruda Gonçalves; e da Sra. Josefina Benato Budel; **Requerimentos nºs 3.557 a 3.565/2015,** do Deputado Bernardo Ribas Carli, para o registro de votos de pesar às famílias pelo falecimento: do Sr. Dirceu Dias Evangelista; da Sra. Therezinha Telma Demareski; da Sra. Maria Lucia Pacheco Pereira; da Sra. Analice Lustosa Rosa; da Sra. Sandra Rosária Lima Menon; do Sr. Ernesto Dalla Vecchia; da Sra. Jeane Maria Pereira Amaral; da Sra. Luzia Stimer; e da Sra. Louize Maria Franck de Lima.

**Requerimentos com despacho do Presidente:**

**A Diretoria Geral e ao Cerimonial para providências:** **Requerimento nº 3.538/2015,** do Deputado Tadeu Veneri, solicitando o uso do horário do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 13.7.2015, para ouvir o Sr. José Maria Ferreira Rangel, Coordenador Geral da Federação Única dos Petroleiros, FUP, que disporá sobre o tema *Em Defesa da Petrobras*.

**Justificativas de ausência:**

**Deferido conforme o art. 60, § 3º, alínea “a” do Regimento Interno** (por motivo de doença, mediante apresentação de atestado médico): **Requerimento nº 3.535/2015,** do Deputado Claudio Palozzi, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 29 e 30.6.2015 e 1º, 6, 7 e 8.7.2015.

**Deferidos conforme o art. 60, § 4º do Regimento Interno** (o Presidente poderá abonar, durante o mês, uma ausência): **Requerimento nº 3.536/2015,** do Deputado Adelino Ribeiro, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 8.6.2015; **Requerimento nº 3.537/2015,** do Deputado Péricles de Mello, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 24.6.2015; **Requerimento nº 3.539/2015,** do Deputado Andre Bueno, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 30.6.2015; **Requerimento nº 3.543/2015,** do Deputado Tiago Amaral, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 24.6.2015.

**Requerimentos Deferidos:** **Requerimento nº 3.533/2015,** dos Deputados Márcio Pacheco, Ademir Bier, Adelino Ribeiro e Schiavinato, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 29.6.2015; **Requerimento nº 3.541/2015,** do Deputado Péricles de Mello, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 29.6.2015.

Nada mais havendo a tratar... Aliás, quero fazer um apelo, Deputado Nelson Justus - não está na Sessão, mas deve estar me ouvindo - que pudesse convocar a CCJ na segunda-feira para apreciar o projeto de reposição salarial dos servidores da Casa, porque temos o desejo de, imediatamente, pôr na pauta junto com os demais projetos do Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas. Então, gostaria que convocasse a Sessão Extraordinária para segunda-feira para apreciação.

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** Comissão de Finanças, não é, Sr. Presidente?

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Não, a CCJ, porque... E Finanças também. A CCJ porque houve uma solicitação de retirada.

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** Só pergunto a V. Exa., porque também, por uma questão lógica, não veio para a Comissão de Finanças. E aí, claro que aproveitando...

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Os demais já passaram.

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** ...Vamos fazer novamente um apelo aos Deputados para assinarem o 8,17%, não é, Sr. Presidente? Para que todos os funcionários fiquem felizes.

**DEPUTADO MARCIO PAULIKI (PDT):** “*Pela ordem*”, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** “*Pela ordem*”, Deputado Marcio Pauliki.

**DEPUTADO MARCIO PAULIKI (PDT):** Só avisar, Sr. Presidente, temos uma reunião agora da Comissão de Indústria e Comércio, na sala ao lado, estaremos entregando aos nossos Deputados o resultado das quatro reuniões que fizemos com as entidades, 120 reivindicações do comércio e indústria dentro do projeto *Pacto pelo Emprego*. Agora mesmo, na sala ao lado, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a Sessão, marcando outra Sessão Ordinária para segunda-feira, dia 6 de julho, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: Redação Final do Projeto de Lei nº 225/2015; 3ª Discussão do Projeto de Lei nº 231/2015; 2ª Discussão dos Projetos de Lei nºs 65/2015, 174/2015 e 327/2015; e 1ª Discussão dos Projetos de Lei nºs 259/2015, 267/2015 e 400/2015.

“*LEVANTA-SE A SESSÃO*”. (Sessão encerrada às 16h23, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 113 da Resolução nº 1 de 1º.3.2005, Regimento Interno.)

## Processo Legislativo

### Comissões Especiais

#### COMISSÃO ESPECIAL DE PROGRESSÃO

#### PORTARIA DG/DP nº 8/2015

#### Relatório de Avanço Funcional de Progressão por Antiguidade.

Esta Comissão Especial, por meio de ofício protocolado à Diretoria de Pessoal sob o nº 7.530/2015, respaldada pelo art. 23, §2º do Ato da Comissão Executiva nº 51/2015 e art. 12 do Ato da Comissão Executiva nº 1.696/2015, solicitou relatório referente ao tempo de serviço dos servidores efetivos ativos da Assembleia Legislativa a fim de subsidiar o primeiro **Relatório de Avanço Funcional de Progressão por Antiguidade**.

Em resposta, a Diretoria de Pessoal da Assembleia Legislativa elaborou extenso relatório, composto por todas as informações solicitadas e necessárias para o cômputo do tempo de serviço de cada servidor para a primeira progressão por antiguidade dos servidores da Assembleia Legislativa, evento disciplinado pelo Ato da Comissão Executiva nº 1.696/2015 e notadamente pelos parágrafos 1º e 2º da Lei Estadual nº 18.135/2014, que consolidou as normas referentes ao Quadro Próprio de Servidores do Poder Legislativo.

Assim, em observância ao previsto no Parágrafo único do art. 12 do Ato da Comissão Executiva nº 1.696/2015, publica-se este Relatório contendo as informações básicas sobre cada servidor, tendo sido considerados para o **tempo total computado para fins de primeira Progressão por Antiguidade**: a data de admissão funcional, computados os quinquênios incorporados ao patrimônio funcional convertidos em dobro, as férias incorporadas ao patrimônio funcional convertidas em dobro, o tempo de efetivo exercício no serviço público estadual devidamente averbado em ficha funcional, o tempo de serviço prestado à Assembleia Legislativa sob o regime CLT anterior à data de admissão, e suprimidos os períodos de cumprimento de sanção disciplinar, de licença para tratamento de saúde de pessoa da família, de licença para tratar de assunto particular, de tempo de exercício de mandato eletivo e de faltas.

Insta ressaltar, por fim, que os servidores discordantes das informações publicadas podem apresentar recurso à Comissão Especial de Progressão, nos termos dos arts. 13 e seguintes do Ato da Comissão Executiva nº 1.696/2015, no prazo de 15 dias úteis, contados a partir da data de publicação deste Ato, mediante solicitação fundamentada e com a juntada de documentos comprobatórios suficientes à verificação. Bem como, destaca-se que a data limite levada em consideração para a contagem do tempo de serviço dos servidores da Assembleia Legislativa foi o dia 7 de maio de 2015, data de publicação do Ato da Comissão Executiva nº 1.696/2015, e que automaticamente foram excluídos os servidores ainda mantidos em folha de pagamento com aposentadoria em trâmite e que contam com idade igual ou superior a 70 anos.

Curitiba, 6 de julho de 2015.

Fábio José Brante  
Presidente

Gisele Pacheco Batista  
1ª Secretária

Maria Joaquina Faria de Paula  
2ª Secretária

Matrícula do Servidor	Nome do Servidor	Carreira e Cargo do Servidor	Tempo de Serviço ALEP, em dias	Tempo de Serviço Público Estadual	Tempo Total em Anos	Número de avanços	Carreira/Classe Atual	Nível Atual na Classe	Carreira/Classe Avançada	Nível Avançado na Classe
40715	ADALBERTO FRANCISCO	Aux. Leg. - Porteiro	10.566	0	29,4410959	14	AUL1	1	AUL1	7
40141	ADEMIR ALVES DUARTE	Aux. Leg. - Porteiro	12.008	0	32,8986301	16	AUL1	3	AUL1	7
40425	ADEMIR ANTONIO DOS SANTOS	Téc. Leg. - Administrativo	10.597	0	29,5260274	14	TEL3	1	TEL1	1
40011	ADEMIR BORCK	Téc. Leg. - Administrativo	14.463	0	39,6246575	19	TEL3	3	TEL1	7
40426	ADENIR CARLOS CORDEIRO	Aux. Leg. - Porteiro	10.597	865	31,8958904	15	AUL1	1	AUL1	7

40235	ADENIR NEVES ROCHA	Téc. Leg. - Técnico Contabilidade	11.600	0	32,2739726	16	TEL2	5	TEL1	7
40567	ADILES SANTINA BERALDIN MARTINS	Anal. Leg. - Administrador	10.895	0	30,3424658	15	ANL3	2	ANL1	3
40458	ADILSON JORGE BRITTA	Aux. Leg. - Porteiro	10.597	0	29,5260274	14	AUL1	1	AUL1	7
40339	AGLAIR DO ROCIO BRUSAMOLIN	Anal. Leg. - Administrador	9.137	0	25,5260274	12	ANL3	2	ANL2	7
182	AIRTON CESAR SANTIN	Anal. Leg. - Taquígrafo Revisor	10.058	0	31,3260274	15	ANL3	4	ANL1	5
40111	ALAN MARCOS ANDRADE	Anal. Leg. - Advogado	12.454	0	34,6136986	17	ANL2	2	ANL1	7
40829	ALCIDES MACHADO	Aux. Leg. - Porteiro	9.501	0	26,5232877	13	AUL2	7	AUL1	7
40724	ALESSANDRA MOLINARI SEQUINEL	Téc. Leg. - Administrativo	9.836	0	27,4410959	13	TEL3	2	TEL1	1
40041	ALEXANDRA MARIA MIHOCKIY	Téc. Leg. - Administrativo	9.957	0	27,9917808	13	TEL3	2	TEL1	1
40284	ALEXANDRE CARON NETO	Anal. Leg. - Médico	11.402	0	31,2383562	15	ANL3	7	ANL1	7
40020	ALFREDO MARON	Anal. Leg. - Advogado	11.448	0	31,8575343	15	ANL2	1	ANL1	7
41167	ALICE TEREZINHA FRIEDRICH SECCHI	Téc. Leg. - Legislativo	9.866	0	27,5232877	13	TEL2	4	TEL1	7
41041	AMAURY REINERT TIZZOT	Anal. Leg. - Agente de Saúde	9.867	0	27,5260274	13	ANL3	2	ANL1	1
40206	ANA BEATRIZ SILVA DO PRADO	Anal. Leg. - Administrador	11.052	0	30,7726027	15	ANL3	2	ANL1	3
40943	ANA CRISTINA CANORO	Anal. Leg. - Administrador	10.096	0	28,1534247	14	ANL3	1	ANL1	1
40973	ANA CRISTINA CESARIO PEREIRA	Anal. Leg. - Advogado	9.076	0	24,8657534	12	ANL3	7	ANL1	5
40383	ANA CRISTINA LEITOLES CORREA	Téc. Leg. - Administrativo	10.597	0	29,5260274	14	TEL3	1	TEL1	1
41029	ANA LUCIA DA SILVEIRA ANDRETTA	Anal. Leg. - Advogado	9.076	0	25,3589041	12	ANL2	1	ANL1	6
40895	ANA LUCIA DE LARA COSTA	Anal. Leg. - Assessor de Comissão	9.441	0	26,3589041	13	ANL2	1	ANL1	7
40854	ANA PAULA MOREIRA DA CRUZ LIMA	Aux. Leg. - Administrativo	9.076	0	25,3589041	12	AUL2	3	AUL1	7
40596	ANDERSON VILARES AGIBERT MAIA	Anal. Leg. - Assessor de Comissão	10.894	0	30,339726	15	ANL2	2	ANL1	7
40738	ANDREA MARIA SILVERIO R. MARTINO	Aux. Leg. - Administrativo	10.566	0	29,4410959	14	AUL2	2	AUL1	7
617	ANDREA URBAN RICCI	Anal. Leg. - Taquígrafo Revisor	5.148	2.220	20,1863014	10	ANL3	1	ANL2	4
40920	ANGELINA KIERDEL	Téc. Leg. - Administrativo	9.167	0	25,6082192	12	TEL3	1	TEL2	6
40319	ANGELO DRESSENO FILHO	Téc. Leg. - Administrativo	11.389	0	31,6958904	15	TEL3	2	TEL1	3
40068	ANTONIO ANIBELLI NETO	Anal. Leg. - Advogado	8.834	0	20,2027397	10	ANL3	7	ANL1	3
40357	ANTONIO CARLOS GULBINO	Anal. Leg. - Assessor de Comissão	11.389	0	31,2027397	15	ANL2	2	ANL1	7
40762	ANTONIO LEAL DE OLIVEIRA	Aux. Leg. - Administrativo	9.836	0	27,4410959	13	AUL2	4	AUL1	7
40180	ANTONIO LOPES	Anal. Leg. - Administrador	11.745	0	32,6712329	16	ANL3	2	ANL1	4
40200	ANTONIO MARCOS PIZZANO	Téc. Leg. - Legislativo	12.451	0	34,6054795	17	TEL2	6	TEL1	7
40431	ARAMIS ATAIDE MOURA E COSTA	Aux. Leg. - Administrativo	10.597	0	29,5260274	14	AUL2	4	AUL1	7
40945	ARI DREHMER	Anal. Leg. - Dentista	9.106	0	24,9479452	12	ANL3	7	ANL1	5
40081	AUGUSTO XAVIER COTRIM	Téc. Leg. - Administrativo	12.490	0	34,7123288	17	TEL3	3	TEL1	6
40553	BENEDITO PEREIRA	Aux. Leg. - Motorista	9.198	0	25,6931507	12	AUL2	6	AUL1	7
40164	CACIA LUCIANA CATAFESTA	Aux. Leg. - Administrativo	8.558	0	23,939726	11	AUL2	2	AUL1	6
40853	CAMILA LOBO MINGHINI	Aux. Leg. - Administrativo	10.566	0	28,9479452	14	AUL1	7	AUL1	7
40064	CARLA APARECIDA BUENO	Aux. Leg. - Administrativo	8.834	0	24,6958904	12	AUL2	2	AUL1	7
40958	CARLOS ALBERTO DOMBECK	Anal. Leg. - Contador	11.069	0	30,8191781	15	ANL3	2	ANL1	3
40309	CARLOS ALBERTO MARTINS DA SILVA	Anal. Leg. - Administrador	11.389	0	31,6958904	15	ANL3	2	ANL1	3
40306	CARLOS ARTHUR BONATO	Anal. Leg. - Médico	10.566	0	28,9479452	14	ANL2	1	ANL1	7
40913	CARLOS EDUARDO PACCA CARAZZAI	Anal. Leg. - Assessor de Comissão	8.743	0	24,4465753	12	ANL3	7	ANL1	5
41090	CARLOS EDUARDO PEREIRA J. CORDEIRO	Anal. Leg. - Advogado	8.407	0	23,5260274	11	ANL2	2	ANL1	6
40817	CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA	Téc. Leg. - Legislativo	9.471	146	26,8410959	13	TEL2	6	TEL1	7
40531	CARLOS HUMBERTO YONGBLOD	Aux. Leg. - Porteiro	10.566	0	29,4410959	14	AUL1	1	AUL1	7
40315	CARLOS ROBERTO TAVERNA DA FONSECA	Téc. Leg. - Administrativo	10.894	0	29,8465753	14	TEL3	2	TEL1	2
40099	CARMEM LAGO ARAGAO	Aux. Leg. - Administrativo	12.140	0	33,7534247	16	AUL2	6	AUL1	7
40466	CASSIA MARA BARON	Téc. Leg. - Administrativo	10.597	0	29,5260274	14	TEL3	1	TEL1	1

40890	CATARINA ALVES DOS SANTOS	Aux. Leg. - Administrativo	8.863	0	24,7753425	12	AUL2	2	AUL1	7
40942	CELIA REGINA FERREIRA DOS SANTOS	Téc. Leg. - Legislativo	9.137	0	25,5260274	12	TEL2	4	TEL1	7
40990	CENI DO ROCIO FITZ	Téc. Leg. - Administrativo	9.045	0	25,2739726	12	TEL3	1	TEL2	6
40432	CESAR REINERT TIZZOT	Téc. Leg. - Administrativo	10.597	0	29,0328767	14	TEL2	2	TEL1	7
40392	CINTHIA BEATRIZ F. LUIZ MOLINARI	Anal. Leg. - Assessor de Comissão	10.597	0	29,5260274	14	ANL2	1	ANL1	7
40600	CIRLETE CARVALHO RIBEIRO CORTELLETE	Anal. Leg. - Administrador	10.902	0	30,3616438	15	ANL3	2	ANL1	3
40767	CLAIR LUCILENE TAVARES	Téc. Leg. - Administrativo	10.566	0	29,4410959	14	TEL3	1	TEL1	1
40037	CLAUDIA MARIA GREGORIO	Anal. Leg. - Agente de Saúde	10.688	0	29,7753425	14	ANL3	2	ANL1	2
40603	CLAUDIA RUSSI FARAH	Anal. Leg. - Advogado	10.894	0	30,3315069	15	ANL2	3	ANL1	7
40095	CLAUDIO BONAMIN	Anal. Leg. - Médico	11.052	0	30,2794521	15	ANL2	2	ANL1	7
40810	CLAUDIO GRISALT	Aux. Leg. - Administrativo	9.836	0	34,7369863	17	AUL1	1	AUL1	7
40040	CLAUDIO MARQUES DA SILVA	Anal. Leg. - Assessor de Comissão	12.809	0	35,0931507	17	ANL2	3	ANL1	7
40540	CLEIA LUCIA PEREIRA CARAZZAI	Téc. Leg. - Legislativo	10.914	0	30,0246575	15	TEL1	7	TEL1	7
40679	CLEIDE SOUZA DE OLIVEIRA	Téc. Leg. - Administrativo	9.836	0	27,4410959	13	TEL3	1	TEL2	7
40923	CLEMAIR MARQUES	Aux. Leg. - Administrativo	9.076	0	25,3589041	12	AUL2	3	AUL1	7
40298	CLEONIR LUIZ CALGAROTTO	Aux. Leg. - Administrativo	11.389	0	31,6958904	15	AUL1	7	AUL1	7
40870	DANIELA ELISA BONKOSKI	Téc. Leg. - Administrativo	9.441	0	26,3589041	13	TEL3	1	TEL2	7
40499	DANIELY CARVALHO SOUZA	Aux. Leg. - Administrativo	9.532	0	25,6712328	12	AUL2	3	AUL1	7
333	DANILO CERQUEIRA LEITE JUNIOR	Anal. Leg. - Assessor de Comissão	11.015	0	31,1643836	15	ANL2	3	ANL1	7
40938	DANTE ALBERTO ANNIBELLI JUNIOR	Aux. Leg. - Administrativo	8.834	0	24,6958904	12	AUL2	7	AUL1	7
40024	DANUTA SABAI	Anal. Leg. - Administrador	13.085	0	36,3424658	18	ANL3	2	ANL1	6
40885	DECIO ANTONIO DOS REIS	Aux. Leg. - Administrativo	9.441	0	25,8657534	12	AUL2	2	AUL1	7
117	DEONILSON ROLDO	Anal. Leg. - Administrador	11.251	0	30,9342466	15	ANL2	2	ANL1	7
40384	DIONE PEREIRA FONSECA	Anal. Leg. - Administrador	11.018	0	30,6794521	15	ANL3	2	ANL1	3
41059	DIRLEI THEREZINHA SPAGNOL DE MOURA	Anal. Leg. - Assessor de Comissão	10.627	0	29,6082192	14	ANL2	3	ANL1	7
40992	DOLORES TEODORO FERNANDES	Anal. Leg. - Assessor de Comissão	9.045	0	24,7808219	12	ANL3	7	ANL1	5
40271	DORIVAL CAETANI	Aux. Leg. - Motorista	9.867	0	27,5260274	13	AUL2	4	AUL1	7
40140	DOROTEA TKATCHUK	Téc. Leg. - Administrativo	9.867	0	27,0328767	13	TEL3	1	TEL2	7
40224	DOUGLAS CONRADO SCHMIDT	Anal. Leg. - Médico	10.628	0	29,1178082	14	ANL2	1	ANL1	7
40726	DULCINEIA ANGELA CECATTO	Anal. Leg. - Médico	10.566	0	28,9479452	14	ANL2	2	ANL1	7
40572	EDER WALTER NIEDZWIEDZ	Téc. Leg. - Administrativo	10.894	0	30,339726	15	TEL3	2	TEL1	3
40428	EDIR SANTINA HAOACH SACCOMORI	Anal. Leg. - Administrador	11.329	0	31,5315069	15	ANL3	2	ANL1	3
40959	EDSON BARON	Téc. Leg. - Administrativo	9.106	0	24,9479452	12	TEL3	2	TEL2	7
41054	EDSON CARLOS BERNARDELLI	Anal. Leg. - Administrador	11.297	0	31,4438356	15	ANL3	2	ANL1	3
40313	ELAINE SCHREINER DE OLIVEIRA	Téc. Leg. - Legislativo	11.389	0	31,6958904	15	TEL2	5	TEL1	7
40378	ELCIO CARLOS FANCHER	Aux. Leg. - Administrativo	10.597	0	29,0328767	14	AUL1	7	AUL1	7
40611	ELENIRA CARDOSO DE LIMA	Téc. Leg. - Administrativo	10.894	0	30,339726	15	TEL3	2	TEL1	3
41002	ELI HANNEMANN	Anal. Leg. - Advogado	9.076	0	25,3589041	12	ANL2	2	ANL1	7
40485	ELIANE MARIA DE ASSIS CORREA	Anal. Leg. - Advogado	11.175	0	31,109589	15	ANL2	3	ANL1	7
41173	ELIANE MARIA DE OLIVEIRA VARGAS	Anal. Leg. - Administrador	7.765	0	21,2739726	10	ANL3	1	ANL2	4
40577	ELIS REGINA DEMICIANO	Téc. Leg. - Administrativo	10.894	0	30,339726	15	TEL3	2	TEL1	3
40176	ELMIR SCHIMINSKI	Aux. Leg. - Administrativo	9.957	0	27,7726027	13	AUL1	7	AUL1	7
40566	ERNESTINA CHUZ	Aux. Leg. - Administrativo	10.895	0	30,3424658	15	AUL2	5	AUL1	7
40242	ERONI APARECIDA CUSTODIO	Aux. Leg. - Administrativo	11.585	0	31,739726	15	AUL2	5	AUL1	7
40397	EURIDES BASSETTI NETO	Aux. Leg. - Administrativo	8.834	0	24,6958904	12	AUL2	2	AUL1	7
40526	EVANI AIDA CARDOSO	Aux. Leg. - Administrativo	10.566	0	29,4410959	14	AUL2	4	AUL1	7
40614	EVERLEI TEREZINHA CLETO	Anal. Leg. - Administrador	10.898	0	30,3287671	15	ANL3	2	ANL1	3

41006	EVERTON CESAR DE OLIVEIRA	Téc. Leg. - Administrativo	9.045	0	25,2739726	12	TEL3	3	TEL1	1
40008	EZILDA TEREZINHA JOLY	Téc. Leg. - Técnico Contabilidade	9.532	0	26,1150685	13	TEL2	3	TEL1	7
620	FABIO JOSE BRANTE	Anal. Leg. - Taquígrafo Revisor	5.148	0	14,1041096	7	ANL3	1	ANL2	1
40495	FATIMA PIAZENTINI ROLIM ROOS	Anal. Leg. - Revisor Legislativo	11.144	0	31,0246575	15	ANL3	2	ANL1	3
40154	FATIMA REGINA VICENTE	Anal. Leg. - Agente de Saúde	11.052	0	30,2794521	15	ANL3	2	ANL1	3
40989	FRANCISCO EGIDIO BREDA	Téc. Leg. - Administrativo	9.076	0	25,3589041	12	TEL3	2	TEL2	7
40113	FRANCISCO RICARDO NETO	Anal. Leg. - Assessor de Comissão	11.052	0	30,7726027	15	ANL2	1	ANL1	7
40257	GABRIEL LUIZ FRANCESCHI JUNIOR	Anal. Leg. - Desenv. de Sistemas	9.441	0	26,3589041	13	ANL2	1	ANL1	7
40698	GELSOM JAQUES BREDA	Téc. Leg. - Técnico Contabilidade	9.836	0	27,4410959	13	TEL2	4	TEL1	7
41165	GERALDINE CECILIA CARTARIO RIBEIRO	Anal. Leg. - Assessor de Comissão	8.406	0	20,7780821	10	ANL2	1	ANL1	4
40605	GERALDO CARTARIO RIBEIRO JUNIOR	Anal. Leg. - Assessor de Comissão	10.660	0	24,1041095	12	ANL2	1	ANL1	6
40840	GERSON ANTONIO MARTINS GILICZYNSKI	Anal. Leg. - Administrador	10.172	0	28,3616438	14	ANL3	1	ANL1	1
40764	GERSON GONCALVES DE MORAES	Aux. Leg. - Administrativo	10.566	0	28,9479452	14	AUL2	3	AUL1	7
40627	GERSON SYDNEY	Anal. Leg. - Advogado	9.198	0	25,6931507	12	ANL2	2	ANL1	7
40876	GIANNA DE SOUZA MARCONCIN C. SILVA	Anal. Leg. - Advogado	9.441	0	25,8657534	12	ANL3	7	ANL1	5
40737	GIL ELLIANS XAVIER DE ARAUJO	Téc. Leg. - Legislativo	10.566	0	29,4410959	14	TEL2	5	TEL1	7
40473	GILCELENE SMOKOWICZ	Téc. Leg. - Administrativo	9.867	0	27,0328767	13	TEL3	1	TEL2	7
40742	GISELE CAMPOS KFOURI	Anal. Leg. - Médico	9.836	0	26,9479452	13	ANL3	7	ANL1	6
41020	GISELE PACHECO BATISTA	Anal. Leg. - Administrador	8.984	0	24,6136986	12	ANL3	1	ANL2	6
40858	GISELLE GUERIOS	Anal. Leg. - Administrador	10.019	0	27,9424658	13	ANL3	2	ANL1	1
40717	GRACIELI MEGER RONDEAU ARAUJO	Anal. Leg. - Médico	10.566	0	28,9479452	14	ANL2	1	ANL1	7
40754	HECTOR VINICIUS WAGNER	Anal. Leg. - Assessor de Comissão	9.836	0	27,4410959	13	ANL2	2	ANL1	7
40254	HEDI AHRENFELD	Anal. Leg. - Agente de Saúde	11.550	0	32,1369863	16	ANL3	2	ANL1	4
40630	HERCULANO JOSE TEIXEIRA	Anal. Leg. - Administrador	9.867	0	27,0328767	13	ANL3	2	ANL1	1
40059	HESTEVARO MARTIN	Anal. Leg. - Advogado	12.502	0	34,7452055	17	ANL2	3	ANL1	7
40697	IDILIA DEBORA GINESTE	Anal. Leg. - Advogado	10.566	0	29,4410959	14	ANL2	2	ANL1	7
41026	ILCE LONGO	Aux. Leg. - Administrativo	9.076	0	25,3589041	12	AUL2	2	AUL1	7
40178	ILMA ELIZABETE MOREIRA MACENO	Anal. Leg. - Administrador	11.739	0	32,6547945	16	ANL3	2	ANL1	4
40433	IRENE MARTINS DE OLIVEIRA	Téc. Leg. - Legislativo	9.867	0	27,5260274	13	TEL2	4	TEL1	7
40503	ISABEL STEIN MIGUEL	Téc. Leg. - Legislativo	9.836	0	15,6575342	7	TEL2	4	TEL1	4
40090	ISAMAR VILLA DE CARVALHO	Téc. Leg. - Administrativo	9.897	0	27,6082192	13	TEL3	1	TEL2	7
40682	ITAMAR SIMER	Aux. Leg. - Administrativo	9.198	0	25,0356164	12	AUL2	3	AUL1	7
40716	IVETE VERONICA SCARIOT	Anal. Leg. - Enfermeiro	10.566	0	28,9479452	14	ANL3	1	ANL1	1
611	IZABEL CONCEICAO S. DE OLIVEIRA CRISTO	Anal. Leg. - Taquígrafo Revisor	7.127	0	19,5260274	9	ANL3	2	ANL2	4
41019	IZABEL CRISTINA PARCHEN ZANINI	Aux. Leg. - Administrativo	8.984	600	26,7506849	13	AUL1	7	AUL1	7
40951	IZABEL LEME PERIN	Aux. Leg. - Administrativo	9.106	0	24,9479452	12	AUL2	2	AUL1	7
41040	JACINTA ELISA KROETZ SCHMIDT	Anal. Leg. - Dentista	9.806	0	26,8657534	13	ANL3	7	ANL1	6
40233	JACKSON MIGUEL BADUY	Anal. Leg. - Médico	11.601	0	32,2767123	16	ANL2	2	ANL1	7
40423	JAIRO GUAREZI	Anal. Leg. - Administrador	10.597	0	29,5260274	14	ANL3	1	ANL1	1
40462	JANE CARDOSO DE LIMA	Téc. Leg. - Administrativo	9.867	0	27,5260274	13	TEL3	1	TEL2	7
40780	JANETE APARECIDA MUNHOZ	Téc. Leg. - Legislativo	9.836	0	27,4410959	13	TEL2	4	TEL1	7
41142	JAQUELINE SIMONE QUIMELLI	Aux. Leg. - Administrativo	8.407	0	23,5260274	11	AUL2	3	AUL1	7
40079	JEFFERSON ABADE	Anal. Leg. - Advogado	12.490	0	34,7123288	17	ANL2	3	ANL1	7
40039	JEFFERSON LUIZ MAIA	Téc. Leg. - Administrativo	9.928	0	27,6931507	13	TEL3	1	TEL2	7
41244	JEFFERSON STANISLAWCZUK	Aux. Leg. - Administrativo	10.597	0	29,0328767	14	AUL2	3	AUL1	7
40055	JERONIMO ROMERO GOMES DE SOUZA	Anal. Leg. - Dentista	11.441	0	31,8383562	15	ANL3	7	ANL1	7
40326	JESILDA DE OLIVEIRA E SILVA	Aux. Leg. - Administrativo	11.389	0	31,6958904	15	AUL2	5	AUL1	7

40949	JOAO ALBERTO ESPINOLA FERREIRA	Téc. Leg. - Legislativo	9.106	0	25,4410959	12	TEL2	4	TEL1	7
41174	JOAO BATISTA DE ARRUDA JUNIOR	Téc. Leg. - Administrativo	9.563	0	26,2	13	TEL3	5	TEL1	4
40784	JOAO BATISTA LOPES DOS SANTOS	Téc. Leg. - Técnico Contabilidade	10.566	0	28,9479452	14	TEL1	7	TEL1	7
40231	JOCELI PIATKOWSKI NASSIFF	Anal. Leg. - Administrador	10.628	0	29,1178082	14	ANL3	1	ANL1	1
40192	JOELCIO FRANCISCO ALVES	Aux. Leg. - Administrativo	9.867	0	27,5260274	13	AUL1	1	AUL1	7
40941	JORANDI LOPES CORDEIRO	Aux. Leg. - Administrativo	9.076	0	25,3589041	12	AUL2	7	AUL1	7
40142	JOSE ALMIR DA LUZ	Téc. Leg. - Técnico Contabilidade	12.006	0	33,3863014	16	TEL2	6	TEL1	7
40382	JOSE ANTONIO DE CASTRO CABRAL	Téc. Leg. - Administrativo	9.867	0	27,0328767	13	TEL3	1	TEL2	7
40459	JOSE AUGUSTO SANTOS CRUZ	Téc. Leg. - Administrativo	10.597	0	29,0328767	14	TEL3	1	TEL1	1
40122	JOSE AUGUSTO TUSSOLINE DE RAMOS	Aux. Leg. - Administrativo	12.379	0	33,9150685	16	AUL2	6	AUL1	7
40723	JOSE CARLOS AGUIAR	Aux. Leg. - Administrativo	10.628	0	29,1178082	14	AUL2	4	AUL1	7
40139	JOSE CARLOS CARVALHO	Aux. Leg. - Administrativo	10.659	0	29,6958904	14	AUL1	7	AUL1	7
40422	JOSE CARLOS FELINTO	Aux. Leg. - Administrativo	9.867	0	27,5260274	13	AUL2	7	AUL1	7
41257	JOSE EDUARDO MULLER FARIA	Anal. Leg. - Contador	9.775	0	27,2739726	13	ANL3	1	ANL2	7
40517	JOSE EDUARDO PIAZZETTI	Aux. Leg. - Administrativo	10.943	0	30,4739726	15	AUL2	5	AUL1	7
40733	JOSE ESTEVAO DOS SANTOS	Aux. Leg. - Administrativo	10.566	0	29,4410959	14	AUL2	4	AUL1	7
40590	JOSE LUIZ VALERIO	Téc. Leg. - Legislativo	10.894	0	29,8465753	14	TEL2	5	TEL1	7
109	JOSE MARIA DE PAULA	Aux. Leg. - Administrativo	10.093	0	28,1452055	14	AUL2	5	AUL1	7
40865	JOSE NORATO DE LIMA	Anal. Leg. - Jornalista	9.471	0	26,4410959	13	ANL3	7	ANL1	6
40617	JOSE ROBERTO SALATA	Téc. Leg. - Administrativo	10.894	0	30,339726	15	TEL3	2	TEL1	3
41219	JOSE TADEU LUCIO MACHADO	Anal. Leg. - Assessor de Comissão	13.609	0	24,5452054	12	ANL2	1	ANL1	6
40615	JOSEMERI DEMETERCO PEREIRA	Téc. Leg. - Legislativo	10.901	0	29,8657534	14	TEL2	5	TEL1	7
40406	JOSIEL ANTONIO SPERANCETE	Téc. Leg. - Administrativo	9.867	0	27,0328767	13	TEL3	1	TEL2	7
40471	JOYNE MERY SCHUHLI	Anal. Leg. - Dentista	9.563	0	26,6931507	13	ANL3	7	ANL1	6
40578	JUSSARA FREITAS TRANCOSO	Anal. Leg. - Enfermeiro	10.894	0	29,8465753	14	ANL3	1	ANL1	1
40217	JUSSARA REGINA DE CASTRO	Téc. Leg. - Administrativo	11.683	0	33,230137	16	TEL3	2	TEL1	4
40841	JUZELE CASSIA BITTENCOURT	Anal. Leg. - Jornalista	9.501	0	26,5232877	13	ANL3	7	ANL1	6
217	KATIA MARIA TRINKEL BRUNETTI	Anal. Leg. - Taquígrafo Revisor	9.988	0	27,3643836	13	ANL3	2	ANL1	1
40714	LAURO GUESSER	Aux. Leg. - Motorista	9.836	0	27,4410959	13	AUL2	3	AUL1	7
40402	LENITA SILVA BARROSO	Téc. Leg. - Administrativo	11.362	0	31,1287671	15	TEL3	2	TEL1	3
40514	LESLIE BELQUIS LASPERG DE PAULA	Téc. Leg. - Administrativo	10.927	0	33,1342466	16	TEL3	2	TEL1	4
40749	LIDIA GRANISKA	Anal. Leg. - Administrador	10.566	0	28,9479452	14	ANL3	1	ANL1	1
40480	LIGIA MARCIA VIDAL CASSOU	Aux. Leg. - Administrativo	10.597	0	29,5260274	14	AUL2	2	AUL1	7
40816	LILIAN NEIVA MONTEIRO MAIER	Téc. Leg. - Legislativo	9.471	0	26,4410959	13	TEL2	6	TEL1	7
40984	LINDAMIR COLONTONIO	Anal. Leg. - Assessor de Comissão	9.076	0	25,3589041	12	ANL3	7	ANL1	5
40624	LORENE MARIA RITTER	Anal. Leg. - Administrador	10.894	0	29,8465753	14	ANL3	2	ANL1	2
40732	LOUISE BALSTER ROMANZINI SANSON	Anal. Leg. - Advogado	9.836	0	27,4410959	13	ANL2	1	ANL1	7
40474	LUCENA CORREIA BRUNETTI	Anal. Leg. - Médico	10.597	0	29,0328767	14	ANL3	7	ANL1	7
40472	LUCI DE FATIMA SILVA	Téc. Leg. - Legislativo	9.867	0	27,5041096	13	TEL2	4	TEL1	7
40886	LUCI MARTINS AZEVEDO	Anal. Leg. - Administrador	9.441	642	28,1178082	14	ANL3	1	ANL1	1
40722	LUCIA CLEBIS DA CRUZ	Téc. Leg. - Legislativo	10.566	0	31,4109589	15	TEL2	4	TEL1	7
40555	LUCIA JOVITA INACIO	Anal. Leg. - Administrador	9.198	0	25,2	12	ANL3	1	ANL2	6
40981	LUCIA LEVANDOSKI	Téc. Leg. - Administrativo	9.076	0	25,3589041	12	TEL3	1	TEL2	6
41140	LUCIANE CONCEICAO E SILVA	Anal. Leg. - Advogado	10.894	0	30,339726	15	ANL2	3	ANL1	7
41141	LUCIANO LACERDA NETO	Anal. Leg. - Assessor de Comissão	8.407	0	23,5260274	11	ANL2	1	ANL1	5
40701	LUCIANO PEREIRA COELHO	Aux. Leg. - Administrativo	9.198	0	25,2	12	AUL2	3	AUL1	7
40872	LUCIMAR FERREIRA DAS NEVES	Téc. Leg. - Administrativo	9.167	0	25,6082192	12	TEL3	1	TEL2	6

40707	LUIZ ALBERTO DE LIMA	Anal. Leg. - Administrador	9.563	0	26,2	13	ANL3	1	ANL2	7
66	LUIZ ALBERTO KUCHENBECKER	Anal. Leg. - Jornalista	11.251	0	31,8109589	15	ANL2	2	ANL1	7
40296	LUIZ CARLOS STIVAL JUNIOR	Aux. Leg. - Porteiro	11.389	0	31,2027397	15	AUL2	5	AUL1	7
40088	LUIZ DE LIMA	Téc. Leg. - Legislativo	12.490	0	34,2191781	17	TEL2	6	TEL1	7
40427	LUIZ EDUARDO MACHADO	Anal. Leg. - Administrador	10.597	0	29,5260274	14	ANL3	2	ANL1	2
40560	LUIZ ERNESTO LESSI JUVENAL	Anal. Leg. - Agente de Saúde	10.899	1.056	32,7534247	16	ANL3	2	ANL1	4
40521	LUSMARI TERESINHA MACHADO CHAHIN	Téc. Leg. - Legislativo	9.867	0	27,5260274	13	TEL2	4	TEL1	7
40230	MAEVE CANABRAVA BARBALHO	Téc. Leg. - Legislativo	11.602	0	31,7863014	15	TEL2	5	TEL1	7
40460	MARA LUIZA ZECH	Téc. Leg. - Administrativo	10.597	0	29,0328767	14	TEL2	1	TEL1	7
40258	MARCELO EDUARDO P. CHRISOSTOMO	Anal. Leg. - Administrador	10.628	0	29,1178082	14	ANL3	1	ANL1	1
40413	MARCELO MONTANHA MOLETTA	Téc. Leg. - Administrativo	9.867	0	27,5260274	13	TEL3	1	TEL2	7
40236	MARCIA ARLETE SANTOS	Téc. Leg. - Administrativo	11.052	0	30,7726027	15	TEL3	2	TEL1	3
41010	MARCIA BORIO WOJTUNIK GARCIA	Anal. Leg. - Dentista	9.014	0	24,6958904	12	ANL3	7	ANL1	5
40628	MARCIA DO ROCIO REMINS PIMENTEL	Téc. Leg. - Administrativo	10.894	0	30,339726	15	TEL3	2	TEL1	3
40918	MARCIO ANTONIO DO NASCIMENTO	Aux. Leg. - Administrativo	10.840	0	29,6986301	14	AUL2	5	AUL1	7
40405	MARCO ANTONIO VIEIRA DE SA	Aux. Leg. - Porteiro	9.867	0	27,0328767	13	AUL1	1	AUL1	7
40182	MARCO AURELIO BARTOLINO ARPINO	Aux. Leg. - Administrativo	9.563	0	26,2	13	AUL1	1	AUL1	7
40023	MARCO AURELIO CORREIA FERNANDES	Téc. Leg. - Administrativo	8.953	0	24,5287671	12	TEL3	1	TEL2	6
40933	MARCOS ANTONIO DE SOUZA	Téc. Leg. - Administrativo	9.137	0	25,5260274	12	TEL3	1	TEL2	6
41060	MARCOS ANTONIO NOGOSEK	Téc. Leg. - Técnico Contabilidade	9.867	0	27,5260274	13	TEL1	7	TEL1	7
40905	MARCOS RENATO SUDUL	Anal. Leg. - Administrador	9.441	0	26,3589041	13	ANL3	1	ANL2	7
619	MARGARETE SIKORA SOMMER DA COSTA	Anal. Leg. - Taquígrafo Revisor	5.148	0	14,1041096	7	ANL3	1	ANL2	1
40748	MARIA ANGELICA B. DO NASCIMENTO	Téc. Leg. - Administrativo	11.552	0	32,1424658	16	TEL3	1	TEL1	3
40908	MARIA CRISTINA CARRARO SANTOS	Anal. Leg. - Administrador	9.257	1.964	31,2356164	15	ANL3	1	ANL1	2
40576	MARIA CRISTINA MENDES	Téc. Leg. - Legislativo	10.899	0	30,3534247	15	TEL2	5	TEL1	7
40289	MARIA DE FATIMA DA SILVA	Anal. Leg. - Administrador	9.563	0	26,6931507	13	ANL3	1	ANL2	7
40434	MARIA DE FATIMA PEREIRA	Téc. Leg. - Administrativo	10.597	0	29,5260274	14	TEL3	2	TEL1	2
40739	MARIA DE FATIMA PEREIRA	Téc. Leg. - Administrativo	10.687	0	29,7726027	14	TEL3	1	TEL1	1
40197	MARIA DE FATIMA VITAL	Anal. Leg. - Jornalista	11.717	0	32,5945206	16	ANL3	7	ANL1	7
606	MARIA ELISA REBELLO	Anal. Leg. - Taquígrafo Revisor	12.853	0	36,326027	18	ANL3	4	ANL1	7
40143	MARIA HELENA CARVALHO SAPALA	Téc. Leg. - Legislativo	11.052	0	30,2794521	15	TEL2	5	TEL1	7
40668	MARIA HENRIQUE DA SILVA DE PAULA	Téc. Leg. - Legislativo	10.871	0	30,2356164	15	TEL3	2	TEL1	3
40606	MARIA JOAQUINA FARIA DE PAULA	Anal. Leg. - Jornalista	8.834	0	24,2027397	12	ANL3	7	ANL1	5
40880	MARIA JOSE MEIRE DA COSTA	Aux. Leg. - Administrativo	9.167	0	25,1150685	12	AUL2	2	AUL1	7
40828	MARIA JOSE PEREIRA DA ROSA	Téc. Leg. - Administrativo	10.224	0	28,5041096	14	TEL3	1	TEL1	1
40226	MARIA JOSE SANTOS DA CRUZ	Aux. Leg. - Administrativo	8.834	0	26,7561644	13	AUL2	3	AUL1	7
40497	MARIA JUSSARA PIATKOWSKI COLIN	Aux. Leg. - Administrativo	8.863	0	24,2821918	12	AUL1	4	AUL1	7
195	MARIA LILIAM D AMARAL BORCHARDT	Anal. Leg. - Administrador	10.038	0	27,5013699	13	ANL3	2	ANL1	1
40587	MARIA LUCIA FERNANDES SANTOS	Aux. Leg. - Administrativo	10.894	0	30,339726	15	AUL2	5	AUL1	7
40971	MARIA LUIZA CALDAS	Aux. Leg. - Administrativo	9.076	0	19,7260273	9	AUL2	2	AUL1	4
40436	MARIA REGINA SUBTIL	Anal. Leg. - Administrador	10.597	1.681	34,1315069	17	ANL3	2	ANL1	5
40372	MARIA SIQUEIRA DE OLIVEIRA	Téc. Leg. - Administrativo	11.389	0	31,6958904	15	TEL3	2	TEL1	3
40693	MARIA SOARES DA SILVA PORTO	Aux. Leg. - Administrativo	10.566	0	29,4410959	14	AUL2	4	AUL1	7
40027	MARIA TEREZA MEURER	Téc. Leg. - Administrativo	10.688	0	29,7753425	14	TEL3	1	TEL1	1
40255	MARIANA CAZAMAJOU CELLI	Téc. Leg. - Administrativo	9.683	0	26,5287671	13	TEL3	1	TEL2	7
40437	MARILENE BOCHNIA SCHAFFER	Anal. Leg. - Jornalista	11.325	0	31,0273973	15	ANL3	7	ANL1	7
40205	MARINEIDE LUZIA GOLOS	Anal. Leg. - Assessor de Comissão	10.628	0	29,6109589	14	ANL3	1	ANL1	1

40265	MARIO CEZAR CRUZ	Anal. Leg. - Administrador	10.628	0	29,6109589	14	ANL3	6	ANL1	6
40690	MARIO JOSE DE RAUEN BACELLAR FILHO	Téc. Leg. - Administrativo	11.734	0	32,6410959	16	TEL3	2	TEL1	4
40554	MARISA COUTO DE CRISTO	Anal. Leg. - Advogado	10.907	0	30,3753425	15	ANL2	1	ANL1	7
40745	MARLI DE VARGAS	Anal. Leg. - Administrador	9.987	0	27,854795	13	ANL3	1	ANL2	7
40060	MARLON LUIZ CARDOSO	Téc. Leg. - Técnico Contabilidade	11.441	0	31,8383562	15	TEL2	5	TEL1	7
40452	MARLY LUCIO MACHADO	Téc. Leg. - Legislativo	9.867	0	26,7041096	13	TEL2	4	TEL1	7
40330	MARTA ALVES DE FREITAS	Aux. Leg. - Administrativo	11.389	0	31,6958904	15	AUL2	5	AUL1	7
40470	MARYANE BARROS LUCIO	Anal. Leg. - Administrador	9.532	1.039	28,9616438	14	ANL3	1	ANL1	1
40632	MAURICIO OSTROWSKI	Aux. Leg. - Motorista	10.894	0	30,339726	15	AUL2	7	AUL1	7
40307	MAURO BAHR	Téc. Leg. - Legislativo	11.389	0	31,6958904	15	TEL2	5	TEL1	7
40451	MAURO PEDRO DE CHAVES CAVALHEIRO	Téc. Leg. - Técnico Contabilidade	9.198	0	25,2	12	TEL2	3	TEL1	7
40167	MITODIO STOSKI	Téc. Leg. - Administrativo	9.867	0	27,0328767	13	TEL3	1	TEL2	7
40277	MIGUEL CARVALHO DE MELLO	Téc. Leg. - Administrativo	8.863	0	24,2821918	12	TEL3	1	TEL2	6
40028	MIRIAM DOLORES STUDZINSKI	Téc. Leg. - Administrativo	11.441	0	31,8383562	15	TEL2	2	TEL1	7
40453	MIRIAM RIBEIRO PERCINOTO	Téc. Leg. - Administrativo	10.597	0	29,5260274	14	TEL3	1	TEL1	1
40195	MIRLON JOSE CAVALARI	Anal. Leg. - Administrador	11.726	0	32,6191781	16	ANL3	2	ANL1	4
40198	MURILO SERGIO JOAQUIM	Anal. Leg. - Advogado	10.628	0	29,6109589	14	ANL3	7	ANL1	7
40639	NAIR ISABEL ROSA	Aux. Leg. - Administrativo	10.894	0	29,8465753	14	AUL2	5	AUL1	7
40456	NARGEL DOS SANTOS MANN	Anal. Leg. - Desenv. de Sistemas	10.597	0	29,0328767	14	ANL2	1	ANL1	7
40874	NEIFI FAYAD ABDALLAH	Aux. Leg. - Administrativo	9.441	0	26,0301369	13	AUL2	2	AUL1	7
40575	NELSON DE LIMA CHAHIN	Téc. Leg. - Técnico Contabilidade	10.894	0	30,339726	15	TEL2	6	TEL1	7
40635	NELSON LUIZ DE LACERDA CRUZ	Aux. Leg. - Administrativo	10.894	0	30,339726	15	AUL2	3	AUL1	7
40502	NERY UMBERTO SQUARIZI	Aux. Leg. - Administrativo	9.836	0	27,4410959	13	AUL1	7	AUL1	7
40541	NEUCI PALOTA	Téc. Leg. - Administrativo	10.914	0	29,9013699	14	TEL3	2	TEL1	2
40988	NEUSA MARIA DA SILVA	Téc. Leg. - Técnico Contabilidade	9.076	348	26,3123288	13	TEL2	3	TEL1	7
40481	NEUSA MIRIAN LANG POHL	Anal. Leg. - Jornalista	9.532	0	26,6082192	13	ANL3	7	ANL1	6
40237	NEY FREDERICO BILIK FILHO	Téc. Leg. - Administrativo	9.867	0	27,5260274	13	TEL3	2	TEL1	1
41055	NILTON ROBERTO BARBOSA	Proc. da Assembleia Classe 1	12.120	0	25,2054795	12	PRC1	1	PRC1	1
40636	NILZA MARIA CORDEIRO CEZARINO	Aux. Leg. - Administrativo	10.899	0	30,3534247	15	AUL2	5	AUL1	7
40783	NILZA SANTOS DE AZEVEDO	Téc. Leg. - Administrativo	10.566	0	29,4410959	14	TEL3	2	TEL1	2
40797	NIVALDO FOGANHOLI	Anal. Leg. - Administrador	10.566	0	29,4410959	14	ANL3	2	ANL1	2
40127	NIVALDO VANDIR CORDEIRO	Aux. Leg. - Administrativo	12.349	0	33,8328767	16	AUL1	3	AUL1	7
40087	NOEMI FROES DOS SANTOS	Téc. Leg. - Legislativo	12.349	0	34,3260274	17	TEL2	5	TEL1	7
40815	ODETE SOSNITZKI	Anal. Leg. - Administrador	9.471	0	25,9479452	12	ANL3	1	ANL2	6
40916	OLICES SILVESTRE BUENO JUNIOR	Téc. Leg. - Administrativo	8.682	0	24,2794521	12	TEL3	1	TEL2	6
40812	OLIR JOSE PIVATTO	Téc. Leg. - Administrativo	10.279	0	28,6547945	14	TEL3	1	TEL1	1
40412	OSMAR PRESTES	Téc. Leg. - Administrativo	9.867	0	27,5260274	13	TEL3	1	TEL2	7
40862	OSNI CUSTIN DOS SANTOS	Aux. Leg. - Porteiro	9.988	0	27,8575343	13	AUL2	4	AUL1	7
40107	OVIDIO LACERDA FERREIRA	Anal. Leg. - Médico	9.897	0	27,1150685	13	ANL3	7	ANL1	6
40189	OZEAS SILVA FELINTO	Aux. Leg. - Administrativo	9.471	0	25,9479452	12	AUL2	2	AUL1	7
612	PATRICIA DORNELES DANTAS	Anal. Leg. - Taquígrafo Revisor	7.127	0	19,5260274	9	ANL3	2	ANL2	4
40883	PAULO AFONSO LOYOLA	Anal. Leg. - Advogado	8.527	0	23,3616438	11	ANL2	2	ANL1	6
40873	PAULO CESAR ABDALLA FESTA	Anal. Leg. - Assessor de Comissão	9.441	0	26,3589041	13	ANL2	1	ANL1	7
40897	PAULO CEZAR SANTOS	Aux. Leg. - Administrativo	9.441	0	26,3589041	13	AUL2	2	AUL1	7
40152	PAULO CEZAR SILVEIRA DA MOTA PIMPAO	Anal. Leg. - Advogado	11.906	0	33,1123288	16	ANL2	2	ANL1	7
40097	PAULO FERNANDO NEIVA DE LIMA	Aux. Leg. - Administrativo	10.660	0	29,6986301	14	AUL2	4	AUL1	7
40417	PAULO ROBERTO DE SOUZA JAMUR	Aux. Leg. - Administrativo	10.597	0	24,6219178	12	AUL2	4	AUL1	5

40465	PAULO ROSARIO DE LIMA	Aux. Leg. - Administrativo	10.597	85	29,7589041	14	AUL1	7	AUL1	7
40286	PAULO SERGIO BUFFARA FARAH	Anal. Leg. - Administrador	10.597	0	29,5260274	14	ANL3	1	ANL1	1
40144	PAULO SERGIO MULLER FARIA	Téc. Leg. - Legislativo	12.006	586	34,9917808	17	TEL2	6	TEL1	7
40893	PEDRO IVO GONCALVES	Aux. Leg. - Administrativo	8.743	0	24,4465753	12	AUL1	7	AUL1	7
40551	RACHEL TOUMA SAWAYA BOLDUAN	Anal. Leg. - Agente de Saúde	9.867	0	27,0328767	13	ANL3	1	ANL2	7
40441	RAFAEL DE ASEVEDO BUKOWSKI	Anal. Leg. - Advogado	8.469	0	23,2027397	11	ANL3	7	ANL1	4
40118	RAQUEL TEREZINHA RIBASKI POLICENO	Téc. Leg. - Administrativo	10.660	0	29,2054795	14	TEL2	2	TEL1	7
613	RAQUEL TOURNIER TASSI	Anal. Leg. - Taquígrafo Revisor	7.127	0	19,5260274	9	ANL3	2	ANL2	4
40228	RAUL DE ARRAZAO	Téc. Leg. - Administrativo	9.867	0	27,5260274	13	TEL2	2	TEL1	7
40363	REGINA CELIA KLINGUELFUS MENDES	Anal. Leg. - Dentista	9.441	0	26,3589041	13	ANL3	7	ANL1	6
40899	REGINA CELIA SPERANDIO	Téc. Leg. - Técnico Contabilidade	9.441	0	26,3589041	13	TEL2	3	TEL1	7
40787	REGINA DA SILVA SOUZA TOKAWA	Téc. Leg. - Técnico Contabilidade	10.566	0	29,4410959	14	TEL2	4	TEL1	7
40527	RITA DE CASSIA ZORNIG	Anal. Leg. - Agente de Saúde	10.923	0	29,9260274	14	ANL3	2	ANL1	2
40288	ROBERTO ADAM GONCALVES DIAS	Anal. Leg. - Médico	10.597	0	29,0328767	14	ANL2	1	ANL1	7
40052	ROBERTO DA SILVEIRA MORAES	Anal. Leg. - Médico	9.928	0	27,2	13	ANL3	7	ANL1	6
41058	ROGERIO AUGUSTO CAMARGO SCHEIBE	Anal. Leg. - Médico	10.894	0	29,8465753	14	ANL2	3	ANL1	7
40825	ROGERIO HELIAS CARBONI	Anal. Leg. - Advogado	9.501	0	26,5232877	13	ANL3	7	ANL1	6
40768	ROGERIO MILLEO	Téc. Leg. - Administrativo	10.566	0	28,9479452	14	TEL3	1	TEL1	1
40896	ROMI HELENA MORAES DE SENA	Anal. Leg. - Médico	9.441	0	25,8657534	12	ANL2	2	ANL1	7
40952	RONALDO MOSELLI	Aux. Leg. - Administrativo	9.106	0	25,4410959	12	AUL1	7	AUL1	7
40335	ROSA MARIA BASSETI MORAES	Anal. Leg. - Advogado	11.389	0	31,6958904	15	ANL2	1	ANL1	7
40046	ROSA MEIRE TEIXEIRA CESARIO PEREIRA	Téc. Leg. - Administrativo	9.928	0	27,6931507	13	TEL2	2	TEL1	7
40394	ROSANGELA ALVES CARDOSO	Téc. Leg. - Legislativo	9.867	0	27,0328767	13	TEL2	4	TEL1	7
40272	ROSANGELA DE FATIMA H. DOS SANTOS	Aux. Leg. - Administrativo	9.867	874	29,4273973	14	AUL2	3	AUL1	7
40325	ROSELI DA CRUZ PEREIRA	Téc. Leg. - Legislativo	11.389	0	31,6958904	15	TEL2	5	TEL1	7
40348	ROSELI DA SILVA	Aux. Leg. - Administrativo	11.389	0	31,2027397	15	AUL2	5	AUL1	7
40393	ROSELI GOBBO ARAUJO	Anal. Leg. - Agente de Saúde	11.371	0	31,1534247	15	ANL3	2	ANL1	3
40887	ROSELI TEREZINHA TALAS AIOLFI	Téc. Leg. - Administrativo	9.441	0	25,8657534	12	TEL3	2	TEL2	7
40844	ROSEMARI DA CONCEICAO TULIO	Aux. Leg. - Administrativo	9.441	0	25,8657534	12	AUL2	3	AUL1	7
40268	RUBENS GORNY FILHO	Anal. Leg. - Agente de Saúde	11.027	0	30,7041096	15	ANL3	2	ANL1	3
40728	RUTH MARIA ZANONA DOS SANTOS	Téc. Leg. - Legislativo	10.566	0	28,9479452	14	TEL2	4	TEL1	7
40642	RUY CARNEIRO TEIXEIRA FILHO	Anal. Leg. - Advogado	10.894	0	30,339726	15	ANL2	3	ANL1	7
40646	SANDRA DE SOUZA ALMEIDA	Téc. Leg. - Técnico Contabilidade	10.898	0	30,3506849	15	TEL2	5	TEL1	7
40647	SANDRA MARA PRESTES SCHEFFER	Téc. Leg. - Administrativo	10.894	0	30,339726	15	TEL3	2	TEL1	3
40334	SANDRA MARIA BOBKO	Téc. Leg. - Administrativo	11.389	0	31,6958904	15	TEL3	2	TEL1	3
40420	SANDRA REGINA BARROS RIBEIRO	Téc. Leg. - Administrativo	9.867	0	27,5260274	13	TEL3	1	TEL2	7
118	SANDRA REGINA CANTARIN M. PACHECO	Anal. Leg. - Jornalista	11.251	0	31,4821918	15	ANL2	2	ANL1	7
40133	SANDRA TERESINHA M. M. B. DE MACEDO	Anal. Leg. - Administrador	9.532	0	26,6082192	13	ANL3	1	ANL2	7
40729	SANDRA ZAMPIER	Anal. Leg. - Contador	10.566	0	29,4410959	14	ANL3	1	ANL1	1
40644	SANDRO DO NASCIMENTO	Téc. Leg. - Legislativo	9.836	0	27,4410959	13	TEL2	5	TEL1	7
40986	SANDRO ROBERTO CORNELIO DA SILVA	Téc. Leg. - Administrativo	9.076	0	24,8657534	12	TEL3	1	TEL2	6
40866	SELENA MARIA SOUSA GARCIA	Anal. Leg. - Agente de Saúde	9.957	0	27,2794521	13	ANL3	1	ANL2	7
40688	SERGIO AMARAL GRADOWSKI	Anal. Leg. - Médico	9.198	0	25,2	12	ANL3	7	ANL1	5
40085	SERGIO GRITTEN FERREIRA	Aux. Leg. - Administrativo	8.834	0	24,6958904	12	AUL2	2	AUL1	7
40260	SERGIO ROBERTO DE OLIVEIRA	Téc. Leg. - Legislativo	11.559	0	32,1616438	16	TEL2	5	TEL1	7
40814	SIDNEY CAMACHO CALERO	Téc. Leg. - Administrativo	9.836	0	27,4410959	13	TEL3	1	TEL2	7
41027	SILAS PASSOS DA SILVA	Aux. Leg. - Administrativo	9.076	0	24,8657534	12	AUL2	2	AUL1	7

40174	SILSSO ANTONIO CORSO	Téc. Leg. - Técnico Contabilidade	10.840	87	30,430137	15	TEL2	5	TEL1	7
40776	SILVANA BRUEL	Aux. Leg. - Administrativo	10.566	0	28,9479452	14	AUL2	5	AUL1	7
40765	SILVANA DO ROCIO PEDROSO	Aux. Leg. - Porteiro	10.566	0	28,9479452	14	AUL2	4	AUL1	7
40275	SILVIA BITTAR	Anal. Leg. - Agente de Saúde	9.441	0	26,3589041	13	ANL3	1	ANL2	7
40479	SILVIA MARIA KHOURI HILGENBERG	Anal. Leg. - Dentista	10.597	0	29,0328767	14	ANL3	7	ANL1	7
40836	SIMONE BOABAID	Anal. Leg. - Administrador	9.501	0	26,5232877	13	ANL3	1	ANL2	7
40478	SIMONE CARON	Anal. Leg. - Administrador	10.977	0	30,539726	15	ANL3	2	ANL1	3
40855	SIMONE KARNOPP NABOSNE	Téc. Leg. - Administrativo	10.049	0	28,0246575	14	TEL3	1	TEL1	1
40165	SIMONE SALLES BELINATI	Aux. Leg. - Administrativo	10.628	0	27,1178082	13	AUL2	2	AUL1	7
40564	SOLANGE DENCK BAHR	Téc. Leg. - Administrativo	9.501	0	26,5232877	13	TEL3	2	TEL1	1
40439	SOLANGE MANN ULLRICH	Anal. Leg. - Administrador	9.867	0	27,5260274	13	ANL3	1	ANL2	7
40183	SOLANGE MARIA MARIOTTI	Anal. Leg. - Administrador	10.628	0	29,6109589	14	ANL3	1	ANL1	1
40835	SOLOM LUCIANO GOMES DE SOUZA	Aux. Leg. - Administrativo	8.863	0	23,1671232	11	AUL2	5	AUL1	7
58	SONIA GORETI DE OLIVEIRA CARVALHO	Anal. Leg. - Assessor de Comissão	11.418	736	34,9424658	17	ANL2	3	ANL1	7
40160	SONIA MARY YOSHITANI LONGO	Téc. Leg. - Técnico Contabilidade	9.867	0	27,5260274	13	TEL2	4	TEL1	7
40505	STELA ALVA COSTA	Aux. Leg. - Administrativo	9.532	0	26,1150685	13	AUL2	2	AUL1	7
614	STELA MARIS AGUIAR MACHADO GEMBA	Anal. Leg. - Taquígrafo Revisor	9.501	0	26,030137	13	ANL3	2	ANL1	1
40881	STELLA MARIS WINNIKES DA SILVA	Téc. Leg. - Administrativo	9.441	0	25,8657534	12	TEL3	2	TEL2	7
40396	SUELY FAZZINI DA SILVA REIMANN	Téc. Leg. - Legislativo	8.861	4.789	37,3972603	18	TEL2	4	TEL1	7
40209	SUZAN CAROLINA R. MARQUES DA SILVA	Anal. Leg. - Contador	11.052	0	30,7726027	15	ANL3	2	ANL1	3
40533	SUZANA OZORES	Téc. Leg. - Legislativo	10.923	0	30,4191781	15	TEL2	5	TEL1	7
40687	SYLVANA ZEBALLOS PIMENTEL	Anal. Leg. - Agente de Saúde	10.871	0	29,7835616	14	ANL3	2	ANL1	2
40864	TADEU LUKA	Anal. Leg. - Dentista	14.646	0	40,6191781	20	ANL2	2	ANL1	7
40110	TAYLOR EDNIR NIEDZWIEDZ	Anal. Leg. - Advogado	12.879	395	36,3671233	18	ANL2	2	ANL1	7
41012	TEREZA CRISTINA A. C. A. MARANHÃO	Anal. Leg. - Dentista	9.806	0	26,8657534	13	ANL3	7	ANL1	6
616	TEREZA CRISTINA CONTI Q. CAMPELO	Anal. Leg. - Taquígrafo Revisor	7.127	0	19,5260274	9	ANL3	2	ANL2	4
41013	TEREZINHA ALVES	Téc. Leg. - Legislativo	9.014	0	25,1890411	12	TEL2	3	TEL1	7
40509	TEREZINHA BECKER LOPES	Aux. Leg. - Administrativo	9.867	0	27,5260274	13	AUL2	4	AUL1	7
40926	TEREZINHA MATOS SANTOS	Aux. Leg. - Administrativo	9.836	0	27,4410959	13	AUL2	3	AUL1	7
40395	TEREZINHA REGINA VICENTE	Anal. Leg. - Médico	10.597	0	29,0328767	14	ANL2	1	ANL1	7
40414	THEMIS PETERLE	Anal. Leg. - Advogado	11.350	0	31,5890411	15	ANL2	3	ANL1	7
40229	TOTILA GLITZ	Anal. Leg. - Médico	11.619	0	32,3260274	16	ANL2	2	ANL1	7
40790	ULISSES ORLANDO OGIBOWSKI	Aux. Leg. - Administrativo	10.566	0	28,9479452	14	AUL2	4	AUL1	7
40159	URSULA FLORINDA KUSTER	Téc. Leg. - Legislativo	10.628	0	29,6109589	14	TEL2	4	TEL1	7
40124	VALDECIR ANTONIO FAE	Téc. Leg. - Técnico Contabilidade	8.861	2.408	31,3671233	15	TEL2	5	TEL1	7
40285	VALDIR CAMARGO ISMAEL	Téc. Leg. - Legislativo	10.597	0	29,5260274	14	TEL2	4	TEL1	7
40179	VALDIR MASAMI UEDA	Anal. Leg. - Administrador	9.867	0	27,5260274	13	ANL3	1	ANL2	7
41248	VALERIA CORTES CHAVES FRANCA	Anal. Leg. - Advogado	9.501	0	26,5232877	13	ANL2	3	ANL1	7
100	VANDERLEI NORBERTO REBELO	Anal. Leg. - Jornalista	11.251	0	30,8246575	15	ANL2	2	ANL1	7
40676	VANESSA ELLING SCHUSTER	Anal. Leg. - Agente de Saúde	10.871	0	30,2767123	15	ANL3	2	ANL1	3
40207	VANIR LUIZA BORGMANN	Aux. Leg. - Administrativo	11.703	0	32,0630137	16	AUL2	5	AUL1	7
41024	VERA CLEVE DE OLIVEIRA	Anal. Leg. - Jornalista	11.267	0	31,3616438	15	ANL2	1	ANL1	7
40096	VERA DA SILVA	Aux. Leg. - Administrativo	9.897	0	27,6082192	13	AUL2	4	AUL1	7
40665	VERA LUCIA SILVINO DA SILVA	Aux. Leg. - Administrativo	11.267	0	31,3616438	15	AUL2	4	AUL1	7
40204	VILMAR FRANCISCO BUBNIAK	Anal. Leg. - Contador	11.052	0	30,7726027	15	ANL3	2	ANL1	3
40126	WILMAR JOSE GOUVEIA	Aux. Leg. - Administrativo	12.356	0	34,3452055	17	AUL2	6	AUL1	7
40031	WILSON PENKA	Anal. Leg. - Assessor de Comissão	13.079	0	36,3260274	18	ANL2	2	ANL1	7
40663	ZAUMIR NEVES TEIXEIRA	Téc. Leg. - Administrativo	9.836	0	27,4410959	13	TEL3	1	TEL2	7
40932	ZENY BARBOSA	Anal. Leg. - Administrador	9.867	0	27,5260274	13	ANL3	2	ANL1	1

**Ata da 5ª Reunião da Comissão Especial para analisar e reformar as regras do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, acerca do Processo Legislativo e Técnica Legislativa.****(Ato do Presidente nº 3/2015)**

Ao quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, na Sala de Comissões, reuniram-se os Senhores Deputados Pedro Lupion (DEM), Cláudia Pereira (PSC), Missionário Ricardo Arruda (PSC), Tião Medeiros (PTB), Pastor Edson Praczyk (PRB), Fernando Scanavaca (PDT), Deputado Evandro Junior (PSDB), Nereu Moura (PMDB), Tadeu Veneri (PT) e Felipe Francischini (SD) (Suplente – Dep. Maria Vitória (PP)). Havendo número legal, sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, agradecendo a presença dos membros presentes e destacando a importância da participação de todos. O relator, Deputado Pastor Edson Praczyk requereu a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, e consultado os membros o requerimento foi aceito por unanimidade. Na sequência, o Sr. Presidente anunciou a continuidade dos trabalhos, bem como a pauta da reunião, passou-se a discussão e votação da nova redação do artigo 36, sendo o mesmo aprovado: “art. 36 Cabe à Comissão de Constituição e Justiça: I – emitir parecer quanto à constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural das proposições; II – emitir parecer quanto à admissibilidade de propostas de emendas à Constituição; III – propor, mediante projeto de resolução, a suspensão, no todo ou em parte, de lei ou decreto municipal declarado inconstitucional pelo Tribunal de Justiça; IV – manifestar-se sobre a perda de mandato de Deputado, nos termos do inciso VI do art. 261 deste Regimento; V – manifestar-se sobre a autorização para instauração de processo criminal contra o Governador e o Vice-Governador do Estado os Secretários de Estado, nos termos do § 1º do art. 260 deste Regimento; VI – manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre: a) criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios; b) transferência temporária da sede do Governo; c) organização dos poderes do Estado, do Ministério Público e do Tribunal de Contas; d) intervenção nos municípios; e) organização e divisão judiciária; f) alterações de códigos; g) declaração de utilidade pública de entidades civis; h) concessão de títulos de cidadania; VII – decidir os pedidos de reconsideração apresentados contra suas decisões. § 1º Na análise do caráter estrutural das proposições, a Comissão de Constituição e Justiça deverá considerar o disposto na legislação sobre técnica legislativa e, ressalvadas as proposições de que tratam as alíneas do inciso V do caput deste artigo, não poderá proceder emendas que alterem ou disponham sobre o mérito da proposição. 2º Sempre que a Comissão de Constituição e Justiça concluir que a proposição não atende aos termos da legislação referida no § 1º deste artigo, poderá diligenciar junto ao autor, para que este, sob pena de arquivamento, proceda à adequação necessária. § 3º Na hipótese do § 2º deste artigo, o autor terá prazo de quinze dias, contado de sua notificação, para promover a adequação, sob pena de arquivamento da proposição. § 4º Quando diferentes matérias se encontrarem numa só proposição, a Comissão poderá dividi-la para constituírem projetos separados. § 5º Decorridos os prazos regimentais, quando a Comissão de Constituição e Justiça opinar pela inconstitucionalidade de uma proposição, esta deverá ser encaminhada à Diretoria Legislativa para proceder ao arquivamento e dar ciência ao autor. § 6º A votação do projeto rejeitado por maioria absoluta de votos na Comissão de Constituição e Justiça terá caráter conclusivo. § 7º O autor cuja proposição tenha sido declarada inconstitucional por deliberação da Comissão de Constituição e Justiça poderá, no prazo máximo de cinco dias, contado da data da publicação da ata da sessão na qual o parecer foi aprovado, apresentar pedido fundamentado de reconsideração, o qual, após atestada a tempestividade, será distribuído a novo relator. § 8º Quando a proposição for declarada inconstitucional por deliberação unânime da Comissão de Constituição e Justiça, o pedido de reconsideração ficará condicionado ao apoio de um quarto dos Deputados da Assembleia. § 9º Caso a Comissão de Constituição e Justiça não reconside o seu posicionamento, o autor poderá formular recurso ao Plenário apenas para a análise da constitucionalidade e da legalidade da matéria, devendo obter o apoio de pelo menos 1/3 (um terço) dos parlamentares da Casa, dentre os quais não poderão constar os membros da Comissão de Constituição e Justiça que tenham participado da deliberação. § 10. O prazo para a apresentação do recurso descrito no § 7º deste artigo será de dez dias, contados da data da publicação da ata da sessão na qual o pedido de reconsideração foi apreciado. § 11. Não serão conhecidos pelo Presidente da Comissão os pedidos de reconsideração e recursos que não atendam às exigências regimentais quanto ao prazo de interposição, apoio ou que não tenham fundamentação. § 12. Em sendo acolhido o pedido de reconsideração ou o recurso ao Plenário, a proposição prosseguirá em seu trâmite regimental. § 13. Inexistindo pedido de reconsideração ou recurso ou estes não tendo sido acolhidos, a proposição será tida como definitivamente rejeitada, efetivando-se o seu arquivamento. § 14. As disposições relativas aos pedidos de reconsideração e recurso ao Plenário de que tratam os §§ 5º a 7º deste artigo não se aplicam às proposições de emendas declaradas inconstitucionais. § 15. O autor da emenda que tenha sido declarada inconstitucional pela Comissão de Constituição e Justiça poderá requerer que o parecer pela rejeição seja analisado pelo Plenário, mediante votação em separado, quando da apreciação da respectiva proposição emendada e, se este for rejeitado, a emenda será tida como acolhida e incluída para votação em segunda discussão. § 16. Em caso de tramitação de projeto em regime de urgência, serão observados os procedimentos e prazos estipulados nos arts. 210 a 213 deste Regimento.” Em seguida,

colocou em discussão e votação a nova redação do art. 61, sendo aprovado por unanimidade: “Art. 61. As Comissões Especiais serão constituídas por requerimento subscrito por ¼ (um quarto) do número total de Deputados ou por requerimento de Deputado, mediante deliberação do Plenário, com a indicação do assunto de que devam tratar, o número de membros e o prazo de duração. § 1º As Comissões Especiais serão criadas para examinar e dar parecer sobre as seguintes espécies de proposições: I – propostas de emenda à Constituição; II – projetos de código; IV – denúncia oferecida contra o Governador de Estado por crime de responsabilidade; V – projeto de revisão do Regimento Interno; VI – indicação de Conselheiro do Tribunal de Contas. § 2º Algumas Comissões Especiais serão destinadas a oferecer estudos sobre determinado assunto e apresentar proposição correlata.” Em seguida, colocou em discussão e votação a nova redação do art. 62, sendo aprovado por unanimidade: “Art. 62. As Comissões Parlamentares de Inquérito serão constituídas por requerimento subscrito por 1/3 (um terço) do número total de Deputados, para apuração de fato determinado e por prazo certo, as quais terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos em lei e neste Regimento. § 1º Considera-se fato determinado o acontecimento de relevante interesse para a vida pública e a ordem constitucional, legal, econômica e social do Estado que estiver devidamente caracterizado no requerimento de constituição da Comissão. § 2º Satisfeitos os requisitos regimentais, o Presidente determinará a publicação do requerimento ou a devolução ao autor para retificá-lo, cabendo desta decisão recurso para o Plenário, no prazo de cinco sessões, ouvindo-se a Comissão de Constituição e Justiça. § 3º A Comissão Parlamentar de Inquérito, que poderá atuar também durante o recesso parlamentar, terá o prazo de 120 (cento e vinte) dias, prorrogável por até a metade, por uma única vez, mediante deliberação do Plenário, para conclusão de seus trabalhos. § 4º Não se criará Comissão Parlamentar de Inquérito enquanto estiverem pelo menos cinco funcionando na Assembleia, salvo mediante projeto de resolução apoiado por 1/3 dos Parlamentares e aprovado. § 5º A Comissão Parlamentar de Inquérito terá sua composição numérica indicada no requerimento ou projeto de resolução, respeitada a proporcionalidade da representação partidária. § 6º Na ata de instalação e eleição de Presidente e relator constarão a previsão de meios ou recursos administrativos, as condições organizacionais e o assessoramento necessário ao bom desempenho da Comissão, incumbindo à Mesa e à administração da Casa o atendimento preferencial das providências que forem solicitadas.” Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, lembrando a todos que a próxima reunião será dia 14 de abril de 2015, às 10h00min, no mesmo local, determinando a lavratura da presente Ata, que segue assinada por ele e pelos membros da Comissão.

Deputado Pedro Lupion	Deputado Pastor Edson Praczyk
Presidente	Relator
Deputado Felipe Francischini	Deputado Tião Medeiros
Suplente	Membro
Deputado Missionário Ricardo Arruda	Deputada Cláudia Pereira
Membro	Membro
Deputado Evandro Junior	Deputado Tadeu Veneri
Membro	Membro
Deputado Fernando Scanavaca Moura	Deputado Nereu Moura
Membro	Membro

**Ata da 6ª Reunião da Comissão Especial para analisar e reformar as regras do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, acerca do Processo Legislativo e Técnica Legislativa.****(Ato do Presidente nº 3/2015)**

Ao vinte e sete dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze, na Sala de Comissões, reuniram-se os Senhores Deputados Pedro Lupion (DEM), Cláudia Pereira (PSC), Missionário Ricardo Arruda (PSC), Chico Brasileiro (PSC), Fernando Scanavaca (PDT), Nereu Moura (PMDB), Tadeu Veneri (PT) e Maria Vitória (PP). Havendo número legal, sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, agradecendo a presença dos membros presentes e destacando a importância da participação de todos. O relator, Deputado Pastor Edson Praczyk requereu a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, e consultado os membros o requerimento foi aceito por unanimidade. Na sequência, o Sr. Presidente anunciou a continuidade dos trabalhos, bem como a pauta da reunião, passou-se a discussão e votação da nova redação do artigo 71, sendo o mesmo aprovado: Art. 71. Aos projetos de lei em regime de urgência não serão aplicadas as disposições constantes no art. 70, devendo ser observado, em tais casos, o procedimento previsto nos arts. 210 a 213 deste

Regimento". Em seguida, colocou em discussão e votação a nova redação do art. 100, sendo aprovado por unanimidade: "Art. 100. Os Deputados poderão solicitar licença em vista de: I – tratamento de saúde; II – interesse particular; III – investidura nas funções de Ministro de Estado, de Secretário de Estado ou de Secretário de Prefeitura da Capital. IV – casamento; V – licença maternidade; VI – licença paternidade; VII – falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmãos; VIII – falecimento de avós e netos. § 1º Será concedida licença para tratamento de saúde ao Deputado que, por motivo de doença, se encontrar impossibilitado de atender aos deveres decorrentes do exercício do mandato. § 2º A obtenção ou prorrogação da licença para tratamento de saúde estará condicionada à apresentação de laudo de inspeção de saúde, firmado por junta médica, com a expressa indicação de que o paciente não pode continuar no exercício do mandato. § 3º O Deputado licenciado para tratamento de saúde por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias fará jus ao respectivo subsídio, devendo ceder ao suplente o respectivo gabinete, os cargos de assessoria parlamentar e as verbas decorrentes do exercício da atividade parlamentar. § 4º A licença para casamento será de oito dias consecutivos contados da data do casamento civil ou da data informada na certidão de união estável registrada em cartório. § 5º A licença maternidade será de 120 (cento e vinte) dias, podendo ser concedida à Deputada gestante após a 36ª (trigésima sexta) semana de gestação ou a partir da data de nascimento da criança. § 6º A licença maternidade será concedida à Deputada adotante pelo mesmo período e nos mesmos moldes que à gestante, independente da idade da criança, após a apresentação do comprovante de adoção ou guarda judicial para fins de adoção. § 7º A licença constante no § 6º deste artigo será concedida nos mesmos moldes ao homem adotante individual. § 8º A licença paternidade será de cinco dias consecutivos a partir da data do nascimento da criança. § 9º Será concedida licença de oito dias corridos em face de falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmãos, contados da data do óbito. § 10. No caso de falecimento de avós e netos será concedida licença de três dias corridos contados da data do óbito." Em seguida, colocou em discussão e votação a nova redação do art. 110, sendo aprovado por unanimidade: "Art. 110. A Mesa convocará o suplente nos casos de vaga, licença por mais de 120 (cento e vinte) dias ou de investidura nas funções de Ministro de Estado, Secretário de Estado, Secretário de Prefeitura da Capital ou Chefe de Missão Diplomática temporária e deverá fazê-lo no dia da vaga, da licença ou da investidura. § 1º O suplente terá o prazo de quinze dias para tomar posse, com a assinatura do respectivo termo de posse, sob pena de ser considerado renunciante, salvo se comprovar doença que o incapacite para cumprir a formalidade necessária. § 2º Em caso de investidura nas funções descritas no caput deste artigo, o Deputado licenciado que reassumir o mandato não poderá voltar à função investida, ou assumir outra, pelo prazo de trinta dias." Em seguida, colocou em discussão e votação a nova redação do art.117, sendo aprovado por unanimidade: "Art. 117. Para manutenção da ordem, respeito e solenidade das sessões, serão observadas as seguintes regras: I - é obrigatório aos Senhores Deputados e funcionários, durante a sessão plenária, o uso de traje passeio completo; II - durante a sessão os Deputados deverão permanecer nas respectivas bancadas; III - nenhuma conversação será permitida no recinto em tom que dificulte o andamento dos trabalhos; IV - falando da bancada, os oradores deverão manter-se em pé e em caso algum poderão fazê-lo de costas para a Mesa; IV - falando da bancada, os oradores deverão manter-se em pé, exceto em caso de dificuldade ou deficiência motora, e em caso algum poderão fazê-lo de costas para a Mesa; V - os Deputados poderão apartear sentados, em termos breves e cortesias; VI - não serão admitidos apartes às palavras do Presidente, paralelos aos discursos ou por ocasião do encaminhamento de votação. Em seguida, colocou em discussão e votação a nova redação do art.125, sendo aprovado por unanimidade: Art. 125. A duração do expediente será de três horas e vinte minutos, distribuídos entre: I - pequeno expediente, quando no máximo seis Deputados poderão fazer uso da palavra como oradores na Tribuna do Plenário, locução com duração máxima de cinco minutos para cada orador, obedecendo-se a ordem sequencial de inscrição registrada em lista de oradores própria do pequeno expediente, permitida a cessão do registro de uso da palavra no pequeno expediente a outro Deputado; II - grande expediente, quando no máximo dois Deputados poderão fazer uso da palavra como oradores na Tribuna do Plenário, locução com duração máxima de quinze minutos para cada um, incluso apartes, obedecendo-se a ordem de inscrições prévias registradas em lista de oradores própria do grande expediente, permitida a cessão do registro do uso da palavra no grande expediente a outro Deputado; III - horário dos partidos, blocos parlamentares, Liderança do Governo e Liderança da Oposição, locução de duração máxima de dez minutos para cada um, improrrogável, permitidos apartes a critério do orador e a delegação do uso da palavra pelo Líder a qualquer outro Parlamentar dentre seus liderados; IV - horário das Comissões. Temáticas Permanentes e Temporárias, com duração de trinta minutos, divididos pelo Presidente da Mesa Diretora dos Trabalhos, igualmente dentre três Presidentes ou Relatores das Comissões Temáticas Permanentes e/ou Temporárias que quiserem manifestar seus relatórios de atividades e assuntos pertinentes à comissão, com locução de duração máxima de dez minutos para cada um, permitindo apartes a critério do orador na forma disciplinada neste Regimento. §1º As inscrições para uso da palavra no pequeno expediente deverão ser feitas antecipadamente perante a Mesa Diretora dos Trabalhos, em lista de oradores própria, registrada em ordem cronológica de inscrição, logo após a aprovação da ata da respectiva

reunião, sendo que as inscrições para uso da palavra no grande expediente poderão ser realizadas com antecedência de uma semana, em lista de oradores própria do grande expediente de cada sessão plenária. §2º Por critério do Presidente da Mesa Executiva, o horário total do grande expediente das sessões ordinárias das quartas-feiras poderá ser destinado para uso de convidados, a requerimento fundamentado de qualquer Deputado, identificando previamente o nome do convidado e o tema a ser abordado." Em seguida, colocou em discussão e votação a nova redação do § 2º, art.139, sendo aprovado por unanimidade: "§ 2o A convocação do Secretário de Estado ser-lhe-á comunicada mediante ofício do 1o Secretário ou do Presidente da Comissão, que definirá o local, dia e hora da sessão ou reunião a que deva comparecer, com a indicação das informações pretendidas, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa, na forma do inciso XXXIII do art. 54 da Constituição Estadual." Em seguida, colocou em discussão e votação a nova redação do art.146, sendo aprovado por unanimidade: "Art. 146. Constatado o cometimento de delito nas dependências da Assembleia, será oficiada a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária para que haja instauração de inquérito policial ou lavratura de termo circunstanciado para apuração da materialidade e autoria delitivas. Parágrafo único. A Comissão Executiva poderá designar comitiva para acompanhamento das investigações". Em seguida, colocou em discussão e votação a nova redação do §9º do art.147, sendo aprovado por unanimidade: "§ 9º O protocolo de plenário permanece aberto até o momento da verificação de quórum quando o último orador inscrito for fazer o uso da palavra, não sendo permitida protocolização de nenhuma proposição após o seu fechamento, salvo mensagem governamental." Em seguida, colocou em discussão e votação a nova redação do art.160, sendo aprovado por unanimidade: "Art. 160. Os requerimentos escritos dependerão de deliberação do Plenário. § 1º Não dependerão de discussão e votação, sendo despachados pelo Presidente, de ofício, os requerimentos: I - de Comissão solicitando audiência de outras, sobre qualquer assunto, bem como os requerimentos de informações oficiais; II - de Deputado solicitando informações oficiais a Secretários de Estado e outras autoridades. Em seguida, colocou em discussão e votação a nova redação do art. 174, sendo aprovado por unanimidade: "Art. 174. Nenhuma proposição poderá ser discutida sem que tenha sido incluída na Ordem do Dia divulgada pelo Presidente na sessão imediatamente anterior à sua votação." Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, lembrando a todos que as próximas reuniões passarão a ocorrer às quartas-feiras a partir das 10h00min, no mesmo local, determinando a lavratura da presente Ata, que segue assinada por ele e pelos membros da Comissão.

Deputado Pedro Lupion	Deputada Maria Vitória
Presidente	Vice-Presidente
Deputado Missionário Ricardo Arruda	Deputada Cláudia Pereira
Membro	Membro
Deputado Nereu Moura	Deputado Tadeu Veneri
Membro	Membro
Deputado Chico Brasileiro	
Membro	

#### Ata da 7ª Reunião da Comissão Especial para analisar e reformar as regras do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, acerca do Processo Legislativo e Técnica Legislativa.

(Ato do Presidente nº 3/2015)

Aos dez dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, na Sala de Comissões, reuniram-se os Senhores Deputados Pedro Lupion (DEM), Cláudia Pereira (PSC), Missionário Ricardo Arruda (PSC), Deputado Edson Praczyk (PRB), Nereu Moura (PMDB), Tadeu Veneri (PT), Deputado Tercílio Turini (suplente Deputado Tião Medeiros) e Maria Vitória (PP). Havendo número legal, sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, agradecendo a presença dos membros presentes e destacando a importância da participação de todos. O relator, Deputado Pastor Edson Praczyk requereu a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, e consultado os membros o requerimento foi aceito por unanimidade. Na sequência, o Sr. Presidente anunciou a continuidade dos trabalhos, bem como a pauta da reunião, passou-se a discussão das propostas e votação da nova redação do artigo 265, sendo aprovada por unanimidade: "Art. 265. Consideram-se incompatíveis com a ética e o decoro parlamentar: I - perturbar a ordem das sessões da Assembleia ou das reuniões de Comissões; II - praticar atos que infringem as regras de boa conduta nas dependências da Casa. III - usar os poderes e prerrogativas do cargo para constranger ou aliciar servidor, colega ou qualquer pessoa sobre a qual exerça ascendência

hierárquica, com o fim de obter qualquer espécie de favorecimento; IV - usar, em discurso ou proposição, expressões atentatórias ao decoro parlamentar; V - praticar ofensas físicas ou morais a qualquer pessoa, no edifício da Assembleia Legislativa, ou desacatar, por atos ou palavras, outro parlamentar, a Mesa ou Comissão, ou os respectivos Presidentes; VI - revelar conteúdo de debates ou deliberações que a Assembleia ou Comissão tenham resolvido que devam ficar secretos; VII - revelar informações e documentos oficiais de caráter reservado de que tenha tido conhecimento na forma regimental; VIII - usar verbas de gabinete em desacordo com os princípios fixados no caput do art. 37 da Constituição Federal; IX - abusar das prerrogativas constitucionais asseguradas aos membros da Assembleia Legislativa;". Analisadas as demais propostas e deliberadas pelos Senhores Membros da Comissão, essas não foram aprovadas. Na sequência o Sr. Presidente informou aos presentes que solicitou um estudo à Diretoria de Assistência ao Plenário e Diretoria Legislativa com o propósito de viabilizar uma proposta passando a Comissão de Constituição e Justiça como Comissão final de análise técnica, fazendo que os Projetos de Leis em trâmite perante a casa tramite antes nas Comissões temáticas, para após passar pelo crivo da CCJ. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, convocando a próxima reunião e determinando a lavratura da reunião determinando a lavratura da presente Ata, que segue assinada por ele, pelos demais membros presentes, e por mim \_\_\_\_\_ (Eduardo Iwersen Krukoski, Secretário da Comissão, matrícula 13179) para que produza os efeitos legais.

	Deputada Maria Vitória
Deputado Pedro Lupion	Vice-Presidente
Presidente	
Deputado Missionário Ricardo Arruda	Deputada Cláudia Pereira
Membro	Membro
Deputado Nereu Moura	Deputado Tadeu Veneri
Membro	Membro
Deputado Chico Brasileiro	Deputado Edson Praczyk
Membro	Membro - Relator
Deputado Tercílio Turini	
Suplente (Dep. Tião Medeiros)	

**Ata da 8ª Reunião da Comissão Especial para analisar e reformar as regras do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, acerca do Processo Legislativo e Técnica Legislativa.**

**(Ato do Presidente nº 3/2015)**

Aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, na Sala de Comissões, reuniram-se os Senhores Deputados Pedro Lupion (DEM), Pastor Edson Praczyk (PRB), Cláudia Pereira (PSC), Missionário Ricardo Arruda (PSC), Chico Brasileiro (PSC), Fernando Scanavaca (PDT), Nereu Moura (PMDB), Tadeu Veneri (PT), Evandro Júnior (PSDB), Tião Medeiros (PTB) e Maria Vitória (PP). Havendo número legal, sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, agradecendo a presença dos membros presentes e destacando a importância da participação de todos. O relator, Deputado Pastor Edson Praczyk requereu a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, e consultado os membros o requerimento foi aceito por unanimidade. Na sequência, o Sr. Presidente anunciou a continuidade dos trabalhos, bem como a pauta da reunião, passou-se a discussão da proposta apresentada pela Diretoria de Assistência ao Plenário em relação a inversão do rito processual legislativo, passando a CCJ como comissão final. Presente o Deputado Nelson Justus, atual presidente da Comissão de Constituição e Justiça, defendeu a manutenção do processo legislativo como se encontra ponderando a necessidade de se manter como a primeira Comissão a analisar as proposições. Após o debate dos Senhores membros, a proposta foi REJEITADA pela maioria, mantendo-se a forma original. Na sequência passou-se a discutir a proposta de alteração do artigo 211, o qual teve a sua nova redação, aprovada por unanimidade, passando a contar com a seguinte redação: Art. 211.

Aprovado pela Assembleia o requerimento de urgência será a proposição encaminhada a todas as Comissões pertinentes simultaneamente. § 1º Será concedido o prazo de 48 (quarenta e oito) horas às Comissões Permanentes, após o recebimento pelo Presidente da mesma, que deverão proferir os seus respectivos pareceres. § 2º Ao projeto de lei em regime de urgência poderá ser concedida vista pelo prazo, improrrogável, de um dia.". Na continuidade, passou-se a discussão da nova redação do artigo 261, restando aprovada por unanimidade, a seguinte: Art. 261. Obedecerão às disposições da legislação federal em vigor o processo nos crimes de responsabilidade das seguintes autoridades: I - Governador do Estado; II - Vice-Governador do Estado; III - Secretários de Estado; IV - Procurador-Geral de Justiça;". Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião determinando a lavratura da presente Ata, que segue assinada por ele, pelos demais membros presentes, e por mim \_\_\_\_\_ (Eduardo Iwersen Krukoski, Secretário da Comissão, matrícula 13179) para que produza os efeitos legais.

Deputado Pedro Lupion	Deputada Maria Vitória
Presidente	Vice-Presidente
Deputado Missionário Ricardo Arruda	Deputada Cláudia Pereira
Membro	Membro
Deputado Nereu Moura	Deputado Tadeu Veneri
Membro	Membro
Deputado Pastor Edson Praczyk	Deputado Pastor Tião Medeiros
Membro - Relator	Membro
Deputado Chico Brasileiro	Deputado Fernando Scanavaca
Membro	Membro
Deputado Evandro Júnior	
Membro	

**Ata da 9ª Reunião da Comissão Especial para analisar e reformar as regras do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, acerca do Processo Legislativo e Técnica Legislativa.**

**(Ato do Presidente nº 3/2015)**

Aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, na Sala de Comissões, reuniram-se os Senhores Deputados Pedro Lupion (DEM), Pastor Edson Praczyk (PRB), Cláudia Pereira (PSC), Missionário Ricardo Arruda (PSC), Chico Brasileiro (PSC), Fernando Scanavaca (PDT), Nereu Moura (PMDB), Tadeu Veneri (PT), Evandro Júnior (PSDB), Tião Medeiros (PTB) e Maria Vitória (PP). Havendo número legal, sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, agradecendo a presença dos membros presentes e destacando a importância da participação de todos. O relator, Deputado Pastor Edson Praczyk requereu a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, e consultado os membros o requerimento foi aceito por unanimidade. Na sequência, o Sr. Presidente anunciou a continuidade dos trabalhos, bem como a pauta da reunião, passou-se a discussão das propostas. Na sequência, novamente com a palavra o Presidente anunciou a análise e discussão das propostas em relação ao Conselho de Ética, e após consulta dos senhores membros restou definido que o Conselho de Ética será regulamentado nos termos do artigo 284, sendo que a proposta será apresentada na próxima reunião, pelo Senhor Relator. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião determinando a lavratura da presente Ata, que segue assinada por ele, pelos demais membros presentes, e por mim \_\_\_\_\_ (Eduardo Iwersen Krukoski, Secretário da Comissão, matrícula 13179) para que produza os efeitos legais.

Deputado Pedro Lupion

Deputada Maria Vitória

Palácio XIX de Dezembro, em 3 de julho de 2015.

Presidente

Vice-Presidente

**BRUNO PEROZIN GAROFANI**

Diretor de Pessoal

Deputado Missionário Ricardo  
Arruda

Deputada Cláudia Pereira

**PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 493/2015**

Membro

Membro

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e com base no que dispõe o art. 149 da Lei nº 6.174/70, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9278, de 2015,

RESOLVE:

Comunicar que ANA LUCIA DA SILVEIRA ANDRETTA, Matrícula nº 41.029, servidora do quadro de pessoal desta Assembleia Legislativa, cedida para Prefeitura Municipal de Curitiba, estará em gozo de férias referente ao exercício 2015, a partir de 15/07/2015 até 13/08/2015, com o pagamento da gratificação referente ao terço de férias em julho de 2015.

Palácio XIX de Dezembro, em 3 de julho de 2015.

**BRUNO PEROZIN GAROFANI**

Diretor de Pessoal

Deputado Nereu Moura

Deputado Tadeu Veneri

Membro

Membro

Deputado Pastor Edson  
Praczyk

Deputado Pastor Tião Medeiros

Membro - Relator

Membro

Deputado Chico Brasileiro

Deputado Fernando Scanavaca

Membro

Membro

Deputado Evandro Júnior

Membro

55408/2015

**Publicações Administrativas****Atos de Pessoal****PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 490/2015**

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e com base no que dispõe o art. 149 da Lei nº 6.174/70, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9109, de 2015,

RESOLVE:

Comunicar que MARLI DE VARGAS, Matrícula nº 40.745, servidora do quadro de pessoal desta Assembleia Legislativa, lotada na Presidência, estará em gozo de férias referente ao exercício 2014, a partir de 06/07/2015 até 04/08/2015, com o pagamento da gratificação referente ao terço de férias em julho de 2015.

Palácio XIX de Dezembro, em 1º de julho de 2015.

**BRUNO PEROZIN GAROFANI**

Diretor de Pessoal

**PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 491/2015**

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e com base no que dispõe o art. 149 da Lei nº 6.174/70, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9101, de 2015,

RESOLVE:

Comunicar que TEREZINHA MATOS SANTOS, Matrícula nº 40.926, servidora do quadro de pessoal desta Assembleia Legislativa, lotada na Diretoria Administrativa, estará em gozo de férias referente ao exercício 2015, a partir de 02/07/2015 até 31/07/2015, com o pagamento da gratificação referente ao terço de férias em julho de 2015.

Palácio XIX de Dezembro, em 3 de julho de 2015.

**BRUNO PEROZIN GAROFANI**

Diretor de Pessoal

**PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 492/2015**

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e com base no que dispõe o art. 149 da Lei nº 6.174/70, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9041, de 2015,

RESOLVE:

Comunicar que MARIA LUIZA CALDAS, Matrícula nº 40.971, servidora do quadro de pessoal desta Assembleia Legislativa, lotada na Diretoria Administrativa, estará em gozo de férias referente ao exercício 2015, a partir de 13/07/2015 até 11/08/2015, com o pagamento da gratificação referente ao terço de férias em julho de 2015.

**PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 494/2015**

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 9200, de 2015,

RESOLVE:

Lotar a servidora CENI DO ROCIO FITZ, Matrícula nº 40.990, na Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, Adolescente e Idoso, a partir de 25 de fevereiro de 2015.

Palácio XIX de Dezembro, em 3 de julho de 2015.

**BRUNO PEROZIN GAROFANI**

Diretor de Pessoal

**PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 495/2015**

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 9201, de 2015,

RESOLVE:

Lotar a servidora SONIA GORETI DE OLIVEIRA CARVALHO, Matrícula nº 58, na Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, Adolescente e Idoso, a partir de 1º de julho de 2015.

Palácio XIX de Dezembro, em 3 de julho de 2015.

**BRUNO PEROZIN GAROFANI**

Diretor de Pessoal

**PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 496/2015**

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 9174, de 2015,

RESOLVE:

Conceder licença médica para tratamento de saúde, à servidora WALKIRIA WIZIACK ZAUITH DE PAULI, Matrícula nº 55.162, de 30 (trinta) dias, no período de 27/06/2015 a 26/07/2015, conforme comprovante de licença nº 311/15 - SEAP/DIMS.

Palácio XIX de Dezembro, em 3 de julho de 2015.

**BRUNO PEROZIN GAROFANI**

Diretor de Pessoal

**PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 497/2015**

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, com base no que dispõe o art. 252, da Lei nº 6.174/70, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 9246, de 2015,

RESOLVE:

Conceder licença médica para tratamento de saúde, à servidora WALKIRIA WIZIACK ZAUITH DE PAULI, Matrícula nº 55.162, de 30 (trinta) dias, no período de 27/06/2015 a 26/07/2015, conforme comprovante de licença nº 311/15 - SEAP/DIMS.

Palácio XIX de Dezembro, em 3 de julho de 2015.

**BRUNO PEROZIN GAROFANI**

Diretor de Pessoal

**PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 498/2015**

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, com base no que dispõe o art. 252, da Lei nº 6.174/70, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 9270, de 2015,

**RESOLVE:**

Conceder licença médica para tratamento de saúde, à servidora ANA CRISTINA CESARIO PEREIRA, Matrícula nº 40.973, de 25 (vinte e cinco) dias, no período de 22/06/2015 a 15/07/2015, conforme comprovantes de licenças números 307/15 e 744/15 - SEAP/DIMS.

Palácio XIX de Dezembro, em 3 de julho de 2015.

**BRUNO PEROZIN GAROFANI**

Diretor de Pessoal

**PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 499/2015**

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8933, de 2015,

**RESOLVE:**

Mandar anotar, para todos os efeitos legais, na ficha funcional de **LUIZ ERNESTO LESSI JUVENAL**, Matrícula nº 40.560, servidor estável Quadro de Pessoal desta Assembleia, ocupante do cargo de Analista Legislativo – Agente de Saúde, cedido para o Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná, o tempo de **6 (seis) meses**, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não ter se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre **21/12/1992 e 21/12/1997**.

Palácio XIX de Dezembro, em 3 de julho de 2015.

**BRUNO PEROZIN GAROFANI**

Diretor de Pessoal

**PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 500/2015**

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, com base no art. 201 § 9 da Constituição da República e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 9126, de 2015,

**RESOLVE:**

Mandar contar em favor de CASSIA MARA BARON, Matrícula nº 40.466, servidora do Quadro de Pessoal desta Assembleia, ocupante do cargo de Técnico Legislativo – Administrativo, lotada na Diretoria de Pessoal – Serviço Odontológico, o tempo de **1 (um) ano, 7 (sete) meses e 14 (quatorze) dias**, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão de Tempo de Contribuição, sob nº 14001070.1.00246/13-8, NIT nº 1702048879-8, expedida em 13/06/2013, pelo Instituto Nacional de Seguro Social – INSS.

EMPREGADOR	PERÍODO DE TEMPO DE SERVIÇO	TEMPO DE SERVIÇO
Copava Veículos Ltda	12/03/1985 a 05/09/1985	5 meses e 24 dias
Prefeitura Municipal de Carlópolis	01/01/1984 a 20/02/1985	1 ano, 1 mês e 20 dias
<b>TOTAL A AVERBAR</b>		<b>1 ano, 7 meses e 14 dias</b>

Consta, ainda, em referida certidão o tempo em que a servidora trabalhou com vínculo celetista nesta Casa de Leis, cuja data de admissão condiz com a anotada em ficha funcional e também deve ser contada para fins de aposentadoria.

EMPREGADOR	PERÍODO DE TEMPO DE SERVIÇO	TEMPO DE SERVIÇO
Paraná Assembleia Legislativa	02/05/1986 a 20/12/1992	6 anos, 7 meses e 19 dias

Palácio XIX de Dezembro, em 3 de julho de 2015.

**BRUNO PEROZIN GAROFANI**

Diretor de Pessoal

**PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 501/2015**

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 6693, de 2015,

**RESOLVE:**

Lotar a servidora GISELE PACHECO BATISTA, Matrícula nº 41.020, na Controladoria Geral a partir maio de 2015, designando a mesma para exercer suas atividades na Diretoria de Pessoal.

Palácio XIX de Dezembro, em 6 de julho de 2015.

**BRUNO PEROZIN GAROFANI**

Diretor de Pessoal

**PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 502/2015**

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 6693, de 2015,

**RESOLVE:**

Lotar o servidor NIVALDO FOGANHOLI, Matrícula nº 40.797, na Controladoria Geral a partir maio de 2015, designando o mesmo para exercer suas atividades na Diretoria Financeira.

Palácio XIX de Dezembro, em 6 de julho de 2015.

**BRUNO PEROZIN GAROFANI**

Diretor de Pessoal

**PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 503/2015**

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 6693, de 2015,

**RESOLVE:**

Lotar a servidora SANDRA TERESINHA MUNIZ M. BORGES DE MACEDO, Matrícula nº 40.133, na Controladoria Geral a partir maio de 2015, designando a mesma para exercer suas atividades na Diretoria de Apoio Técnico.

Palácio XIX de Dezembro, em 6 de julho de 2015.

**BRUNO PEROZIN GAROFANI**

Diretor de Pessoal

55397/2015

## Edital e Contratos

### 3º ADENDO MODIFICADOR DO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 022/2015

A **Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**, por força do artigo 21 do parágrafo 4º da Lei 8.666/93 e do artigo 31 parágrafo 4º da Lei 15.608/07, torna público que o edital do PREGÃO, na Forma Presencial para Registro de Preços nº 022/15, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para eventual fornecimento e instalação de mobiliário para as dependências da Assembleia Legislativa do Paraná, sofre as seguintes alterações:

**Onde se lê:**

Data Abertura: 22/06/2015 às 10h30min

2.2. A despesa com a execução do objeto desta licitação é estimada em **R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais)**.

**LOTE 01 – R\$ 195.000,00 (Cento e noventa e cinco mil reais)**

**LOTE 02 – R\$ 105.000,00 (Cento e cinco mil reais)**

**Leia-se:**

Data Abertura: 20/07/2015 às 14h00min

2.2. A despesa com a execução do objeto desta licitação é estimada em **R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais)**.

**LOTE 01 – R\$ 390.000,00 (Trezentos e noventa mil reais)**

**LOTE 02 – R\$ 210.000,00 (Duzentos e dez mil reais)**

Todas as demais seções e condições do edital permanecem inalteradas. Mais informações, bem como a íntegra do Edital, poderão ser obtidas junto a Diretoria de Apoio Técnico, 4º Andar do Edifício Administrativo da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, com sede na Praça Nossa Senhora da Salette s/n – Centro Cívico, no horário das 09h00min às 12h00min e 13h00min às 18h00min ou ainda pelo fone (041) 3350-4255 ou no site [www.alep.pr.gov.br](http://www.alep.pr.gov.br).

Curitiba, 06 de julho de 2015.

**Josenilda Benedito**

**Pregoeira**

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2015**

**CONTRATANTE:** ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

**CONTRATADA:** FEPESUL LTDA

**OBJETO:** Contratar pessoa jurídica para realizar manutenção e reforma predial nesta Assembleia Legislativa.

**VALOR:** R\$ 950.00,00 (novecentos e cinquenta mil reais)

**DESCONTO:** 13,70% sobre a tabela SEOP

**PRAZO:** 12 (doze) meses

**DOTAÇÃO:** 001.001.4000.3390.3916

**FORO:** Comarca de Curitiba, Estado do Paraná.

**LICITAÇÃO:** Pregão Presencial para Registro de Preços nº 019/2015

**RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2015**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada em manutenção de cadeiras do Plenário da Assembleia Legislativa do Paraná.

**VENCEDOR:** REFORM LINE COMÉRCIO DE MANUFATURA LTDA.

**VALOR:** R\$ 26.400,00

Pregoeira: Josenilda Benedito

Mais informações na Diretoria de Apoio Técnico.

**RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2015**

**LOTE 01 – Coordenadoria de Almoxarifado**

**VENCEDOR:** Procomp Soluções em Tecnologia Ltda

Item	Quant.	Especificações	Valor Total
1	10	Dez unidades de bebedouros de mesa com as seguintes características: gabinete e base em plástico polipropileno de auto impacto, internas atóxicas, torneiras em plástico abs sendo uma para água natural e outra para água gelada, serpentina em cobre com pintura alimentícia localizada na parte interna do reservatório gerando uma refrigeração mais rápida, termostato fixo externo para ajuste de temperatura de 15°C à 4°C com sete níveis de temperatura anel vedante de garrafão e produzindo com compressor hermético de 1/10HP.	R\$ 4.250,00
2	10	Dez unidades de bebedouros de coluna com as seguintes características: gabinete em aço eletrozincado e base em plástico polipropileno de auto impacto, conexões internas atóxicas, torneiras em plástico abs sendo uma para água natural e outra para água gelada, serpentina em cobre com pintura alimentícia localizada na parte interna do reservatório gerando uma refrigeração mais rápida, termostato fixo externo para ajuste de temperatura de 15°C à 4°C com sete níveis de temperatura, anel vedante de garrafão e produzindo com compressor hermético de 1/10 HP.	R\$ 4.250,00

**LOTE 02 – Coordenadoria de Almoxarifado**

**VENCEDOR:** Cauré Informática e Suprimentos Ltda

Item	Quant.	Especificações	Valor Total
1	02	Gravadores Digitais portáteis com cartão de memória com as seguintes especificações: Modelo: DR- 07mkl. Tipo: Hand-Held Gravador de Áudio Digital Estéreo. Gravação/ Leitura Métodos: micro SD ou micro SDHC Card (64MB a 32 GB) Taxa de Bits de Gravação: WAV: 16 e 24-bit, MP3: 32-320 kbps, VBR Frequência de amostragem: WAV: 44,1, 48 ou 96kHz, MP3: 44,1 e 48 kHz. Número de canais: 2 Tempo de gravação: Todos os horários são de um cartão de 1GB de memória-Modo Stereo: MP3: 17 horas 21 minutos (128 kbps), 6 horas 56 minutos (320 kbps), WAV: 1 hora 34 minuto (16bits/44.1kHz), 1 hora 26 minuto (16- bits/48 kHz), 28mins (24-bit/96kHz Resposta de Frequencia: 20Hz-20kHz Conversão A/D: 24-bit Conversão D/A: 24-bit Conectores: 1x Entrada de alimentação, 1x 3,5 milímetros Entrada Mic / Line, 1x Fone de ouvido 3.5mm / Line Out, 1x porta mini USB Microfone: Condensador Estéreo ajustável Alto-falante: 0.3W, Mono Tipo de Bateria/ Vida: 2x AA, até 17,5 horas de gravação com qualidade de CD Dimensões (LxAxP): Mics Aberto: 90 x 158x26mm, Mics Fechado: 68 x 158 x 26 mm Requisitos de Sistema: Mac ou computador com Windows com porta USB disponível (opcional) <b>Ítems Inclusos: 2 x AA baterias, Cartão de 2GB micros, cabo USB.</b>	R\$ 3.480,00

2	02	Carregadores de Baterias/Pilhas AA:  Produto: Carregador de pilhas  Conteúdo: Carregador + 4 pilhas de 2100mAh recarregáveis.  Voltagem Universal de 100V- 240V.  Características: Carregar 2 ou 04 pilhas AA/AAA recarregáveis.	R\$ 260,00
---	----	--	------------

**LOTE 03 – Coordenadoria de Almoxarifado****VENCEDOR:** Cauré Informática e Suprimentos Ltda

Item	Quant.	Especificações	Valor Total
1	1000	Folhas de etiquetas, cada folha com(20) vinte etiquetas com as seguintes medidas: 25,4mm x 101,6mm conforme modelo em anexo, marca referencia Piemaco. A empresa vencedora deverá trazer uma amostra para ser aprovada pela coordenadoria de almoxarifado.	R\$ 320,00
2	100	Unidades de rolos de barbantes 4/8 fios em 100% algodão com (184) cento e oitenta e quatro metros.	R\$ 452,00
3	100	Unidades de cestos de lixos com capacidade de (14) catorze litros com as seguintes especificações: material polipropileno e dimensões (24) vinte e quatro cm de comprimento e (30) trinta cm de altura.	R\$ 1.440,00
4	300	Unidades de mídia CD-RW 1X-12X80min 700MB.	R\$ 465,00
5	80	Unidades de cartela de pilhas alcalinas AAA, cada cartela contendo (04) quatro pilhas.	R\$ 620,00
6	400	Unidade de desodorizador para vaso sanitário com as seguintes especificações: bloco higiênico com 26g e com a seguintes composição: Dodecil benzeno sulfonato de sódio, alfa olefina sulfonato de sódio, sulfato de sódio, sílica, dióxido de titânio, óleo mineral, corante e fragrância. Modelo referencia: Bloco Higiênico Harpic.	R\$ 420,00
7	10	Fardos de esponjas de aço, cada fardo contendo (14) catorze embalagens plásticas com (08) oito unidades cada, com peso liquido de 60g. Modelo referencia: Bombril.	R\$ 199,30

**LOTE 04 – Deserto**Pregoeira: Josenilda Benedito  
Mais informações na Diretoria de Apoio Técnico.

**A Imprensa Oficial**  
é responsável pela confecção  
de diversos trabalhos gráficos  
ao poder público estadual.

**Setor de Orçamento Gráfico**  
41 3313.3293 | 3313.3259

[www.imprensaoficial.pr.gov.br](http://www.imprensaoficial.pr.gov.br)



**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO

